



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CLÁUDIA SERRATO LONE

**TURISMO DE AVENTURA EM TAMARANA – PARANÁ:
POTENCIALIDADES E PROPOSIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Londrina
2013

CLÁUDIA SERRATO LONE

**TURISMO DE AVENTURA EM TAMARANA - PARANÁ:
POTENCIALIDADES E PROPOSIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia Dinâmica Espaço, Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, como requisito ao Título de Mestra em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mirian Vizintim Fernandes Barros.

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria del Carmen M. Huertas Calvente.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L847t Lone, Cláudia Serrato
Turismo aventura em Tamarana – PR: potencialidades e proposições para o desenvolvimento local./ Tatiana Colasante. – Londrina, 2012.
145 f. : il.

Orientador: Miriran Vizintim Fernandes Barros
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento de turismo local – Teses. 2. Turismo de aventura– Teses. 3. Geoprocessamento – Teses. 4. Tamarana– Teses. I. Barros, Mirian Vizintim Fernandes. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3:795.1

CLÁUDIA SERRATO LONE

**TURISMO DE AVENTURA EM TAMARANA – PARANÁ:
POTENCIALIDADES E PROPOSIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia, Dinâmica, Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, como requisito ao Título de Mestra em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Mirian Vizintim Fernandes Barros
UEL – Londrina - PR

Prof^a. Dr^a. Adriana Castreghini F. Pereira
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Miguel Bahl
UFPR – Curitiba - PR

Londrina, 20 de setembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial meu pai (*in memoriam*) e aos amigos pelo apoio e incentivo que tornaram possível as constantes ajudas nas horas de intensa dedicação da dissertação.

À minha orientadora Mirian V. F. Barros, não só pelo constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade e paciência durante os anos de mestrado.

À minha co-orientadora Maria del Carmen H. Calvente pelos ensinamentos e constantes correções dos capítulos, pelo auxílio e conhecimento transferido.

Aos professores do Mestrado, secretárias do Departamento de Geografia da UEL e aos participantes dos projetos do grupo IMAP&P – Atlas Digital da RML e Ternopar – Estudos em Turismo e Geografia.

Aos amigos Yoná, Juliana, Crislaine, Suelyn, Jociara, Aline, Caca, Leonardo, Alessandro, Denise, Jenifer, Raquel, Mauricio, Glauco e Fernando que me confortaram nos momentos mais difíceis e de grandes dificuldades acadêmicas, com conversas acolhedoras e descontrações.

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para meu crescimento ao longo desta caminhada e que tornaram possível a realização desta pesquisa. Um muito obrigado a todos!

LONE, Cláudia Serrato. **Turismo de aventura em Tamarana - Paraná:** potencialidades e proposições para o Desenvolvimento Local. 2013. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Como integrante do grupo de pesquisa IMAP&P da Universidade Estadual de Londrina que estuda atualmente a Região Metropolitana de Londrina, observou-se que o município de Tamarana (Pr) apresenta índices sociais de desenvolvimento baixo e com potencial para o turismo. Isto levou a fomentar esta pesquisa que tem como objetivo realizar um perfil da atividade do Turismo de Aventura desenvolvida no município de Tamarana no Paraná, bem como diagnosticar as potencialidades e apontar propostas para a incrementação desta atividade tendo como base o Desenvolvimento Local. O turismo é uma prática social no qual transforma o espaço geográfico criando novas relações sociais no destino onde se instala. O desenvolvimento com base local pode ser proporcionado pelo turismo desde que haja um planejamento incluindo a sociedade junto ao poder público e privado na tomada de decisões, programando ações que gerem a inclusão dos menos favorecidos. Conseqüentemente, pode melhorar a qualidade de vida da população com a geração de empregos e a dinamização da economia. O Turismo de Aventura foi o segmento que mais cresceu nos últimos anos no Brasil, fazendo com que os órgãos responsáveis como o Ministério do Turismo e ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) elaborassem normas e orientações ao público. A necessidade de dados sistematizados tanto para o planejamento como para o turista levou ao uso do Geoprocessamento. Neste trabalho estas tecnologias vieram a contribuir para a pesquisa no qual permitiu elaborar mapas de localização, de atividades de aventura, infraestruturas e físicos. A pesquisa de coleta de dados foi realizada em campo, com entrevistas (perguntas fechadas e abertas) com o poder público, poder privado e população. Foi utilizado o GPS (Sistema Global de Posicionamento) para espacializar a localização de atividades de Turismo de Aventura nas estâncias de Tamarana. As fontes secundárias referem-se aos levantamentos de dados pelas Instituições ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis). Pode-se concluir que o Turismo de Aventura pode vir a ser um indutor do desenvolvimento social em Tamarana desde que siga um planejamento de base local. Porém, notou-se falta de articulação entre as esferas pública, privada e cívica. A confecção de mapas para o turismo tem auxiliado no seu planejamento como proposta de desenvolvimento socioeconômico, além de atuar com a divulgação e a gestão do turismo, melhorando as tomadas de decisões em benefício da população.

Palavras-chave: Desenvolvimento do turismo local. Turismo de aventura. Geoprocessamento. Planejamento. Tamarana.

LONE, Claudia Serrato. **Adventure Tourism in Tamarana - Paraná: prospects and proposals for local development.** 2013. 145p. Thesis (Masters in Geography, Environmental Dynamics) - Londrina State University (UEL - Universidade Estadual de Londrina), Londrina, Brazil, 2013.

ABSTRACT

As a member of Londrina State University's IMAP&P research group, who currently studies Londrina's Metropolitan Area, this study presents Tamarana as one of low social development municipalities with potential for tourism. This fact led to foster the research, which aims at making a profile of Adventure Tourism's activities implemented in Tamarana, in Paraná state, as well as to diagnose the prospects and indicate targets for improving such activities based on the development of the area. Tourism is a social practice which transforms geographical spaces creating new social relations in a given place. Local development can be rendered by tourism provided its planning includes society within the government and private sectors decision making, acting towards the promotion of inclusion for underprivileged. Consequently, it can improve population life quality by creating jobs and boosting the economy. Adventure Tourism has been the fastest growing segment over the last few years in Brazil, causing the Ministry of Tourism and ABNT draw up standards and guidelines to the public. The need for systematic data both for planning and as a tourist product led to the use of Geographic Information System (GIS). Such technologies came to contribute to this research, enabling the development of location maps, adventure activities, and physical infrastructure. The survey data collection was carried out through interviews (open-ended and close-ended questions) with the public and private sectors, as well as the population. We made use of GPS (Global Positioning System) for determining Adventure Tourism locations in Tamarana's area. Secondary sources refer to survey data provided by ITCG and IBAMA institutions. It can be concluded that Adventure Tourism can become a social development promoter, provided a local-based planning be followed. Nevertheless, there has been a lack of coordination between public, private and civic spheres. Map-making for tourism has helped in its planning as a proposal for socioeconomic development, as well as working with tourism disclosure and management, improving decision making for the benefit of the population.

Keywords: Tourism Local Development. Adventure Tourism. Geographic Information System. Planning. Tamarana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Exemplos de signos visuais pictóricos com valor simbólico	69
Figura 2 – Exemplos de signos visuais de Turismo de Aventura	69
Figura 3 – Legendas com signos geométricos	70
Figura 4 – Mapa de curva de nível combinada com rede de drenagens	81
Figura 5 – Mapa de localização do município de Tamarana –PR	86
Figura 6 – Mapa uso do solo do município Tamarana-PR	94
Figura 7 – Mapa de hipsometria do município Tamarana-PR	95
Figura 8 – Mapa de declividade do município Tamarana-PR	97
Figura 9 – Mapa de estradas e rede hídrica de Tamarana-PR	99
Figura 10 – Mapa da Reserva Indígena Apucarana- PR	100
Figura 11 – Carta Imagem do município Tamarana-PR	102
Figura 12 – Mapa das atividades de aventura da Estância Água Viva	106
Figura 13 – Mapa das atividades de aventura da Estância Tamarana	107
Figura 14 – Mapa das atividades de aventura da Estância Cachoeira	107
Figura 15 – Mapa das atividades de aventura da Estância Recanto Pinhão	108
Figura 16 – Mapa das atividades de aventura da Estância Barão do Rio Branco	109
Figura 17 – “Gaiolas”- modelos de carros adaptados para o <i>off-road</i> em Tamarana	109
Figura 18 – Mapa de atividades de aventura realizados pela comunidade	110
Figura 19 – Mapa de equipamentos turísticos de Tamarana.	111
Figura 20 – Placas na zona urbana do município de Tamarana	117
Figura 21 – <i>Web SIG</i> divulgação de Turismo de Aventura em Tamarana	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplo da classificação do percurso de caminhada da ABNT	43
Quadro 2 – Normas Técnicas publicadas de Turismo de Aventura	44
Quadro 3 – As variáveis visuais, modos de implantação e a natureza das relações.....	67
Quadro 4 – Relações, conceitos e transcrições gráficas entre os objetos	68
Quadro 5 – Estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas 2011	87
Quadro 6 – Comunidades de assentamentos de Tamarana.....	89
Quadro 7 – Índices de qualidade de vida comparativos entre cidades	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADETUNOPR	Agência de Desenvolvimento Turístico do Norte do Paraná
BMP	Bitmap Picture
CGI	Common Gateway Interface
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
DXF	Drawing Exchange File
ESRI	Environmental Systems Research Institute
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FESTUR	Fundação de Esporte e Turismo
GML	Geography Markup Language
HTML	HyperText Markup Language
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
JPG	Joint Photographic Experts Group
MINEROPAR	Minerais do Paraná S.A.
NASA	Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço
OMT	Organização Mundial de Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNG	Portable Network Graphics
PNMT	Programa Nacional de Municipalização de Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SETU	Secretaria de Turismo

SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SVG	Scale Vector Graphics
VRML	Linguagem para Modelagem de Realidade Virtual
XML	eXtensible Markup Language
WWW	World Wide Web

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O TURISMO E O ESPAÇO DA INCLUSÃO	15
1.1 GEOGRAFIA E TURISMO NO BRASIL	16
1.2 TURISMO E CONCEITOS.....	20
1.3 TURISMO DE AVENTURA.....	31
2 PROPOSTAS DE TURISMO PARA INCLUSÃO	49
2.1 PLANO NACIONAL DE TURISMO E A INCLUSÃO.....	49
2.2 TURISMO ESTADUAL – PARANÁ	57
3 CARTOGRAFIA DO TURISMO	64
3.1 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA.....	64
3.2 GEOTECNOLOGIAS	71
3.3 GEOPROCESSAMENTO NO TURISMO.....	77
4 TURISMO DE AVENTURA EM TAMARANA	82
4.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS	82
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	86
4.3 ESPACIALIZAÇÃO DO TURISMO DE AVENTURA EM TAMARANA.....	101
4.4 PROPOSTAS PARA A INCLUSÃO EM TAMARANA.....	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICES	142
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO: Entrevista estâncias de Turismo de Aventura	143
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO: Entrevistas (Prefeitura- Secretaria de Agricultura, comunidade-Feira das Mulheres e comerciantes - propriedade privada)	145

INTRODUÇÃO

De acordo com as discussões realizadas junto com pesquisadores do projeto Atlas Digital da Região Metropolitana de Londrina, do grupo IMAP&P, realizado pela Universidade Estadual de Londrina, foi observado, primeiramente que o norte do Paraná tem grande potencial para o Turismo de Aventura devido à presença de recursos naturais, áreas verdes, chácaras e sítios. Mas é no município de Tamarana que se encontra um grande potencial para este segmento com condições naturais favoráveis, clima agradável, infraestruturas, fácil acesso, além de estâncias com atividades direcionadas às atividades de aventura.

O município de Tamarana tem a prática do turismo pouco expressiva, mas tem potencialidades adequadas para que se desenvolva, há grande extensão de recursos hídricos, que formam belas cachoeiras, rios, morros e paisagem natural. O incremento de uma política de desenvolvimento do turismo poderia melhorar os índices sociais como o IDH que para o município é baixo, decorrente da pouca oferta de emprego e baixa renda.

O objetivo deste trabalho foi incrementar o Turismo de Aventura tendo como base o desenvolvimento local. Primeiramente foi traçado um perfil da atividade do Turismo de Aventura desenvolvido no município de Tamarana no Paraná, logo foram diagnosticadas suas potencialidades e com estes dados foi possível apontar propostas para aumentar a prática turística do município com a inclusão da população local e a participação do poder público e privado.

As potencialidades do Turismo de Aventura foram adotadas para trabalhar como indutor de desenvolvimento local, no qual contempla a união do poder público, do poder privado e a comunidade autóctone, trabalhando na organização de ações e projetos em benefício de uma coletividade. Para atingir o objetivo proposto foram estabelecidos alguns objetivos específicos, a saber: a investigação das potencialidades já existentes deste segmento no município, o levantamento da legislação das normas de turismo, a verificação do seguimento das normas junto às estâncias, a constatação da existência de elementos do turismo como estradas e infraestruturas e os aspectos naturais e ambientais de Tamarana. Além disso, foram realizadas entrevistas com os agentes do desenvolvimento local (poder público, privado e comunidade) para um conhecimento da realidade do turismo do recorte geográfico.

A apresentação da pesquisa se deu em quatro capítulos. O primeiro aborda o conceito de espaço geográfico, que estuda as relações materiais proporcionadas pela técnica e

a unidade de produção; e as imateriais, sendo determinadas pela esfera social. Estas relações acontecem no plano físico devido às infraestruturas alojadas no destino turístico, ou podem ser imateriais, proporcionando novas formas de contato entre o turista e a população autóctone ou novas formas de produção e trabalho. Por isso, se planejado de forma inadequada, o turismo pode vir a ser prejudicial, podendo criar impactos negativos no espaço geográfico, como: concentração de lucro para um pequeno grupo, que muitas vezes residem longe do destino turístico, choques culturais entre comunidade anfitriã e turistas, poluição ambiental, sonora, acúmulo de lixo, falta de luz, água e muitos outros que devido sua ampla rede de serviços se apropria e recria novas formas de relações materiais e imateriais.

Traz ainda este capítulo o fenômeno do turismo estudado sob a ótica da Geografia abordando o seu aspecto social, destacando o desenvolvimento local que proporciona uma autonomia à população que pode se valer dos recursos locais para promover ações que contemplem a inclusão social e bem estar. Aborda ainda as potencialidades de Turismo de Aventura explanando os conceitos de turismo, no qual é proposta a discussão de lazer, as classificações e segmentações do turismo proposto por alguns autores como Rodrigues (2001), Cruz (2003), Santos (2008) e Ministério do Turismo (Mtur) (2006).

O Turismo de Aventura, segundo ABETA (2009) foi um dos segmentos que mais cresceu nos últimos anos no Brasil, o que levou o Ministério do Turismo a criar normas junto a ABNT para os esportes radicais e cadernos de orientações básicas específicas para a regulamentação deste segmento que estão disponíveis na internet com acesso gratuito www.abntnet.com.br/mtur. As normas priorizam a segurança, regulamentam os equipamentos de cada atividade, estabelecem os requisitos mínimos para os condutores, a gestão para os prestadores de serviços e normas para o usuário poder formalizar uma compra deste segmento com mais segurança e credibilidade. A prática destes esportes radicais pode ser realizada por leigos, porque o Turismo de Aventura, segundo seu oficial conceito, são práticas de atividades com fins recreacionais, ou seja, sem regras de competição, por isso há necessidade de condutores que saibam as técnicas que auxiliem os turistas com manobras arrojadas e com muita emoção. Esta atividade pode ser realizada também no meio urbano e artificial, mas nesta pesquisa é focado nas atividades propostas no meio natural, pois é este contato que a maioria das pessoas da cidade deseja, querem fugir da rotina, do lugar habitual de vivência para um espaço diferente, sair do meio urbano e ir para o meio natural.

No Capítulo dois é realizada uma análise do modelo do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, utilizado como referência para elaborar as propostas de desenvolvimento local para o município de Tamarana. Esse Plano disponibiliza metas para o crescimento do

turismo no Brasil, englobando os principais pontos turísticos do país e desenvolvendo meios para a descentralização do turismo, ou seja, o desenvolvimento de novos receptivos turísticos capacitados nos recursos locais. Também foram estudadas neste capítulo as políticas de turismo no Paraná, no qual parece ter sido uma reelaboração do Plano Nacional.

O terceiro capítulo aborda a utilização da Cartografia na representação de elementos do turismo, com enfoque no potencial turístico de Tamarana. Esta é uma ferramenta valiosa utilizada para o planejamento e organização do turismo e hoje, com as geotecnologias, é possível realizar mapas e análises complexas. Nos primórdios da Cartografia, os mapas eram feitos em croquis e demoravam-se dias para serem realizados. Hoje as ferramentas do Geoprocessamento apresentam grandes vantagens, pois é possível trabalhar com dados espaciais referenciados, isto é, marcado no espaço com medidas de precisão (coordenadas), feitos em programas computacionais, facilitando a Cartografia do Turismo. O mapa fornece informações importantes ao turista para que ele possa planejar e organizar-se mediante seu tempo e recursos. Com a localização e a representação do espaço no destino turístico, fica mais fácil a visualização dos elementos turísticos, ou seja, onde estão dispostas as infraestruturas, estradas, atividades e distâncias.

Neste trabalho a Cartografia do Turismo contribui com suas técnicas para melhor representar o Turismo de Aventura em Tamarana. Os mapas são comunicações gráficas e devem ser absorvidas rapidamente por algum turista leigo em leitura de mapas, e por isso devem ser claros e não levantar dúvidas quanto à informação turística. Foram elaborados mapas das potencialidades, mapas para os turistas, para que eles possam se localizar no espaço e no tempo, saber algumas características fundamentais do lugar e dos atrativos turísticos.

O SIG-Sistemas de Informação Geográfica é uma ferramenta valiosa do Geoprocessamento para o Turismo, uma vez que dados de diversas áreas podem ser convertidos em algoritmos e estrutura de dados. Desta forma, as informações de Turismo de Aventura podem transformar-se em dados para a cartografia e serem armazenados em um banco de dados georreferenciados servindo para consultas e análises nestes programas (*softwares*) sendo utilizados para outros projetos ou para tomada de decisões.

O quarto capítulo descreve com detalhes os procedimentos adotados nesta pesquisa, a pesquisa em campo, entrevistas e elaboração de mapas. Para tanto, foi feito um levantamento de dados do município de Tamarana, além de entrevistas com as três esferas do desenvolvimento local: a população autóctone (foram entrevistados moradores e as mulheres assentadas), o poder público (representado pelos funcionários da Secretaria de Agricultura, a

qual está vinculada o Departamento de Turismo e Ambiente) e o setor privado (representado pelos comerciantes). De acordo com a pesquisa, procurou-se traçar metas a serem instituídas para desenvolver o turismo de forma planejada, tornando possível a inclusão dos menos favorecidos, aumento do número de postos de trabalho, participação da população por meio da qualificação da mão-de-obra voltada para o turismo e investimentos na infraestrutura.

Este último capítulo traz as propostas para contribuir com o desenvolvimento do Turismo de Aventura em Tamarana. São indicadas cinco propostas que contemplam a comunidade com o objetivo do bem estar social, a inclusão dos menos favorecidos e a geração de postos de trabalho. Demonstra ainda a utilização do Geoprocessamento que pode ser utilizado para as etapas de diagnóstico, de implementação e avaliação de uma atividade turística. Este capítulo traz a parte empírica com os mapas de hipsometria, declividade e uso e ocupação do solo que foram elaborados para demonstrar as potencialidades físicas do município e, em um segundo momento, traz os mapas das atividades de aventura, as infraestruturas e as estâncias. A Web SIG foi uma das propostas desenvolvida pela pesquisa para a divulgação dos atrativos do turismo e assim desenvolver no município um polo turístico do segmento de Turismo de Aventura.

A realidade econômica de Tamarana pode ser altamente fomentada pelo turismo e principalmente pelo segmento de Turismo de Aventura. O que se averigua é a necessidade de uma maior organização e articulação entre os proprietários das estâncias e dos agentes do turismo. A ausência de planejamento mostra a fragilidade de um município que tem toda a potencialidade, natural e infraestrutura, para o desenvolvimento do turismo. Por outro lado, existem as forças do poder público e privado submetidos em um mesmo território, os proprietários das estâncias encontram-se desarticulados, dificultando a relação de parceria com a Prefeitura Municipal voltada para o planejamento turístico. O turismo fica subordinado também às ações das diferentes territorialidades que se confrontam no núcleo receptor, como a população autóctone e turistas que passam e se apropriam do espaço.

Portanto, são muitas as questões que envolvem o turismo no município de Tamarana, mas com planejamento é possível desenvolver-se socioeconomicamente. Os dados registrados nesta pesquisa não são um fim em si mesmo, entretanto podem ser usados em diferentes abordagens, já que não existe uma fórmula pronta de gestão de turismo.

1 TURISMO E ESPAÇO DA INCLUSÃO

A ciência geográfica estuda o turismo em sua dimensão social, encarando-o como uma prática que se apropria do espaço e proporciona mudanças nas relações sociais e de produção. Os conceitos geográficos têm contribuído para a compreensão do turismo como um complexo fenômeno que envolve diversos setores.

A atividade turística participa da produção do espaço geográfico devido a sua necessidade de utilizar uma ampla rede de serviços para desenvolver-se. O turismo apropria-se tanto dos aspectos materiais, quanto dos imateriais. Para que se realize, promove a apropriação de recursos naturais como praias, montanhas, serras e cachoeiras. Tais recursos estão englobados no Turismo de Aventura, modalidade turística realizada junto à natureza que proporciona novas relações a partir de novas práticas sociais.

No âmbito acadêmico, a geografia tem no espaço geográfico uma de suas mais importantes categorias de análise. Podem-se destacar, em sua definição, as relações sociais materializadas na configuração territorial, criando e recriando novas formas de interação, o que reflete na produção, nas infraestruturas e na comunidade autóctone. No turismo, os equipamentos e serviços (oferta turística)¹ instalados em um determinado recorte do espaço geográfico são produzidos para receber os viajantes que, mesmo de passagem, modificam as relações dos habitantes locais.

Para melhor compreender a atividade turística, serão abordados alguns conceitos que permitem sua melhor definição, tais como o meio do deslocamento do viajante, seu tempo de permanência e o motivo de sua viagem; se o faz por lazer, trabalho ou ócio. O lazer e o ócio têm conceitos distintos, por isto serão explicitadas suas particularidades no item Turismo e Conceitos. Da mesma forma, o turista e o excursionista diferenciam-se pelo tempo de permanência, sendo o pernoite o principal elemento do turista e de distinção entre ambos.

A segmentação das categorias do turismo auxilia a estudá-lo melhor. As tipologias, segundo o Ministério do Turismo, foram delineadas em função do motivo da viagem, ou seja, questionando-se o que levou o viajante a sair do conforto de seu lar e a deslocarem-se para outro lugar, muitas vezes desconhecido, distante e diferente.

O Turismo de Aventura é o tema que será abordado nesta pesquisa como proposta de desenvolvimento local no município de Tamarana, devido aos aspectos físicos

¹ “Os diversos bens e serviços que interagem no turismo se caracterizam pela multiplicidade de atuação”. (BAHL, 2010, p.23)

existentes e as estâncias que oferecem um turismo pouco consistente, mas com grande potencial para desenvolver-se socioeconomicamente.

Este segmento do turismo denominado Turismo de Aventura está em constante crescimento devido à realização de práticas esportivas recreativas ao ar livre, em grande parte junto à natureza, dado o pouco contato que a população urbana tem com o meio natural. Entretanto, existe turismo de aventura em lugares fechados, construídos na cidade, como por exemplo, a pista *indoor* de esqui com neve artificial no *shopping Xanadu* em Madrid, Espanha. Este, porém, não será foco do trabalho, uma vez que é artificial e não consegue proporcionar uma aventura em lugares naturais e exóticos como os praticados junto ao ambiente natural.

Também será realizado um estudo avaliativo das normas de segurança para o Turismo de Aventura conforme as regulamentações do Ministério do Turismo e as normas da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas para o desenvolvimento local.

1.1 GEOGRAFIA E TURISMO NO BRASIL

Segundo Moreira (2009), a Geografia sempre fez parte da vida humana. Os espaços percorridos pelo homem, quer seja para atender as suas necessidades, quer para fins de lazer, enfim, fazem com que as pessoas pratiquem esta ciência de uma maneira íntima em seu cotidiano. Nas escolas, nos organismos políticos, nas empresas, nas ruas, a Geografia é utilizada ainda que não seja de forma científica, expressando-se na relação homem/meio e na sua prática espacial.

Santos (2006) discute o objeto da Geografia, encontrando no espaço geográfico a base para as relações do homem com o meio em que vive. A busca pelos meios de sobrevivência fez com que as pessoas criassem uma mobilidade no espaço. Esta mobilidade não é aleatória, é dotada de certa organização. A concepção da Geografia está ligada, neste sentido, à organização espacial das sociedades.

Com o advento do turismo, o espaço passa a ser cada vez mais consumido por meio das atividades relacionadas ao lazer. O deslocamento feito pelos turistas em busca de um lugar diferente do seu cotidiano faz com que o espaço seja um objeto de consumo e, em alguns casos, uma mercadoria.

Cruz (2003, p. 12) afirma que a dimensão socioespacial do turismo pode ser estudada pela ciência geográfica e interessar a outras diversas áreas do conhecimento, dado que o turismo é uma prática social que participa da “[...] produção do espaço geográfico, ou

seja, sobre a criação de espaços turísticos, deve considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade, bem como dimensão global e local”.

Este grande jogo de relações que o fenômeno turístico proporciona pode ser abordado pela ciência geográfica. A ênfase ao aspecto econômico muitas vezes encontrado nos estudos sobre turismo por si só é incapaz de explicar esta prática social. Portanto, essa pesquisa aborda as propostas metodológicas da Geografia que estuda as relações sociais contemplando o desenvolvimento local com a atividade de turismo e estabelece sua diferenciação espacial das forças hegemônicas.

A partir do século XX, a Geografia já estava com suas bases científicas consolidadas. A partir dela, muitas outras áreas do conhecimento, como saúde, cultura, e o turismo, tiveram respaldo para uma abordagem mais aprofundada dos fenômenos e processos alvos de seus estudos. O turismo precisava de uma ênfase no aspecto social, uma abordagem que valorizasse características locais, costumes, hábitos, e não somente análises voltadas para o setor econômico, como era de costume ocorrer. Um exemplo negativo é a ideia de que as agências e hotéis são considerados “empresas” com funções administrativas e os turistas, “clientes”.

Somente com a abordagem geográfica do turismo tornou-se possível ultrapassar uma perspectiva de análise focada apenas na dimensão econômica deste fenômeno, acrescentando a esta as dimensões social, cultural, histórica e política. Os estudos geográficos com enfoque territorial permitiram uma melhor compreensão da complexa teia de relações sociais implicadas no turismo.

O desenvolvimento local abordado por Coriolano (2003a) defende a ideia de que mesmo o turismo tendo um efeito financeiro multiplicador, também mostra condições de diminuir a pobreza, a partir da valorização dos aspectos locais de um destino. Esta diferença qualitativa depende da inclusão da comunidade local no planejamento² do turismo. As pequenas empresas e a comunidade do destino turístico se beneficiariam, gerando emprego e renda para a população. Com isto, seria alcançada uma distribuição social mais justa.

Tal desenvolvimento ocorreria na escala humana, valorizando a cultura local, o patrimônio, os anseios e as necessidades das pessoas da comunidade. Os moradores passam a ter participação direta na cadeia produtiva, estabelecendo a permanência dos

² “[...] a planificação do turismo em nível nacional ou regional constitui uma clara competência do organismo nacional de turismo, o qual deve promover e orientar o incremento da atividade com a intenção de cumprir os objetivos [...] de desenvolvimento turístico”. (BAHL, 2004, p. 67)

recursos financeiros em escala local, melhorando sua qualidade de vida, o crescimento pessoal e o direito civil. (CORIOLANO, 2003b)

Um exemplo de turismo com base no desenvolvimento local é citado em diversos artigos como lugares com potencialidades para desenvolver-se, porém, devido a inúmeras tipologias como, turismo social, local, humanitário, é complexo classificá-lo em exemplos efetivos. A praia visitada Guarda do Embaú no município de Palhoça em Santa Catarina pode ser considerada um exemplo de sucesso de desenvolvimento local, pois a comunidade autóctone participa das atividades turísticas como, por exemplo, travessia de barcos realizados pelos pescadores, lojas de roupas, instrumentos, *souvenires*, quiosques na orla da praia, pousadas de porte pequeno e médio, casas de aluguel, passeios de barco e voos de parapente realizados pelos moradores locais.

Cita Rodrigues (1997) que o desenvolvimento sócio-espacial, cujo objetivo é o turismo local, não pode focar só na demanda emergente. Necessita de uma nova perspectiva, um olhar em microescala, que atenda as necessidades locais da comunidade, que estabeleça a inserção dos excluídos com a geração de empregos.

O turismo como indutor do desenvolvimento deve ser voltado para dentro, para a organização socioespacial do local, organizar-se com forças endógenas. Ainda que a atividade turística frequentemente esteja submetida às forças exógenas do capital global, é possível estabelecer uma prioridade local para gerar renda para a população excluída do desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial. É desta forma, como atividade social, que o turismo pode ser estudado sob as teorias da ciência geográfica.

No Brasil, o interesse da Geografia pelo turismo não é recente. Desde o final da década de 1960 surgiram estudos de turismo fundamentados nesta disciplina. Logo foram amadurecendo, mas de forma independente na década de 1970. Na Europa, o processo se deu bem mais cedo, devido ao maior desenvolvimento dos países em relação ao Brasil.

Pearce (2003) afirma que desde a década de 1960 os estudos de turismo no mundo se preocupavam somente com o local do destino. Isto pode ser comprovado com os estudos da época, que não tinham uma base consolidada. Não havia uma interação da estrutura espacial entre a região emissora, a receptora e o deslocamento. Alguns importantes trabalhos de Wolf, Defert e Miossec contribuíram com análises das zonas espaciais, as distâncias e suas influências entre o local de férias e a residência dos turistas.

Na tese de Castro (2006), foi apresentada a produção dos trabalhos acadêmicos, em nível de mestrado e doutorado, realizados nos programas de pós-graduação em Geografia em universidades brasileiras entre os anos de 1975 e 2005. Este banco de dados

está composto por dados secundários (anos de 1975 a 1992) e primários (1993 a 2005). A autora propõe uma análise da contribuição destas pesquisas, elencando os principais temas abordados, dentre os quais se destacam: preocupação com os impactos da atividade na busca por diminuir os negativos e ampliar os positivos, diagnósticos de potencialidades, avaliação e crítica das políticas públicas, implicações no (re)ordenamento territorial, gestão de espaços turísticos e limites de sustentabilidade.

A autora diferenciou o referencial teórico das pesquisas fundamentadas na Geografia, classificando as linhas de pensamento como: clássico, crítico, cultural, humanista, pragmático e socioambiental. Além disso, classificou os trabalhos como pluripragmatismo geográfico. Citou ainda o interesse tardio dos geógrafos brasileiros em estudar o turismo, mesmo esta atividade sendo tão importante nos dias atuais.

Ao longo dos séculos XX e XXI o turismo ganhou importância mundial devido ao grande número de viajantes, se comparado com o começo da história do turismo, conhecida através do *Grand Tour de Thomas Cook*, em 1841. Com a existência das linhas férreas, o turismo não parou de crescer. No começo do século XXI devido aos avanços técnicos, os meios de transportes aumentaram e os preços tornaram-se mais acessíveis. Em relação à academia, o turismo criou estudos com bases sólidas, fator que o levou a crescer em qualidade.

Conforme Cruz (2003), o turismo serve de mediação para a produção do espaço geográfico na medida em que cria e transforma territórios turísticos, desde a escala local até à global. Para que a prática social do turismo realize-se, são introduzidos no espaço objetos essenciais ao desenvolvimento que se pretende. Servem como exemplos os albergues, hotéis, estradas. Por outro lado, a atividade turística apropria-se de objetos preexistentes, como farmácias, mercados, bancas etc., alterando seu significado.

A dinâmica da produção de territórios turísticos (ou seja, da apropriação dos espaços pela prática social do turismo) comporta, com a incorporação de novos espaços, o abandono parcial ou total de outros, pois entre os fatores que determinam sua valorização, destacam-se os modismos [...]. (CRUZ, 2003, p.12)

Os núcleos receptivos são escolhidos pelos turistas. Estas escolhas acabam por influenciar agências e operadores de turismo. Alguns destinos tornam-se “moda” ditados pelos artistas ou pela difusão da mídia, como por exemplo, o Resort Costa do Sauipe na Bahia e Cancun no México. Os fatores culturais, econômicos e políticos estabelecem o local que a demanda elege para apropriar-se de forma passageira. Neste local, é instalada a infraestrutura

para o desenvolvimento da atividade turística, hotéis, restaurantes, bem como saneamento, energia, estradas de acesso e outros, alterando suas relações sociais.

Este desenvolvimento pode ser positivo para o espaço turístico, desde que, conforme Coriolano (2003a), não se restrinja aos conceitos da Economia clássica, que associam o termo desenvolvimento à ideia de que as nações pobres tem que caminhar para a riqueza, impondo metas futuras como um caminho único rumo a uma felicidade repleta de mitos e fantasias. Para a autora, o desenvolvimento não se refere apenas à economia, e sim a um processo de produção de riqueza com igualdade e justiça na sua distribuição social.

Portanto, o turismo é um fenômeno recente e ainda não é considerado uma ciência. Por isto, a Geografia contribui de forma significativa para amadurecer as análises e melhor compreender esta prática social. Esta mobilidade do homem faz com que ele se torne um consumidor de espaços, criando territórios turísticos. Com sua apreensão da totalidade socioespacial e uma perspectiva interdisciplinar, tomando contribuições das ciências sociais, da filosofia, e da ecologia, por exemplo, a ciência geográfica pode contribuir para aprofundar o conhecimento sobre este complexo fenômeno.

1.2 TURISMO E CONCEITOS

Segundo Rodrigues (2001), o turismo é um dos fenômenos mais marcantes do mundo moderno. Ele não se limita ao fator econômico, mas atua também como fator social que cria e recria formas espaciais diferenciadas. A Geografia pode auxiliar nesta análise e interpretação do turismo, ajudando a refletir sobre os diversos processos que engendram este fenômeno.

O deslocamento de pessoas, que proporciona o turismo, é uma das práticas sociais mais importantes, pois cria novas formas de relações sociais em um determinado espaço geográfico. Sendo o espaço uma categoria de análise da Geografia como ciência, possui vários conceitos, sendo discutido por diferentes autores.

Para Santos (1988), o espaço geográfico relaciona-se com a técnica e com o tempo. Cada modo de produção é uma técnica que modifica o meio em um dado momento histórico. Esta noção de tempo e espaço está conjugada para compreender as práticas sociais que vão se modificando ao longo da história e que devem ser compreendidas em sua totalidade. Suas partes devem estar relacionadas ao todo.

Nessa mesma perspectiva, Lefebvre (2008a) negou a neutralidade do espaço. Acrescendo ao espaço a noção de tempo, afirma que o primeiro [...] “foi formado,

modelado a partir de elementos históricos ou naturais” [...] (Lefebvre, 2008a, p.62). O autor estabelece, ainda, outras dimensões de espaço, como o espaço-temporal, que supõe o conhecimento de redes de troca, dos fluxos, das informações, da produção e consumo.

Santos (2008) trabalha a categoria espaço geográfico sobre uma dualidade de fixos e fluxos. Os fixos permitem ações que modificam o lugar. Refletem-se nos *sistemas de objetos*, dados pelas obras dos homens no espaço, tais como pontes, estradas, hidrelétricas, hotéis. Estes objetos são o produto da tecnologia e da produção histórica. Já os fluxos são o resultado de ações que se instalam nos fixos, modificando seu significado e ao mesmo tempo se modificando. Com isto, configuram-se os *sistemas de ações*.

Estes sistemas citados agem mutuamente, são cíclicos, uma vez que os objetos condicionam as ações e estas levam à criação de novos objetos. O espaço criado pelo homem para realizar a atividade turística ocorre da mesma maneira: faz surgir os fixos nos destinos turísticos que são dotados de equipamentos turísticos (infraestruturas como hotéis, estradas, pousadas, áreas de ócio). Estes, por sua vez, atraem os turistas, que representam os fluxos. Sendo um processo cíclico, quanto mais fixo, maior a atração de fluxos. Estes, por sua vez, fazem com que surjam mais fixos.

Este fenômeno é ocasionado no turismo pelo deslocamento da demanda para o polo receptor. Por isto, surge nestes locais uma nova relação espacial. Os receptivos turísticos (destinos que recebem os turistas) são dotados de infraestrutura que, por sua vez, atraem turistas que dinamizam o aspecto social no espaço. Mesmo de forma transitória, a demanda turística reflete suas ações nas populações autóctones, promove a mudança no comércio, estabelece outros arranjos socioespaciais.

Em suma, o espaço geográfico é a relação da esfera social com a unidade de produção. Assim, Cruz (2003) assegura que, mesmo de forma temporária, o turismo cria e recria novas relações, apropria-se dos recursos naturais, e, por meio da técnica, constrói estradas de acesso, hotéis, criando outras unidades de produção como serviços de guias, vendedores, turismólogos, hotelaria, agências de viagens e operadoras.

De acordo com Cruz (2003), para que o turismo aconteça três recortes do espaço geográfico sofrem transformações: o polo emissor, o espaço de deslocamento e o núcleo receptor. O primeiro é responsável pela emissividade de turistas e está associado ao fenômeno urbano e ao estilo de vida moderno. Porém, existem outros dois fatores principais: a renda, isto é, a capacidade dos turistas em pagar as despesas de viagem, e o tempo livre.

Os polos emissores também sofrem transformações ocasionadas pela atividade turística, tanto no nível material como no plano intangível, as infraestruturas, a

mudança do cotidiano, a geração de empregos pelas agências, operadoras e serviços indiretos, como limpeza e vendedores ambulantes etc. No segundo recorte espacial, para que ocorra o deslocamento do turista, ele depende do meio de transporte, seja terrestre, marítimo ou aéreo; e, por último, o polo receptivo, que sofre as maiores transformações sócio espacial, pois é onde está inserida a infraestrutura, os turistas e a lógica do lazer que algumas vezes são impostas pela mídia e pelo mercado turístico (CRUZ, 2003).

Portanto, pode-se concluir que o turismo proporciona novos produtos turísticos, ou seja, instalações como a infraestrutura (rodovias, aeroportos, hotéis), mas também se apropria dos recursos ambientais (praias, montanhas, rios) atribuindo-lhes novos significados e novos aspectos. Segundo Bahl (2004, p.63) um produto turístico pode ser considerado “como resultado de um processo de escolhas e seleção de elementos da oferta de bens e serviços, que entram na sua composição de forma integrada e interdependente”.

Para melhor compreender o processo do turismo e todos os processos que os engendram, ele foi segmentado em diversas categorias. Existem diversas definições no que tange ao conceito e classificação do turismo, os conceitos foram bastante discutidos e ainda estão sendo construídos e aprimorados com o passar dos anos.

Pearce (2003) afirma que o turismo, de forma mais técnica, pode ser definido como um conjunto de relações e fenômenos originados com as viagens e estadas temporárias de pessoas que estão viajando, principalmente, por lazer ou outras finalidades recreativas. Ele comenta que em termos geográficos, a grande diferença entre o turismo e outra forma de lazer é a viagem, sendo distinto das formas de lazer praticado em casa, como ver televisão ou frequentar a piscina do clube da cidade.

Urry (2001) define o turismo como uma atividade de lazer que pressupõe seu oposto, isto é, o trabalho regulamentado; constitui uma manifestação de como o trabalho e o lazer são separados na prática social. Além disso, a viagem exige um deslocamento através do espaço e um período de permanência em lugares novos, mas com certa “intenção de voltar para casa”. A Organização Mundial de Turismo (OMT) definiu um conceito que envolve estas características citadas anteriormente, acrescentando outras mais modernas, como:

El turismo es un fenómeno social, cultural y económico relacionado con el movimiento de las personas a lugares que se encuentran fuera de su lugar de residencia habitual por motivos personales o de negocios/profesionales. Estas personas se denominan visitantes (que pueden ser turistas o excursionistas; residentes o no residentes) y el turismo tiene que ver con sus actividades, de las cuales algunas implican un gasto turístico (OMT, 2012, s/p).

De acordo com estas definições, algumas teorias são semelhantes com o deslocamento do homem no espaço, que implica o uso de transportes e a condição econômica, as noções de tempo também são bastante relevantes, pois determina o período de estada, importante para diferenciar o turista do excursionista. A OMT (2012) generaliza o termo visitante para todos os viajantes e os classifica como turistas quando em sua viagem ocorre o pernoite. Caso contrário, o visitante é considerado um excursionista.

Da mesma forma, Calvente (2004, p. 85) afirma que “[...] quando ocorre o pernoite da demanda turística o visitante é denominado turista, por outro lado, quando o viajante permanece por apenas algumas horas, não existindo estrutura ou permissão para o pernoite é denominado excursionista”.

Também são analisadas as motivações que levaram o turista a sair de sua casa e viajar. Tem destaque o lazer, sair da rotina, o descanso do corpo e da mente, o ócio. A ideia de viajar é espontânea e a motivação muitas vezes está relacionada com outra realidade que não seja a sua, outro espaço que proporcione um contato com o desconhecido, com a natureza e com o exótico.

Atualmente, as motivações de viagem dependem de a pessoa ter uma renda para gastar e se ela dispõe de um tempo livre para viajar. Sendo assim, alguns autores diferenciam os termos lazer e ócio, relacionando-os ao tempo de trabalho.

Para Dumazedier (1979) existem diferentes abordagens da temática da diferenciação entre lazer, ócio e tempo livre. Ele afirma que o lazer é característica da Revolução Industrial, não existindo em tempos antigos. Os filósofos gregos ou as nobres castas não se definiam por este conceito. O que havia era a aquisição de conhecimento por meio do ócio. Tanto que a palavra grega *Scholé* quer dizer ociosidade e escola ao mesmo tempo.

Consequentemente, hoje em dia tempo livre é uma extensão do trabalho e se tornou um tempo de consumo e não somente uma fuga da rotina que os livra das responsabilidades laborais, [...] “corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, semana, ano ou da vida do trabalho” (DUMAZEDIER, 1979, p. 28). Logo, o mesmo autor afirma (1979, p. 28): “[...] lazer não é ociosidade, não suprime o trabalho, o pressupõe”, isto é, o trabalho tem a ideia de valorizar o tempo livre preenchendo-o por algum tipo de atividade, já o ócio seria o momento de “não fazer coisa alguma” ou obter algum conhecimento como os filósofos. É possível observar que o conceito de lazer e ócio tem a ideia de liberdade e o trabalho ideia de obrigação. Porém, o lazer é um produto do trabalho moderno, que teve início com a Revolução Industrial e com o trabalho assalariado. Devido às

horas que passavam dentro das fábricas, as pessoas sentiam a necessidade de lazer. Por isto, viajar nos tempos atuais está vinculado à necessidade de descanso e tempo livre fora do trabalho. Praticar o turismo para compensar o estilo de vida moderno e desgastante é um pensamento contemporâneo.

Por outro lado, Arendt (2004) escreve que trabalho e lazer têm definições diferentes, sendo relevantes as atividades que são necessárias à manutenção da sobrevivência do indivíduo, pois:

Todas as atividades sérias, independentes dos frutos que produzam, são chamadas de trabalho, enquanto toda a atividade que não seja necessária, nem para a vida do indivíduo, nem para a vida do processo vital da sociedade é classificada como lazer (ARENDR, 2004, P. 139).

Contudo, salienta que [...] “as horas vagas do trabalhador (*animal laborans*) jamais são gastas em outra coisa senão em consumir, e quanto mais tempo dispõe, mais ávidos e insaciáveis são em consumir” (ARENDR, 2004, p.146).

Portanto, a redução do tempo de trabalho, as conquistas por direitos de férias e feriados, apesar de constituírem uma vantagem para os trabalhadores também é um produto do capitalismo, no qual as pessoas compram e gastam. No turismo não é diferente, os viajantes compram passagens, alugam hotéis, compram *souvenires*, roupas, ou seja, este deslocamento para o lazer implica em um gasto.

A mesma autora explica que na sociedade atual o *tempo de lazer* seria feito para descansar e recarregar as energias para o trabalho, enquanto o *tempo livre* seria para consumir itens de necessidades para sobreviver. Mas o que era tempo de descanso virou tempo de consumismo, sendo possível que algumas pessoas abdicuem do tempo de lazer para aumentar seu poder aquisitivo de compra.

Nos seus estudos, De Masi (2000) concorda que o lazer virou tempo de consumismo. Ele o conceitua como “necessidade de tipo alienado” e afirma que o consumismo é a causa da dificuldade de administrar o tempo livre. Isto porque não existe um modelo de sociedade a ser seguido. No passado, o indivíduo era estimulado somente a trabalhar. A Igreja Romana contestava o ócio, afirmando que se tratava de pecado e que o trabalho era um dever. Portanto, o turismo é considerado um fenômeno moderno porque está relacionado ao advento da Revolução Industrial. Depois das horas laborais, passou-se a considerar o lazer, isto é, as horas não trabalhadas.

Para Rodrigues (2001), o turismo é difícil de definir devido à notável rede de relações que ele tem com outras áreas. A prática turística produz, consome ou cria espaços, abrangendo diversas áreas e, com isso, demandando uma variedade de teorias para melhor estudá-lo.

Para alcançar uma compreensão, tanto econômica, quanto social, do fenômeno turístico, criaram-se várias tipologias de turismo e classificações que as diferenciam, algumas pela demanda e outras pela oferta, ou seja, foram classificadas devido ao fluxo de turistas no núcleo receptivo e os atrativos que os levaram a viajar.

Cruz (2003) salienta a diferença entre o turismo de massa e o turismo alternativo, considerados opostos. O primeiro é a relação da quantidade de turistas e infraestrutura no núcleo receptivo. As praias são um exemplo, com sua facilidade de acesso e pagamento, e geralmente, serviços e áreas de pouca qualidade. Já o turismo alternativo caracteriza-se pelos lugares com menos fluxo e equipamentos, espaços mais exóticos, com áreas verdes, valores mais elevados, lugares com maiores dificuldades de acesso (mais isolados), qualidades em serviços e áreas naturais, bem como mata virgem, praias limpas, menos lixo, mais tranquilidade durante os dias de permanência.

Como a atividade turística cresce, aumenta a segmentação e começa a surgir conceitos mais específicos relativos ao tipo de atividade realizada pelos turistas, como turismo rural, turismo gastronômico, turismo religioso, turismo cultural e, também, turismo com base local. Este último caracteriza-se pelo desenvolvimento econômico e social de uma localidade em decorrência da atividade turística. (CALVENTE, 2004)

Para compreender o que é desenvolvimento local, é necessário que se explique o conceito de desenvolvimento, sendo um processo complexo no qual estão inserido diversos fatores, e não somente o econômico. Além deste, estão os aspectos sociais, culturais, políticos, público e privado relacionados a favor de um bem comum, um objetivo a ser alcançado com a participação igualitária de todos os atores envolvidos.

No senso comum, o termo desenvolvimento é expresso pelas potências hegemônicas do capitalismo, países com grandes índices econômicos, alto poder de tecnologias e industrialização, países em que a população possui grande poder de compras de bens materiais e supérfluos. Esta é uma ideia equivocada, pois ao se retratar o desenvolvimento somente com índices numéricos, o lado social fica à margem do processo e as pessoas são reduzidas somente a números.

Empregado pelo sistema capitalista, o termo desenvolvimento ficou globalizado. Segundo Coriolano (2003a), os países taxados de subdesenvolvidos têm uma

meta: alcançar os níveis de industrialização e riqueza das potências desenvolvidas. Isto gera um falso objetivo, projetado para o futuro e nunca alcançado. Este termo surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, atribuindo valores e caminhos a serem seguidos para igualar os níveis de riqueza entre os países.

De acordo com a mesma autora, o conceito de desenvolvimento que foi adotado se reduz aos índices econômicos, sendo um processo complexo que envolve mais elementos e deve ser explícito para que se possa entender o termo empregado nesta pesquisa. Segundo a autora:

Entende-se por desenvolvimento um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça. O desenvolvimento não se refere apenas à economia, ao contrário, a economia deve ser tomada como função do desenvolvimento. Um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem. (CORIOLANO, 2003a, p. 13 e 14).

O desenvolvimento socioespacial não significa atingir os níveis de consumo dos países industrializados ou só alcançar índices numéricos como o PIB. Além disso, tem como elemento central o lado humano, focado no homem, na sua liberdade, qualidade de vida, com direitos mais igualitários.

Conforme Ultramari e Duarte (2009), a ideia de desenvolvimento tornou-se generalizada para todos os países devido ao poder supremo do sistema capitalista, que transformou o mundo em bipolar: pobres e ricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, Oriente e Ocidente. Por isso, a ideia equivocada de crescimento a ser alcançado seria igual às nações com alto índice industrial, tecnológico e valores de índices econômicos.

Martins (2008) escreveu que não existe um modelo eficiente de desenvolvimento para todo o planeta. Importar modelos de soluções de países ricos pode não ser eficaz para outro país, ou até mesmo para uma localidade, pois cada lugar tem sua particularidade, existindo problemas diferentes a serem trabalhados e um potencial a ser desenvolvido.

O modelo de crescimento econômico é ditado pelas grandes potências e pelo sistema capitalista global, é estabelecido na sua verticalidade, de cima para baixo, o que leva o esmagamento dos menos favorecidos, das pequenas empresas, do pequeno comerciante que não tem capital e tampouco está inserido na economia global.

Cavaco (2001) afirma que para que se alcance o desenvolvimento econômico, social e territorial é preciso uma mudança nas estruturas, com uma redistribuição

de riqueza mais justa, com uma produção social de destaque, melhoria da qualidade de vida, inclusive dos excluídos da sociedade.

Essa nova forma de estudar o desenvolvimento propõe-se a abordar com mais eficácia o lado social e a valorização do local, é um processo de inclusão das comunidades menos favorecidas, um olhar mais particular para o local; diferente das forças globais que atuam na verticalidade, o local atua na horizontalidade. Para Santos (2006, p. 193):

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada.

Ou seja, o desenvolvimento com base local deve ser trabalhado diferentemente do desenvolvimento global, deve ser focado nas forças endógenas, consideradas forças internas que, trabalhando coletivamente, vão à contramão do poder global, que se impõe verticalmente.

Desta forma, é importante identificar os interesses de cada população, principalmente os que estão à margem da sociedade, para atuar junto ao poder público, além de poder atuar com outros agentes do setor privado e outros profissionais. Cavaco (2001, p. 94 e 95) assegura que os modelos de crescimento têm bases quantitativas e que:

À margem do processo ficavam também as pequenas e médias empresas e as unidades artesanais de produção de bens e serviços, dispersas territorialmente, às regiões menos dotadas em fatores de produção, menos centrais e menos acessíveis e equipadas, acentuando-se as [...] desigualdades e oportunidades [...], os desequilíbrios espaciais, o abandono de recursos locais, [...] os problemas de preservação ambiental e o sentido de incerteza das populações.

São notáveis as desigualdades sociais no Brasil. O atual modelo capitalista de crescimento faz ocorrer à exclusão dos menores, dos menos favorecidos, das pequenas comunidades que, geralmente, são desprovidas de recursos e capitais. Isto faz com que as localidades mais afastadas dos centros econômicos hegemônicos não sejam beneficiadas pelos altos índices da economia.

Este processo, realizado em escala local, contraria a racionalidade do poder hegemônico. Segundo Martins (2008), favorece a participação da comunidade nas atividades, proporcionando uma distribuição de renda mais igualitária. No caso da economia globalizada,

apenas as empresas multinacionais e com grande capital são beneficiadas, deixando à margem os problemas sociais.

Mello e Silva (2003) afirmam que este desenvolvimento com base local exige novas dinâmicas porque surgem problemas e potencialidades diferenciadas para várias escalas e setores de análise. Faz-se necessária, portanto, uma capacidade organizacional, social e política, atuando com laços de coesão e solidariedade para construir uma sociedade mais justa.

Santos (2006) assinala que os lugares podem fortalecer-se na sua horizontalidade, criando uma união da sociedade civil a partir de ações unificadas localmente com um interesse coletivo, ainda que as forças verticais instalem uma ordem para seu próprio benefício.

Ultramari e Duarte (2009) mencionam os diversos setores que envolvem o crescimento das localidades. Devido às más repercussões da economia global, é preciso romper com as desigualdades no plano social, com a concentração de poder no plano econômico, com a impotente democracia, no plano político, e, no plano cultural, com a falsa folclorização produzidas pelas indústrias da comunicação.

Estes setores citados devem ser vistos de forma coletiva, holística, pois diversos atores juntos fazem a localidade ganhar destaque. A participação civil junto ao poder público pode melhorar os problemas locais e desenvolver as potencialidades do município em um objetivo que interesse a todos os envolvidos, proporcionando alguma atividade de geração de renda para a população menos favorecida, projetos, associações, líderes comunitários, oficinas de aprendizagem.

Neste momento de transformações econômicas, afirma Silveira (2003, p. 134) que são importantes “[...] as iniciativas que visam criar mercados, dinamizar economias locais e gerar emprego e renda para as populações, por meio de incentivo de setores como o turismo”.

Conforme Mello e Silva (2003), o turismo pode ser um grande instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza em uma localidade. A atividade turística proporciona um dinamismo na economia, relacionando as vantagens culturais, meio ambiente, capital privado e público, favorecendo uma autonomia ao município.

De acordo com Rodrigues (1997), o setor turístico pode ser uma solução para a grande parcela da população excluída, como gerador de empregos. Isto depende, contudo, de diferentes iniciativas políticas, sociais e econômicas. A autora cita o

desenvolvimento em escala humana, relacionando o turismo com a valorização do lugar, pois com o desenvolvimento voltado ao homem é possível adotar:

[...] estratégias macroeconômicas de combate ao desemprego, procurando inserir os novos microempresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar as chances de sucesso como o turismo [...]. (RODRIGUES, 1997, p. 62).

O turismo pode proporcionar também mais recursos para o município, pois além dos equipamentos turísticos que são infraestrutura de apoio ao turismo (hotéis, restaurantes, estradas), também pode lograr melhorias dos serviços de água e esgoto, conservação ambiental, maiores cuidados com a área urbana, valorização da cultura local. Claro que tudo isto deve ser pensando e planejado para que, não somente os donos de capitais se beneficiem, mas também a comunidade local. Por isso, são necessárias autonomia local e participação efetiva dos habitantes.

Segundo Souza (1997) todo grupo deve saber seus objetivos e propor estratégias para alcançá-lo. A autonomia local é importante porque somente as pessoas residentes daquele lugar sabem eleger as prioridades e decidir meios para concretizá-los, pois convivem com os problemas diários de sua localidade e podem pensar na melhor forma de saná-los.

O turismo pode proporcionar para uma localidade grandes benefícios econômicos, sociais, culturais, de conservação ambiental, dentre outros. Devido à singularidade do local, os turistas buscam o novo, o exótico, o que lhes parece diferente da sua rotina. Escreve Rodrigues (1997, p.58) que “o turismo vive das especificidades dos lugares”, e reforça a ideia do lugar ser uma expressão identitária, que aparece como uma força na contramão da globalização.

Há uma coesão de setores no turismo, e para que o desenvolvimento turístico com base local seja positivo é necessário que se busque a inclusão da comunidade local, a fim de que o artesão, o comerciante, os funcionários de limpeza, o pescador, todos estes possam ser inseridos na divisão de renda, na valorização do próprio local, e não somente o empresário que investiu e que, muitas vezes, veio de outro local.

Rodrigues (1997) assegura que o mercado de trabalho não absorve a todos, deixando uma parte da população excluída devido à falta de estudos e profissionalização. Porém, ela pode ser incluída em projetos de geração de renda, ou até mesmo no mercado

informal que o setor do turismo proporciona e que muitas vezes é a única saída para suprir a renda familiar.

Mesmo junto ao poder público do município, a comunidade deve ter autonomia para se organizar em associações, através de lideranças, e decidir qual o rumo de desenvolvimento precisa tomar. O turismo pode proporcionar isso se bem planejado, os artesãos locais, os pescadores, por exemplo, podem e devem aumentar sua renda com esta atividade, assim como algumas pessoas excluídas podem ser inseridas nos setores do turismo.

Por outro lado, a comunidade autônoma deve ter respaldo público para recursos e orientações. Isto pode ser essencial para que algumas atividades relacionadas ao turismo aconteçam. O Estado deixa de ter o papel hegemônico e atua junto à economia local para regular as diferenças sociais. É o que prescreve Coriolano (2003b, p.30):

Faltam políticas que objetivem e viabilizem estes direitos, tornando os propósitos e benefícios concretos para todas as pessoas, sobretudo para as populações mais pobres. Inexistem políticas de distribuição das riquezas, de uma forma mais equitativa. Daí a proposta de desenvolvimento local, [...] na escala humana, de turismo de base local para mudar o eixo [...] das ações.

A atividade turística pode ser uma alternativa de renda para as populações excluídas do cenário econômico global. Esta força local pode desafiar as verticalidades. A racionalidade horizontal reorganiza a relação socioespacial, proporcionando a superação de problemas sociais, econômicos, culturais e políticos.

De acordo com Coriolano (2003b), para o desenvolvimento acontecer na escala humana e o turismo ser benéfico para uma localidade é necessário proporcionar políticas voltadas para o trabalho e ocupação de forma que valorizem o lugar e as pessoas. Por outro lado, demanda a autonomia do homem e sua concretização nos projetos.

Um exemplo de turismo que não valoriza o local seria a construção de um *Resort* planejado por empresários vindos de fora da região. Neste caso, os recursos financeiros ficam atrelados a uma minoria, a comunidade local não é beneficiada porque existem muitos serviços que atendem a demanda de turistas dentro destes grandes complexos turísticos, como farmácias, lojas de *souvenirs*, restaurantes, bares e outros.

Um exemplo que deu certo, segundo Silveira (2003), é o anel de turismo criado a partir dos roteiros na Região Metropolitana de Curitiba, com valorização dos recursos naturais, da cultura e geração de renda para a população local. O projeto foi empreendido com planejamento e gestão do governo Estadual, vinculado a outras empresas públicas.

Entretanto, o mesmo autor relata que existem pontos negativos na atividade turística de uma localidade caso não houver um planejamento adequado. Podem ocorrer danos ambientais como construções equivocadas, tráfego, poluição, degradação dos recursos naturais, impactos no modo de vida e cultura da população, dentre outros.

Para Martins (2008), em locais praianos de turismo de massa, devido à quantidade de turistas que se dirigem a praia na época de férias, ocorre falta de energia e água por horas, afetando a população local. Também pode ocorrer o aumento dos preços, encarecendo o custo de vida da comunidade que não tem benefícios econômicos com a atividade turística.

Por outro lado, afirma Cazes (2001) que o turismo pode desenvolver novas fontes de receitas e empregos com a valorização de lugares antes abandonados por outras atividades econômicas, levando infraestrutura, aquecimento ao comércio e valorização da cultura.

Portanto, o turismo de base local pode ir à contramão do desenvolvimento de escala global e proporcionar um desenvolvimento que vá além dos fatores econômicos. É o que esta pesquisa propõe com o turismo de base local: meios para instaurar o segmento de Turismo de Aventura no município de Tamarana, a fim de que se desenvolva de forma autônoma e que possa gerar renda, emprego e uma identidade local por meio da atividade turística, ou seja, a comunidade e o poder público em conjunto com novas propostas de valorização do lugar.

1.3 TURISMO DE AVENTURA

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) (2009), o Turismo de Aventura cresceu 114% comparando o ano de 2011 com o de 2010. Este crescimento gerou uma atenção especial por parte dos órgãos responsáveis, no sentido de produzirem materiais de apoio, cadernos de orientações, parcerias, normas e especificações sobre a atividade, que trazia lacunas na compreensão de suas características. Muitas vezes, os termos de Ecoturismo ou Turismo de Aventura são empregados nas agências de viagens devido ao chamariz da demanda, mas não atendem aos serviços oferecidos, resultando em problemas como a frustração por parte do turista, a falta de confiabilidade da empresa e um reflexo negativo para o destino turístico.

As agências de viagens, na venda de atividades de aventura, muitas vezes os vendem como Ecoturismo. Além dos conceitos serem distintos, a demanda tem objetivos

diferentes, o que coincide é o contato com o meio natural, social e cultural, que deveria proporcionar uma maior conscientização nos turistas. Contudo, nem sempre é o que acontece. O que se vê são lugares naturais “adaptados” para receber os turistas, como concretagem de trilhas e escadas, construções de equipamentos turísticos em locais inadequados, além dos turistas afetarem o local com lixo, desmatamento de áreas verdes, alimentação de animais selvagens.

Um exemplo disso aconteceu em Bonito-MS. Na Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, foram colocadas luzes artificiais para a recepção dos visitantes, prejudicando as espécies que vivem nas cavernas com ausência de luz. Este tema foi objeto de estudo de Boggiani e Silva (2004), que fizeram o monitoramento da temperatura e da umidade relativa do ar dentro das cavernas para estudarem os animais e as rochas.

Portanto, é necessário discernir os conceitos e as várias tipologias para um conhecimento mais amplo do turismo. Na realidade, estes tipos podem estar permutados, podendo ocorrer tipos simultâneos em um mesmo núcleo receptor. A tipologia adotada pelo Ministério do Turismo (MTUR) (BRASIL, 2006) desenvolveu onze segmentos prioritários para desenvolvimento do turismo no Brasil. São eles:

- Saúde: são lugares turísticos usados com o propósito médico, terapêutico ou estético.
- Estudos e intercâmbio: viagens com objetivo de trocar experiências, vivências culturais e aumentar o conhecimento, realizado entre países.
- Cultural: a maior motivação do viajante é o conhecer, valorizar o patrimônio histórico e a cultura local como as festas regionais, a culinária, a dança etc.
- Esporte: são atividades feitas por profissionais de natureza competitiva como torneios, campeonatos ou amistosos.
- Náutico: turismo praticado em águas doces ou salgadas. Podem ser: rios, mares, represas e lagos. Normalmente envolvem passeios, excursões, pescarias, pesquisas e regatas.
- Pesca: compreende atividade turística decorrente da prática da pesca amadora, ou seja, atividade praticada com a finalidade de lazer, turismo ou desporto, sem finalidade comercial.
- Negócios e eventos: realizam encontros com a finalidade profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.

•Rural: Atividades turísticas realizadas no meio rural, envolvidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

•Turismo de praia e sol: se constitui de atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.

•Ecoturismo: é o segmento da atividade turística que utiliza o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

•Aventura: Turismo de aventura é a prática de atividades recreativas, diferente do turismo de esporte porque não envolve competição, mas envolve desafios e superações com atividades de riscos controlados e assumidos.

Assim como qualquer segmento, o Turismo de Aventura utiliza o espaço geográfico natural ou produzido. Segundo Coriolano e Morais (2011), este segmento passa a ser praticado em ambientes naturais, urbanos ou em estruturas artificiais. São práticas de esportes de aventura que implicam em riscos previsíveis e por isso exigem equipamentos e técnicas dos profissionais, envolvendo muita emoção e adrenalina, além de proporcionar contato com o patrimônio ambiental e sociocultural. Assim, as prestadoras de serviço devem atentar no compromisso de fortalecer as iniciativas de conservação do meio, tais como: tentar estabelecer a maior naturalidade possível dos locais visitados, desenvolver programas de reciclagem do lixo, apoiar políticas ambientais, trabalhar em parcerias com outras empresas para troca de informações, tentar diminuir os impactos dos turistas em relação ao meio natural e estético, apoiar os descartes de lixo de forma consciente, capacitar guias e proporcionar a educação ambiental.(CORIOLANO E MORAIS, 2011)

O Ministério do Turismo criou a definição de Turismo de Aventura na Oficina para a Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, realizada em Caeté, Minas Gerais, no ano de 2001. Portanto, Turismo de Aventura é um:

[...] segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio cultural. (BRASIL, 2005, p.9).

Embora muitas vezes possa ser realizado no meio urbano, o contato com a natureza ainda é mais procurado por turistas aventureiros. Isto se deve ao fato de o fenômeno do turismo propiciar um contato diferente do cotidiano em que o viajante vive. A procura pelo meio natural torna-se mais atraente, uma vez que a maioria da população mora no meio urbano.

No Caderno da MTUR, intitulado “Turismo de Aventura com Orientações Básicas” (BRASIL, 2010, p.14) conceituou-se que este segmento “[...] compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”, no qual os movimentos turísticos se definem pela mobilidade do turista no espaço e a utilização dos equipamentos turísticos, desde seu deslocamento, como hospedagens, restaurantes, recreação, até ao produto turístico como a recepção, serviços em geral etc. O caráter recreativo é voltado para a diversão, os objetivos são a adrenalina e a emoção, por isso pode ser praticada por qualquer viajante leigo que não saiba as regras e técnicas de esportes. Daí o caráter não competitivo.

Complementa a definição de Turismo de Aventura a norma NBR 15500 (2007, p.1), da ABNT, intitulada “Terminologia”, e que descreve: “Atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos”. Isto significa que todas as partes têm envolvimento e responsabilidades, por exemplo, um profissional que realizar esta prática com um praticante sem a contratação por parte de operadora ou agência terá a responsabilidade individual. Caso seja com contratação, todos respondem pela segurança de forma coletiva. Os “riscos controlados” significam que a atividade envolve uma incerteza, mas com todos os equipamentos e profissionais é possível controlar o risco. Já os “riscos assumidos” significam que todas as partes, inclusive o usuário, saibam das responsabilidades envolvidas, com equipamentos, segurança, empresas e condutores.

Segundo o Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil (2009, p.33), realizado em 2005 pela ABETA, em parceria com o Ministério do Turismo, risco é “[...] a combinação da probabilidade de ocorrência e da(s) consequência(s) de um determinado evento perigoso”, difere do termo perigo em que há uma situação de gravidade que oferece danos, lesões ou doenças. Segundo Fernandes (1991, s.p), no Dicionário Globo o significado de perigo é: “situação, conjuntura em que se está ameaçada a existência de uma pessoa ou coisa, risco, gravidade, inconveniente”, enquanto risco é “perigo, inconveniente, probabilidade de perigo”. Mesmo sendo relacionados como sinônimos, em um dos seus

termos nota-se claramente que há uma diferença. Dado que o risco é uma situação em que pode haver o perigo, ele é mensurável, calcula-se a probabilidade de algo suceder, diferentemente do perigo, em que há uma situação ameaçadora que pode levar a um dano.

A ABETA foi iniciada em 2003, com uma discussão na internet entre empresários destes segmentos, e formalizada em 2004, com o objetivo de “Buscar a excelência empresarial no turismo de aventura, crescimento do mercado, alcance e projeção internacional, qualificação dos profissionais, implementar a cultura da Gestão da Segurança e a cultura do mínimo impacto em ambientes naturais [...]”(ABETA, 2012, s.p).

No começo, tratava-se somente do segmento de Turismo de Aventura, mas em 2007, incluíram o Ecoturismo. No site da ABETA afirma-se que somam 305 sócios. As empresas destes dois segmentos podem associar-se e receber benefícios com a promoção e divulgação das empresas e destinos, qualificação dos serviços, suporte com assessoria jurídica, apoio a gestão, auxílio em momentos de crises, além de serem auxiliados com relatórios, diagnósticos, ganhar descontos e promoções.

Além disso, para melhor averiguar estes segmentos, esta associação consolidou um convênio com o Ministério do Turismo com o objetivo de “[...] realizar o projeto de fortalecimento e qualificação do segmento de Turismo de Aventura, que tem como objetivo implementar ações voltadas para o desenvolvimento do segmento com qualidade, *sustentabilidade* e segurança”. (ABETA, 2009, p. 27)

É importante ressaltar a diferença entre Turismo de Aventura e Ecoturismo. Muitas vezes os termos e suas abordagens se sobrepõem. Convém destacar as diferenças para que se possa aprofundar sobre cada atividade e, assim, atender as expectativas da demanda da melhor maneira.

A respeito do equívoco em considerar sinônimos os conceitos de Turismo de Aventura e Ecoturismo, Urt e Bassinello (2010) afirmam que isto prejudica o planejamento e a gestão, pois cada segmento exige uma demanda com características diferentes. Ao entender os segmentos passa-se a conhecer os turistas e, assim, é possível planejar os serviços com mais qualidade e melhor divulgação dos destinos, evitando que o turista sinta-se enganado.

Percebe-se que o contato entre homem e natureza é realizado de forma diferente, mas no mesmo meio natural, assim como a contemplação está para o ecoturismo, a aventura está inserida nas atividades com riscos controlados. O ecoturismo, segundo Western (1995, p.18) é:

[...] provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza e explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética (WESTERN, 1995, p.18)

Portanto, o Ecoturismo e o Turismo de Aventura são regidos pela força da natureza, mas a demanda anseia por objetivos diferentes. O primeiro pede o contato e a conservação da natureza de uma forma tranquila e relaxante, enquanto que no outro o turista aceita riscos, emoções e desafios nas atividades de aventura, estabelecendo um vínculo com a natureza, o que poderia levar a uma maior consciência do meio se isso fosse priorizado pelo prestador de serviço e pelo praticante.

ABETA e MTUR (BRASIL, ABETA, 2009) realizaram uma pesquisa em 2009 para saber o perfil do turista que se enquadra no segmento de Turismo de Aventura. Foram consultadas quase mil pessoas entre homens e mulheres das principais capitais do Brasil. Foram definidos comportamentos de turistas atuais e potenciais. Os resultados foram os seguintes: são turistas que gostam mais de sossego que badalação, planejam a viagem, compram pela internet, preferem decidir o que fazer quando chegam ao destino, contratam agências, compram pacotes completos, gostam mais de leitura, arte, cultura e história, são bons consumidores porque priorizam a qualidade em detrimento do preço. No caso de viajantes pais, contratam guias e na maioria das vezes, são os filhos que mandam na viagem. Por outro lado, os que não gostam de guias são predominantemente jovens, estudantes, solteiros e que moram com a família.

Devido à crescente demanda para este segmento do turismo, as instituições envolvidas começaram a averiguar uma maior necessidade de regulamentação, tornando necessárias políticas de fomento para inserir o Turismo de Aventura no mercado turístico. Antes, não havia normas para os agentes de turismo, turistas e profissionais técnicos. A segurança foi o requisito mais importante para o Ministério do Turismo publicar o Caderno de Regulamentação, Normalização e certificação em Turismo de Aventura (BRASIL, 2005).

As atividades praticadas e normatizadas pelo Ministério do Turismo foram classificadas no caderno de Turismo de Aventura Orientações Básicas (BRASIL E ABETA, 2010), conforme o local realizado e o elemento natural apropriado, as atividades são realizadas na terra, água e ar. Portanto, seguem abaixo suas denominações:

1.Terra: arvorismo, *Bungee jump*, cachoeirismo, canionismo, caminhadas (*hiking* curtas e sem pernoite, *trekking* longas e com pernoites), cavalgadas, cicloturismo, espeleoturismo, escalada, montanhismo, rapel, turismo fora de estrada e tirolesa.

2.Água: Bóia-cross, Canoagem, *Duck*, Flutuação, *Snorkeling*, *Kitesurfe*, Mergulho, *Rafting*, *Windsurfe*.

3.Ar: Balonismo, Paraquedismo, Voo Livre (Asa Delta ou Parapente).

Segundo BRASIL E ABETA (2010), tais atividades necessitam de equipamentos de segurança, gestão especializada das agências, no que diz respeito à informação ao cliente, manutenção de equipamentos, condutores profissionais, técnicas, pois envolvem riscos controlados e assumidos. As atividades são descritas da seguinte maneira:

- Arvorismo: locomoção de pessoas em árvores com altura e com percursos de dificuldades diferenciadas, permite contato com a fauna e flora durante o circuito.

- *Bungee jump*: salto de lugares altos como pontes, viadutos, estruturas com guindastes, queda livre com a cabeça para o solo e elástico preso aos pés, limitada pelo amortecimento.

- Cachoeirismo: descida com técnicas verticais em quedas d'água, com obstáculos aquáticos, seguindo ou não o curso d'água, exigem preparo físico.

- Canionismo: descida em cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente.

- Caminhada: são percursos predefinidos feitos a pé em áreas naturais com pouca estrutura e podem ser divididas em: caminhada de distâncias curtas chamadas de *hiking* ou caminhada de longo curso chamada de *trekking*. Esta última exige preparo físico e equipamentos como mochila, água, protetor, comida. O objetivo é a superação de limites e a contemplação.

- Cavalgadas: trajetos podem ser feitos de forma rápida, lenta ou passeio. Há cavalgadas de diversas maneiras: noturnas, ecológicas, curtas ou longas. Necessário um profissional devido ao risco de quedas com o animal.

- Cicloturismo: percurso com o uso de bicicleta e equipamentos de segurança. Pode ser realizado em ciclovias na cidade, como em trilhas. Geralmente são feitos em grupos com passeios noturnos ou matutinos.

- Espeleoturismo: atividades desenvolvidas em cavernas podem ser vendidas com caráter recreativo e finalidade turística. Em alguns casos, o nível de dificuldade exige descidas com técnicas verticais e mergulho.

- Escalada: subida em montanhas, paredes ou blocos rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos, utilizam agarras e cristais. Também realizados em paredes artificiais com lugares de sustentação.

- Montanhismo: atividade realizada em montanhas de diversas maneiras: caminhada ou escalada.

- Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugue: realização de percursos em vias não convencionais, como areia, descidas de dunas, com veículos automotores. Geralmente são condutores não profissionais. O percurso pode incluir trechos em vias convencionais.

- Tirolesa: deslizamento feito em linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal, mas que possuem um desnível para conseguir velocidade. É necessário o usuário ser preso na linha utilizando equipamentos específicos, como cadeirinha, mosquetões, etc.

- Boia-cross: atividade praticada em um minibote inflável, onde a pessoa se posiciona de bruços com a cabeça na extremidade frontal da boia e os pés na parte final da boia, para descer o rio, com corredeiras leves. Também conhecida como *acqua-ride*.

- Canoagem: atividade praticada em canoas e caiaques, em qualquer meio aquático, seja ele em mar, rios, lagos. Pode realizar-se em águas calmas; se realizado em água rápidas, é necessário treinamento prévio.

- Duck*: descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis e remos, com capacidade para até duas pessoas.

- Flutuação /*Snorkeling*: atividade de flutuação em ambientes aquáticos, com o uso de máscara *esnorkel* que ajuda o praticante a respirar em baixo d'água para ter contato direto com a natureza, observando rochas, animais e plantas aquáticas. Usualmente utilizam-se coletes salva vidas.

- Kitesurfe: atividade praticada em pé com prancha preso nas mãos com uma pipa de tração inflável. Desliza-se sobre a superfície da água, podendo executar saltos e voos sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes.

- Mergulho: a atividade de mergulho pode ser autônoma, são utilizados equipamentos para respiração submersa ou apneia que exige somente a suspensão temporária

da respiração. O praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado. Para o Turismo de Aventura, tem fins recreacionais e contemplativos.

- Rafting*: descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis, geralmente com lugares de 6 e 8 pessoas que remam segundo as técnicas. As corredeiras obedecem a vários níveis com classificação de 01 a 04, sendo do menor para o maior grau de dificuldade.

- Windsurfe: atividade praticada em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela.

- Balonismo: atividade aérea feita em um balão de material anti-inflamável aquecido com chamas de gás propano. Depende de um piloto. As direções são controladas pelo vento e pelo conhecimento do balonista (piloto)

- Paraquedismo: salto em queda livre com o uso de paraquedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião. No Turismo de Aventura, o salto duplo é obrigatório e feito com um instrutor com mais de 1.000 saltos no currículo,

- Voo Livre (Asa Delta ou Parapente): praticado em lugares com altitudes como morros, montanhas. Salto com uso de uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto, por superfícies aerodinâmicas móveis (asa delta) ou por cabos e outros dispositivos controladores de vento e altitude (parapente). No Turismo de Aventura, também deve ser feito o voo duplo com instrutor. A prática está sobre o controle da FAI (Federação Aeronáutica Internacional).

Devido aos riscos a que estão expostos os praticantes destas atividades, foi necessário estabelecer normas técnicas. De acordo com BRASIL e ABETA (2009), estas foram desenvolvidas conforme a ABNT pelo Projeto de Normalização em Turismo de Aventura, executado pelo Instituto de Hospitalidade, responsável pela Secretaria Técnica do Comitê Brasileiro do Turismo (CB54), vinculado à ABNT, considerado o Fórum Nacional de Normalização do País. O Subcomitê Turismo de Aventura é de responsabilidade da ABETA.

A segurança no turismo de aventura envolve pessoas (tanto os clientes, quanto os prestadores de serviços, incluindo-se, também, as organizações públicas), equipamentos, procedimentos e as próprias empresas prestadoras de serviços. Por isso, as normas da ABNT foram desenvolvidas para assegurar e qualificar os prestadores de serviços, profissionais autônomos e praticantes desta modalidade.

Existem requisitos relacionados ao profissional responsável pela atividade (condutores) e aos equipamentos, responsabilidades para as agências turísticas e ofertantes que trabalham com aventura. As normas podem ser consultadas gratuitamente no *site* www.abntnet.com.br/mtur, graças à parceria da ABNT com o Ministério do Turismo. As descrições das atividades realizadas no turismo de aventura e suas terminologias encontram-se na norma ABNT NBR 15.500 (2007).

A propósito desta pesquisa, foram encontradas no município de Tamarana-PR, atividades de rapel, cachoeirismo, escalada, caminhadas curtas (*hiking*), arvorismo e tirolesa; a atividade de *rafting* é pouco frequente, porque depende da força dos rios para formar corredeiras. A seguir serão expostas normas de cada uma destas atividades. Também serão apresentadas as normas gerais de segurança apresentadas aos praticantes pelos condutores, os profissionais que conduzem os turistas nas atividades de aventura, na formalização da compra.

O Ministério do Turismo considera a ABNT NBR 15.331 (2005a) a mais importante norma brasileira, pois dispõe sobre as regras de segurança relacionadas a uma atividade que envolve riscos controlados, estabelecendo melhorias para o turismo de aventura de modo geral. As regras apontam para os requisitos para o sistema de gestão de segurança de aventura, ou seja, sistemas estabelecidos para atingir os objetivos e políticas traçados pela organização, com a pretensão de aumentar a satisfação e segurança do cliente, incluindo processos para melhoria contínua do sistema e a garantia de seguir os requisitos regulamentares aplicáveis à segurança do usuário, além de estipular os equipamentos necessários.

A norma ABNT NBR 15.286 (2005c) prioriza o turista, o comprador das atividades de Turismo de Aventura. Nela são encontradas orientações para analisar as condições mínimas de sua segurança e aspectos relativos aos contratos antes da formalização de compra. Já a competência de condutores é estabelecida pela norma ABNT NBR 15.285 (2005b) que sanciona as competências mínimas, a qualificação e certificação de profissionais deste segmento, independentemente do tipo de atividade praticada.

Cada modalidade de atividade do Turismo de Aventura tem suas normas específicas. A norma ABNT NBR 15.501 (2011a), referente à técnica vertical, engloba mais atividades que se utilizam desta técnica. São eles: rapel, escalada, cachoeirismo e tirolesa. Aborda requisitos de operação relativos à segurança dos clientes e condutores, especificando as horas de trabalho e horários de descanso, quantidade dos equipamentos, inspeção e manutenção corretiva.

Por parte da empresa, tudo isto deve ser documentado no registro de verificações. Em relação aos usuários, é necessário coletar os dados, como a condição de saúde, remédios, alergias etc. A norma ABNT NBR 15.502 (2011b) estabelece os procedimentos específicos para a aplicação das técnicas verticais em atividades turísticas, indicando como fazer e as técnicas de segurança dos equipamentos.

Apesar da parceria com o Ministério de Turismo, a ABNT produz as normas do Turismo de Aventura com uma visão somente empresarial e comercial. Portanto, utiliza os conceitos de “clientes” para turistas, e “produtos” para as atividades turísticas. Porém, o turismo é uma atividade complexa que privilegia o setor financeiro, mas trabalha com pessoas, e deveria abordar, especialmente, o lado social, que coloca o homem no centro do desenvolvimento.

Para os parques de arvorismo foi estabelecida uma norma que se subdivide em duas: a primeira parte é regida pela ABNT NBR 15508-1 (2011c), com requisitos das instalações físicas; específica para projeto, construção, montagem e manutenção dos parques com finalidade turística. A norma é bem detalhada, com aspectos claros sobre como planejar um arvorismo e a tirolesa, que são cabos muitas vezes ligados às árvores. Dispõe, por exemplo, sobre a obrigatoriedade do uso de cabos de aço, além da linha de vida, que deve ser na altura do ombro do praticante, aonde vão amarradas as cordas de segurança. Estipula a altura mínima de 1,40 metros dos usuários. Caso sejam crianças com necessidades especiais ou menores do que o tamanho mínimo estipulado, devem ser consultadas outras regras. Os riscos devem ser controlados quando os usuários estiverem com os pés a mais de 0,60 metros da altura do solo. Não deve haver obstáculos ou pessoas no chão. Se ocorrer queda e for possível se chocar contra uma árvore, por exemplo, deve-se envolver a área com rede ou colchões. Normas de menores impactos na natureza também são especificadas. Devem-se podar os galhos, conservar a mata nativa e o solo, documentar os recursos naturais, além de destacar como as passarelas devem ser feitas, segundo os obstáculos e as saídas de emergência ou socorro.

A segunda parte do arvorismo é conduzida pela ABNT NBR 15508-2 (2011d), que estabelece os requisitos para a operação de percursos e para as competências dos condutores de arvorismo, incluindo tirolesa com cabo de aço, isolada ou não, relativa à segurança dos clientes e condutores.

São especificadas normas para toda organização envolvida com o Turismo de Aventura - arvorismo: os equipamentos de cadeira, corda, polias, capacete, freio, trava queda são obrigatórios. O número de condutores deve ser de no mínimo dois quando houver

de um a dez praticantes. Sobe para três quando dobrar a quantidade de turistas. Estabelece os equipamentos para emergência, manutenção, instrução ao usuário, explicação do trecho a ser percorrido, como usar os equipamentos, locais de obstáculos mais dificultosos, locais de descanso etc.

Para percursos de caminhada longa, os requisitos estão na ABNT NBR 15505-2 (2008b), que instituiu uma graduação de dificuldade do percurso que vai de um a cinco, de acordo com suas características, conforme exemplificado abaixo:

1. Critério do percurso: foi estabelecido um critério com escala de um a cinco em relação ao percurso, devido ao número de fatores de risco calculados em cada critério, sendo: 1 - pouco severo, 2 - moderadamente severo, 3- severo, 4 - bastante severo, 5 - muito severo.

2. Orientação: são estabelecidas as condições do itinerário quanto a orientação de mobilidade no trajeto pré-estabelecido, condições de necessidade de bússola ou outros equipamentos, exigência dos pontos cardeais, indicação de sinalização e trilhas bem delimitadas.

3. Condições do terreno: percursos em superfícies planas, com ou sem obstáculos, que exige necessidade de técnicas verticais, por trilhas irregulares; se há pedras, muitas subidas, dificuldades de acesso, matas, rios.

4. Intensidade do esforço físico: estimativa do esforço necessário em relação ao percurso. Foi estipulado um critério de um a cinco de acordo com o tempo de caminhada, 1- pouco esforço (até 1 hora de caminhada), 2 - esforço moderado (de 1 a 3 horas), 3 - esforço significativo (3 a 6 horas), 4 - esforço intenso (de 6 a 10 horas), 5 - esforço extraordinário (maior que 10 horas).

Há exemplos muito interessantes de fichas que as prestadoras de serviço podem preencher para melhor atender os turistas de aventura. As agências de viagens, operadoras e demais prestadoras de serviços envolvidas com estas modalidades têm muitos benefícios com estas normas porque fazem o papel de uma consultoria. Esta norma estipula a forma de gestão, os valores em números de equipamentos, alturas, pesquisas comprovadas sobre cada modalidade e as melhores formas de desenvolvê-las, dados e regras obtidas mediante estudos comprovados para menor incidência de riscos, critérios e modelo de fichas a serem adotados. Estes regulamentos abordam cada modalidade e melhoram a eficiência e

eficácia dos serviços. Adotar as normas leva à padronização e à qualidade, estabelecendo uma equidade de serviços e aumentando a credibilidade do turista.

O exemplo de classificação do percurso de caminhada está em um modelo de ficha estipulado pela norma ABNT NBR 15.505-2 (2008b), como no Quadro 1. Para avaliar o percurso com informações importantes aos praticantes desta modalidade, na ficha estabelece-se o local de caminhada, o relevo, o clima, o critério de percurso, a orientação, as condições do terreno e a intensidade de esforço.

Quadro 1 - Exemplo da classificação do percurso de caminhada da ABNT.

Classificação do Percurso		PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA.		
Trilha da Cachoeira da Fumaça. Altura da queda: 380 metros				
Atividade: caminhada				
Trajeto: Serra da Larguinha (altitude: 300 m), logo o Morrão na Planície da Campina, passando pelo Curral e Campos Gerais. Final Rio de cor vermelha.				
Altitude máxima: 1320 metros				
Desnível total: 320 metros				
Distância do percurso: 12 Quilômetros (ida e volta)				
Tempo médio do percurso: 3 horas e 30 minutos				
Critério do percurso	Orientações	Condições do terreno	Intensidade de esforço	Condições específicas
2	1	2	3	Nublado com sol. Exige a utilização de equipamentos básicos. Percurso classificado conforme referência da ABNT NBR 15505 - 2

Fonte: ABNT (2008). Adaptado pela autora.

Devido à Norma da ABNT NBR 15505 2 (2008b), os critérios de um a cinco são estipulados para melhor esclarecer aos turistas o caminho e os obstáculos que irão percorrer. O número referente ao “Critério do percurso” tem avaliação dois, moderadamente severo, o que indica poucos obstáculos na trilha. Somente a subida inicial é um requisito severo. O critério de “orientação” tem avaliação um, pois não necessita de GPS, bússola ou outros equipamentos, sendo a trilha bem destacada. As “condições de terreno” têm nota dois, porque há uma subida íngreme no começo da trilha, mas não são necessários outros equipamentos ou técnicas verticais. Por fim, a “intensidade do esforço” faz referência ao tempo médio do percurso, neste caso, nota 3, por ser uma caminhada de mais de três horas.

A norma NBR 15505-1 (2008a) refere-se à atividade de caminhada que não envolve pernoite no percurso, assim como a segurança dos usuários e competência mínima dos condutores. A competência mínima de condutores para caminhadas longas com pernoites no trajeto podem ser consultadas na NBR 15398 (2006b).

Para as atividades de escalada e montanhismo, a norma ABNT NBR 15397 (2006a) faz referência às capacidades mínimas para os condutores. É importante salientar que existem outras diversas normas, algumas gerais, outras específicas, que podem ser consultadas dependendo do objetivo de cada um dos atores envolvidos neste segmento. Por isto, segue o Quadro 2 com o resumo e síntese das Normas Técnicas de Turismo de Aventura Publicadas.

Quadro 2 - Normas Técnicas de Turismo de Aventura Publicadas

<p>ABNT NBR 15331 (2005a) Turismo de Aventura – Sistema de gestão da segurança – Requisitos. Especifica requisitos para um sistema de gestão da segurança e aplicação de processos de melhoria contínua visando promover a prática de atividades de aventura de forma segura. (Mtur, 2010, p.29).</p>
<p>ABNT NBR 15285 (2005b) Turismo de Aventura – Condutores – Competências de pessoal. Estabelece resultados esperados e competências mínimas para condutores de Turismo de Aventura, independentemente do tipo de atividade praticada. (Mtur, 2010, p.29).</p>
<p>ABNT NBR 15286 (2005c) Turismo de Aventura – Informações mínimas preliminares a clientes. Elenca requisitos gerais mínimos de informações relativas à segurança e aos aspectos contratuais pertinentes, referentes a produtos e serviços que incluam atividades de Turismo de Aventura, ofertados por pessoa física ou jurídica, antes da formalização da compra. (Mtur, 2010, p.29).</p>
<p>ABNT NBR 15370 Turismo de Aventura – Condutores de <i>rafting</i> – Competências de pessoal. Estabelece resultados esperados e competências para condutores relacionadas à preparação e condução de cliente para a prática de <i>rafting</i>. Essa norma é complementar à NBR 15285. (Mtur, 2010, p.30).</p>
<p>ABNT NBR 15397 (2006a) Turismo de Aventura – Condutores de montanhismo e de escalada Competências de pessoal. Especifica resultados esperados e competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades de montanhismo e de escalada. São considerados dois tipos de condutores distintos: condutores de montanhismo e condutores de montanhismo e escalada. Essa norma é complementar à NBR 15285. (Mtur, 2010, p.30).</p>

<p>ABNT NBR 15398 (2006b) Turismo de Aventura – Condutores de caminhada de longo curso. Competências de pessoal. Estabelece os resultados esperados e as competências mínimas para condutores de Turismo de Aventura com atividade de caminhada de longo curso. (Mtur, 2010, p.30).</p>
<p>ABNT NBR 15505-1 (2008a) Turismo com atividades de caminhada – Parte 1: Requisitos para produto. Estabelece os requisitos para produtos de turismo com atividades de caminhada que não envolvam pernoite, relativos à segurança dos clientes e condutores. (Mtur, 2010, p.31).</p>
<p>ABNT NBR 15505-2 (2008b) Turismo com atividades de caminhada – Parte 2: Classificação de percursos. Estabelece os critérios referentes à classificação de percursos utilizados em caminhadas sem pernoite quanto às suas características e severidade. (Mtur, 2010, p.31).</p>
<p>ABNT NBR 15.501 (2011a) Referente à técnica vertical - engloba mais atividades que se utilizam desta técnica: rapel, escalada, cachoeirismo, tirolesa. Aborda requisitos de operação relativos à segurança dos clientes e condutores, especificam as horas de trabalho e horários de descanso, quantidade dos equipamentos, inspeção e manutenção corretiva. (Adaptado ABNT, 2011.)</p>
<p>ABNT NBR 15.502 (2011b) estabelece os procedimentos específicos para a aplicação das técnicas verticais em atividades turísticas. (Adaptado ABNT,2011).</p>
<p>ABNT NBR 15508-1 (2011c) Requisitos das instalações físicas; específico para projeto, construção, montagem e manutenção dos parques com finalidade turística. Planejamento de arvorismo e tirolesa. (Adaptado ABNT, 2011).</p>
<p>ABNT NBR 15508-2 (2011d) Requisitos para a operação de percursos e para as competências dos condutores de arvorismo, incluindo tirolesa com cabo de aço, isolada ou não, relativa à segurança dos clientes e condutores. (Adaptado ABNT, 2011).</p>

Fonte: Adaptado do Caderno Turismo de Aventura do MTur e normas da ABNT (2013).

Portanto, estas normas vieram colaborar com o Turismo de Aventura, ajudando a diminuir o amadorismo destas atividades e contribuir para uma maior segurança dos viajantes e qualidade dos serviços. As prestadoras de serviços, que antes não tinham em que se basear, sem referência ou regulamentação, a partir destas normas puderam controlar as atividades de aventura por meio de uma orientação de serviços e ações planejadas, inclusive incorporando práticas de gestão de qualidade e gestão de riscos, de maneira a fornecer atividades de forma responsável e segura, assegurar um melhor atendimento, dar eficiência nos “pacotes” de viagens e ainda aumentar a credibilidade da empresa.

O Turismo de Aventura proporciona um maior contato com a natureza, o que poderia levar o turista a refletir e estabelecer um vínculo de pertencimento com o ambiente, se trabalhadas estas questões e motivada a conscientização ambiental, social e cultural. Logo, cabe ao ofertante (agências de viagens, guias, profissionais) fazer surgir no turista este interesse e respeito, pois não se pode obrigar, mas sim motivar o turista, e em uma boa gestão torna-se indispensável a educação ambiental dos hóspedes, estabelecendo a importância do ambiente e respeito pela cultura local.

Segundo Coriolano e Morais (2011), o aumento da interação entre homem e meio natural exige um adequado descarte de lixo, baixo impacto ambiental e estético, formulação de diretrizes para o aumento da consciência ambiental dos praticantes, apoio à educação e treinamento ambiental para guias e envolvidos, capacitação de pessoas da comunidade, regulamentação de vendas e, com isto, a proibição de artefatos ilegais ou espécies ameaçadas, adoção das normas de uso das áreas naturais e segurança, manutenção de publicidade coerente com o produto oferecido e maximização da qualidade de atendimento do hóspede.

Como qualquer outra atividade, o turismo de aventura deve priorizar atitudes que minimizem os impactos ao meio ambiente, considerando que muitos adeptos deste segmento queiram praticar esportes em contato com a natureza. A gestão de ambientes naturais deve ser realizada por meio de planejamento para que possam prever os impactos antrópicos sobre o meio e analisar até que ponto as alterações podem ser reconstituídas naturalmente pelos ecossistemas. Afirma Ross, (1995, p.66 e 67) no fragmento a seguir:

[...] que a natureza tem capacidade de auto-recuperação pois o homem por mais que a altere, não consegue interferir na sua essência; que é possível utilizar-se dos recursos da natureza sem dizimá-los, a medida que se planeje seu uso e aplique tecnologias que respeitem seus limites [...].

A consciência ambiental é definida pelo usufruto dos recursos naturais pelo turismo, mas de forma que se possa restabelecer o seu equilíbrio natural e possa ser conservado para as gerações futuras. Portanto, os serviços turísticos com fins lucrativos e apropriação do meio natural têm que estar planejados de forma a minimizar os impactos.

Outro princípio norteador das atividades turísticas que envolvem os recursos naturais são as normas e as leis voltadas ao setor ambiental. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2012), a Lei nº 6.938 de 31/08/1981 estabelece o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, que institui medidas de desenvolvimento econômico

e ordenação de territórios, incluindo padrões para a proteção ambiental. O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) acrescenta a importância do Plano de Manejo, que objetiva o planejamento de um zoneamento interno, com regras de uso e sua conservação.

As leis também contribuem para a conservação ambiental. Um exemplo é o artigo 225, inciso VI, intitulado de “Estudo de Impacto Ambiental” (EIA), obrigatório nas obras ou atividades potencialmente causadoras de significativas degradações do meio. Este regulamento é de natureza preventiva. Após o estudo, é realizado o “Relatório do Estudo Prévio de Impacto Ambiental” (RIMA). Estas leis estabelecem diretrizes e bases para o planejamento, que pode ser um orientador no planejamento turístico, bem como fiscalização e incentivos fiscais.

Tem destaque no Turismo de Aventura no Brasil o município de Brotas, em São Paulo, que em cinco anos conseguiu tornar-se referência neste segmento. Segundo o site da Prefeitura (BROTAS, 2012) tudo teve início com a união dos setores públicos e privados, ou seja, a Prefeitura e os investidores. A primeira agência surgiu em 1994. Observando as potencialidades naturais desta área, começaram ofertando atividades de aventura, principalmente o *rafting*. Atualmente, existem onze agências, e o poder municipal vem promovendo e solidificando o turismo.

Também tem destaque para o Turismo de Aventura no Brasil e em especial no Paraná o município de Tibagi. Segundo pesquisa de campo realizada a 14/02/2012, o proprietário da agência Alain Jourdain informou que faz acordos com os donos das fazendas mediante uma taxa e assim pode utilizar os rios e cachoeiras para a prática das atividades de aventura. Algumas propriedades também têm restaurantes ou áreas de alimentação para atender os turistas.

Segundo o site *Adventure Sports Fair* o evento de mesmo nome é considerado o mais importante da América Latina, reunindo a cada ano em um país os equipamentos, profissionais, praticantes, empresários e ONGs do Turismo de Aventura. Criado em 1999, este evento conta com uma associação intitulada BAS - *Braslian Adventury Society* (Sociedade Brasileira de Aventura), com o objetivo de fortalecer e reunir seguidores deste segmento.

Estas organizações são importantes para melhorar o segmento do Turismo de Aventura no sentido de divulgação e marketing, aperfeiçoar a segurança, melhorar a regulamentação, aumentar a venda e a motivação, reunir os adeptos destas atividades para solucionar os pontos negativos e apurar os pontos positivos.

A gestão e o planejamento não são tarefas simples de serem aplicadas ao Turismo. Desta forma, a Cartografia pode ser uma ferramenta valiosa para avaliar e estudar a viabilidade do Turismo de Aventura. Os mapas podem revelar dados antes escondidos e auxiliar os planejadores em diversos casos em que seja necessário definir as potencialidades turísticas, representando os lugares passíveis da instalação de equipamentos turísticos. Dados numéricos sobre o aspecto físico ou social, por outro lado, podem revelar as fragilidades do local turístico e divulgar riscos, falhas e prevenção.

A Cartografia é útil também para os leitores de mapas, neste caso, os turistas. Os mapas podem revelar o espaço turístico, a localização, as atividades a serem realizadas, as distâncias da localidade, os serviços existentes, as fotos dos atrativos e muitas outras utilidades que o redator gráfico pretenda demonstrar. Com a ferramenta do Geoprocessamento, é possível georreferenciar os locais deste segmento em meio computacional e contribuir com mapas para os turistas melhor orientarem-se e mapas para os gestores poderem fazer uma melhor ordenação do território. Esta ferramenta contribui, portanto, na elaboração de um plano em que o turismo funcione como um indutor do desenvolvimento local, gerando inclusão.

O Plano Municipal de Turismo de Tamarana é inexistente e pode ser traçado a partir dos pressupostos estabelecidos no Plano Nacional de Turismo executado de 2007 a 2010 pelo Ministério do Turismo no Brasil, em que é apresentado um diagnóstico do país, que serve como subsídio para a orientação das possíveis metas a serem atingidas ao término dos quatro anos. Portanto, pode-se observar os problemas do município e, a partir destes, traçar metas para melhorar a qualidade de vida da população.

2 PROPOSTAS DE TURISMO PARA INCLUSÃO

Neste segundo capítulo, será abordado o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, elaborado pelo Ministério do Turismo, que tem como objetivo fomentar a atividade turística no Brasil, focando no turismo interno e atraindo mais turistas estrangeiros para melhorar o desenvolvimento socioeconômico do país. Este foi o último plano realizado no Brasil. Com algumas modificações em relação ao primeiro Plano, que começou com o surgimento do Ministério do Turismo em 2003, estipulando metas até 2007 para ser um balizador de desenvolvimento desta atividade no país. Atualmente, ainda não há a publicação de um novo plano e por isso torna-se inviável a análise comparativa do cumprimento das metas.

O método do Plano Nacional foi bem detalhado e por isso pôde ser utilizado para um planejamento da atividade turística em Tamarana- PR. Primeiramente, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007) foi feito um diagnóstico com dados estatísticos e discutiram-se as potencialidade e fragilidades do fenômeno turístico no Brasil. Logo traçaram-se metas de crescimento para os quatro anos. Desta forma, foi possível averiguar como este plano atingiu o Estado do Paraná e aumentou as possibilidades de turismo para as regiões que ganharam autonomia com o *Programa de Regionalização*, no qual cada região ou localidade pôde desenvolver sua própria potencialidade.

De acordo com esta proposta, foi pensado, nesta dissertação, o planejamento de turismo com base local para o município de Tamarana, que tem excelentes condições físicas para o Turismo de Aventura e que pode ser desenvolvido com maior expressão, se bem planejado e inserindo a população nas tomadas de decisões. Algumas estâncias do município vivem do turismo e ofertam algumas atividades de aventura, mas ainda é pouco significativo. Falta uma regulamentação e padronização na forma de ofertá-lo para que os atores envolvidos, como a população, o setor público e o privado, sejam beneficiados.

Para tanto, foi preciso conhecer o município de Tamarana e pesquisar sua história, o planejamento existente para o setor do turismo, a exposição do plano diretor e toda a estrutura existente para o turismo.

2.1 PLANO NACIONAL DE TURISMO

De acordo com a OMT (2006) o setor de turismo é um gerador de empregos. A organização estima que a atividade turística gere de 6% a 8% de emprego no

mundo, além de possuir um baixo investimento se comparada a outros serviços. Por outro lado, como cita Brasil (2007) o turismo pode atuar como fator social transformando os espaços devido a sua grande gama de setores.

Por incorporar diferentes atividades, pode haver participação de diferentes atores como o setor público, o poder federal, estadual e municipal, o setor privado, empresas interessadas no investimento do setor e a população autóctone. O desenvolvimento com base local pede esta contemplação da inserção dos habitantes na participação da atividade com geração de empregos e distribuição de renda, oposto ao modelo global.

Conforme Buarque (1999, p.10) o desenvolvimento é um processo endógeno que “[...] requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativa dos atores locais em torno de um projeto coletivo [...] mesmo quando decisões externas, de ordem política ou econômica, tenham um papel de decisão na reestruturação socioeconômica do município ou localidade”.

Segundo Brasil (2007), o Ministério do Turismo, criado no governo Lula, em 2003, veio demonstrar a importância do setor, que pela primeira vez teve políticas voltadas para ele. Antes, a EMBRATUR era a autarquia de maior importância para o turismo. Criada em 1966, passou por várias repaginações, atualmente sendo responsável pelo *marketing* e promoção do turismo fora do país. Sendo assim, a criação de uma Política Nacional para o turismo foi necessária para estabelecer prioridades, direcionar os objetivos e melhorar os aspectos negativos. Por meio do planejamento é possível estabelecer diferentes dinâmicas para as diferentes escalas, projetar metas futuras com base nos dados atuais.

Conforme Brasil (2007), o turismo tem dado um salto de qualidade e se destacado no setor social e econômico. Foi pensando nisso que o Ministério do Turismo criou um mecanismo de planejamento e gestão com o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, “Uma Viagem de Inclusão”. Segundo o MTur (BRASIL, 2007, p.7) este plano apresenta “[...] estratégias e medidas que vão representar um estímulo ao mercado interno. São propostas que abrem as portas ao turismo nacional para que todos os brasileiros possam se beneficiar [...]”.

A proposta de fortalecimento do mercado interno teve maior enfoque no Plano 2007/2010 que no plano anterior. Para Irving e Sancho (2012), isso se deve ao número quase dez vezes maior de turistas domésticos (46 milhões) em relação aos turistas estrangeiros (5 milhões).

Conforme exposto no plano (BRASIL, 2007), o subtítulo proposto “Uma Viagem de Inclusão”, tem como diretriz a inserção do excluídos no mercado do trabalho, a melhoria da qualidade de vida, diminuição da pobreza e a inclusão da viagem na cesta básica

dos brasileiros, como por exemplo, facilitar as condições de viagens e pagamentos, criar roteiros e pacotes com baixo custo para os idosos e aposentados, além dos estudantes e trabalhadores.

A inclusão trabalhada no plano seria no sentido de incluir os menos favorecidos nos postos de trabalho proporcionados pelas atividades turísticas, para uma melhor distribuição de renda e aumento do poder de consumo. Também utiliza a inclusão da viagem na lista de prioridades dos brasileiros, com facilidades de pagamento e baixo custo, investindo na competitividade dos destinos. Contudo, quando o turismo é mal planejado, pode trazer grandes prejuízos a um local, como pobreza, exclusão, perda da cultura local, poluição, violência, como por exemplo, o destino de Salvador que sem um planejamento se tornou uma cidade perigosa e suja.

Irving e Sancho (2012) escrevem que as políticas públicas neste plano incentivam com mais solidez a inclusão social em comparação a outros planos. Porém, o governo, apoiado nos altos índices de geração de emprego, renda e PIB, ainda segue focado no discurso do planejamento para o desenvolvimento econômico, uma visão ancorada na lógica de mercado, com o objetivo do lucro e o retorno imediato.

O fortalecimento do mercado interno proporcionado pelas viagens dentro do país e a divulgação do Brasil no exterior também são diretrizes do plano. Afinal, conforme Brasil (2007), quanto mais brasileiros e estrangeiros viajando dentro do país, maior é a movimentação nos setores do turismo, como o aumento do fluxo de transporte aéreo, rodoviário, o preenchimento dos leitos dos hotéis, na alta e baixa temporada, sem contar os serviços indiretos que se beneficiam, como limpeza, alimentos, comércio e artesanos.

Santos Filho (2003) afirma que o turismo doméstico só será possível se o governo der condições favoráveis para que o povo brasileiro possa conhecer o país. Para que isto aconteça são necessários juros baixos, incentivos fiscais e projetos sociais. Assim haveria um aumento no número de empregos e aumentariam os recursos para receber os estrangeiros.

Outro objetivo do plano é o desenvolvimento de novos destinos e a qualificação dos produtos turísticos já existentes. A descentralização contempla as diversidades dos locais que podem desenvolver o potencial turístico com o auxílio do setor público e privado, além de proporcionar atividades para obtenção de renda para a população. Também é primordial para a evolução do turismo que os destinos turísticos apresentem um padrão de qualidade, com qualificação de mão-de-obra, investimento na infraestrutura, propagandas, diversidade de ofertas, incentivo do aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista.

Segundo Brasil (2007), em 2004 foi lançado o programa Regionalização do Turismo-*Roteiros do Brasil*, pelo Ministério do Turismo, tentando diminuir a concentração predominante no litoral e propiciando o aparecimento de novos destinos para fomentar o mercado interno. Com o objetivo de impulsionar este programa foi criado o *Salão do Turismo* para apresentar os produtos turísticos brasileiros.

De acordo com Cruz e Sansolo (2003) o Programa de Regionalização do governo atribui diferentes conceitos sobre o tema região, citado várias vezes no plano. Ora se refere às regiões políticas administrativas, depois faz alusão as regiões econômicas fisiográficas. Tampouco utiliza a região como ferramenta de planejamento e gestão quando cita o Programa de Roteiros Integrados, mesmo atribuindo a organização de municípios em consórcios.

Para garantir a descentralização foram estipulados Fóruns que segundo a Política Nacional de Turismo propõem uma maior autonomia das regiões para desenvolverem suas próprias potencialidades. Foi um tema que continuou desde o Plano de 2003-2007. A gestão participativa segue contemplada neste plano, trata-se da união entre o povo, as esferas públicas (Federal, Estadual e Municipal), bem como o setor privado por um objetivo comum (BRASIL, 2007).

De acordo com Irving e Sancho (2012), o programa de regionalização obteve um conceito mais positivo neste plano em relação às políticas anteriores, o programa contempla o desenvolvimento do turismo, a participação social, a valorização cultural, a conservação ambiental e o enfoque na democratização dos benefícios gerados pelo setor turístico. Por outro lado, os autores dizem ser um desafio a descentralização, pois o governo tem tido dificuldade em integrar e articular todas estas áreas. Também o apoio ao desenvolvimento local e regional não pode ser completo devido à falta de recursos.

O incentivo à desconcentração dos destinos turísticos no litoral é uma vantagem para outras localidades desenvolverem-se com as oportunidades socioeconômicas que o turismo oferece, porém cabe ao poder público por meio das políticas públicas dar assistência financeira e social às comunidades. Sem a regulação do Estado o turismo pode não ser benéfico e as forças do mercado podem abater os menos favorecidos.

Segundo Fratucci (2008), o turismo, ao apropriar-se do espaço geográfico, pode desenvolver uma atividade artificial, um turismo sem relação com a cultura e costumes dos lugares, podendo levar a exclusão da população autóctone que não participa dos benefícios gerados por esta atividade. Muitas vezes, os planejadores se equivocam ao tentar investimentos com empresários de fora da região, que pouco sabem sobre a realidade do local

e que simplesmente seguem as regras do mercado global, deixando de incluir a sociedade, um exemplo, são os megaempreendimentos como ressortes que somente valorizam os grandes empresários e profissionais de alta qualificação.

Segundo Brasil (2007), o modelo desenvolvido pelo Ministério do Turismo, o Plano Nacional de Turismo 2007/2010, foi o último plano elaborado. Por isso foi utilizado como base metodológica para esta pesquisa. Recentemente foi anunciada a criação de um novo plano, mas oficialmente, ainda não está disponível no site do Mtur e por isso não foi possível averiguar se estas metas e valores atingiram ou se aproximaram das projeções estipuladas.

Conforme DISTRITO FEDERAL (2013), em Abril de 2013 foi aprovado o decreto do novo Plano Nacional de Turismo 2013-2016, mas que ainda não está publicado no site do Mtur. No site da Secretaria de Turismo consta que se pretende colocar o Brasil entre as três maiores economias do mundo até 2022. De acordo com o mesmo site, seguem metas ousadas, como: o aumento do número de viagens domésticas dos atuais 197 milhões para 250 milhões, aumentar a chegada de turistas estrangeiros para quase 8 milhões por ano e o acréscimo da receita do turismo internacional de R\$ 6,6 bilhões para R\$ 10,8 bilhões.

Comparado com o último plano vigente, não há grandes diferenças nas metas propostas, mas se não houver mudanças até sua oficial publicação, o objetivo do desenvolvimento social retrocederá, pelo fato de focar na economia do Brasil e orientar as ações para o mercado global, devido aos futuros eventos mundiais que ocorrerão no país. Além disso, o fomento na propaganda para atrair mais turistas e os padrões de qualidade para aumentar a competitividade entre as regiões parece ter mais foco no produto que no sujeito. Segue o plano com os objetivos de descentralização e o incentivo ao mercado interno. Caberá analisar mais tarde se abordará a questão social e democrática da inclusão, além de equipamentos e infraestrutura para suportar o aumento da demanda de turistas.

Primeiramente, no PNT 2007-2010 foi feito um diagnóstico do setor turístico no Brasil. Levantou-se os dados de crescimento turístico doméstico e no exterior, os dados do PIB foram comparados com os anos anteriores, foi fomentada a competitividade com a inclusão de novos destinos, o *marketing* no exterior fez com que o Brasil avançasse para o ranking do 16º lugar entre os países mais visitados, as chegadas de turistas internacionais cresceram 150% de 1995 a 2006, porém houve decréscimo em 2006 devido à crise da Varig com pouca oferta nos números dos voos (BRASIL, 2007).

Cruz e Sansolo (2003) ressaltam esta visão utópica do governo quando citam que o país tem “vocação” para o turismo. Esta visão equivocada deixa em segundo

plano o lado social e cultural do país, pois os fatores para o turismo se constroem historicamente junto à sociedade. O discurso governamental é otimista no sentido de que o turismo pode melhorar os problemas do Brasil como desemprego, desigualdade, pobreza, também nota-se uma evolução com o planejamento do Ministério do Turismo com base em uma Política Nacional de Turismo.

O barômetro da OMT (2012), um medidor dos fluxos turísticos, traçou uma perspectiva do aumento do turismo para os continentes para o ano de 2013. A América tem uma projeção de 3 a 4 % de crescimento, sendo estipulado 4% para a América do Sul. Também ressalta o aumento do fluxo de turistas nos países emergentes.

O Plano (BRASIL, 2007) afirma a participação das entidades privadas, instituições públicas e dos Fóruns, que atuam como agentes na gestão descentralizadora. Houve grande investimento do PAC – Programa de Aceleração de Crescimento, programa do governo que centrou seus esforços nos incentivos a investimentos privados e na infraestrutura turística, como aeroportos e estradas.

Irving e Sancho (2012) alegam que o plano propõe uma articulação positiva entre os diversos setores vinculados ao turismo que compõem os Conselhos e os Fóruns. Propõem ainda o uso de tecnologias de informação para auxiliar na integração das diferentes esferas apontadas no programa de descentralização.

Citada no plano (Brasil, 2007), a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) afirma que o turismo é o setor que mais demanda mão-de-obra. Segundo a mesma fonte, o relatório da RAIS (Relação Anual de Informação Social) seguiu o método da OMT, agregando 12 setores da economia e estipulando um crescimento de 17,3% de 2002 a 2006, sem avaliar o mercado informal.

O Ministério do Turismo firmou convênio com a Infraero no intuito de ampliar e melhorar a infraestrutura dos aeroportos, sendo destinados R\$ 350 milhões para estas obras (BRASIL, 2007). No PNT, foram concedidos créditos para investimentos em projetos de turismo e capital de giro no valor de R\$ 2,2 bilhões, concedidos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

Conforme Cruz e Sansolo (2003), a visão economicista segue ao longo de todo o plano, embora tenha abordado o fator social com grande ideia de progresso, os números exorbitantes refletem esta visão de ordem econômica do governo. Da mesma forma, Santos Filho (2003) analisa a manipulação dos dados estatísticos, nos quais são contabilizados valores excedentes para uma boa impressão do crescimento do turismo.

É correto afirmar que o turismo é um fenômeno mundial que vem crescendo no mundo todo. Não seria diferente no Brasil. Porém, estes valores calculados são astronômicos e não se tem uma base analítica para compará-los.

De acordo com Brasil (2013), no diagnóstico foram abordados os programas de qualificação profissional de vários setores que envolvem esta atividade, como os taxistas, lojistas, guias de turismo, pousadas, restaurantes, hospedagens, artesãos, agências de viagens etc. Afirma que o Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial, criado em 2006, investiu R\$ 15,3 milhões para melhorar serviços como, por exemplo, manipulação de alimentos, projetos técnicos para inserção dos jovens e atendimento aos turistas, dentre outros.

Para Irving e Sancho (2011), apesar de ser um pressuposto central para evitar a exclusão, o processo de qualificação dos agentes envolvidos é abordado de forma isolada, não integrando as principais ações. Os autores citam que o projeto prevê a qualificação para os agentes, para a sensibilização da população, novas metodologias pedagógicas, cursos, oficinas, sendo estas ações necessárias desde o ponto de vista mercadológico. Porém não é suficiente a ênfase na formação da cidadania para atingir uma mudança efetiva, o correto seria um planejamento com uma nova filosofia voltada para o humano.

O plano indica as qualificações necessárias, mas não como fazê-las. Privilegia os empreendedores e a população, deixando excluídos outros agentes do turismo que auxiliariam no desenvolvimento da qualidade do turismo, como os turismólogos. Um exemplo é a atuação do profissional de turismo que fica esquecida e exclui a importância da profissionalização. Isto se mostra contraditório em um documento com enfoque na qualidade do turismo. Faz-se, ainda, alusão ao turismo como se fossem empresas voltadas para o lucro, sem pensar no fator social intrínseco a este setor.

Em suma, foram estipuladas metas no PNT com projeções de 2007 a 2010 para que este setor alcançasse uma posição de destaque. Depois de um diagnóstico com informações e dados numéricos, foram estipuladas as seguintes metas: o aumento das viagens domésticas, criação de empregos, qualificação dos destinos turísticos e geração de divisas.

De acordo com Brasil (2007), a meta número um foi promover viagens no mercado interno para atingir 217 milhões em 2010. Os dados foram medidos em 2005 pela FIPE (Fundação do Instituto de Pesquisa Econômica) e referem-se a viagens com no mínimo um pernoite, individual ou em grupo. Para chegar a estes valores foram usados alguns indicadores indiretos como os totais de pernoites, os gastos per capita, a permanência média dos turistas (nove dias em média), os desembarques nacionais e o transporte rodoviário de

passageiros. Além disso, foram contabilizados os gastos com aluguel de veículos, ingressos em parques e atrações turísticas e créditos autorizados ao consumidor. Estes últimos referem-se aos créditos do *Cartão Turismo*, oferecido pela Caixa Econômica, e projetados com um crescimento de 20% ao ano. Tem destaque o transporte aéreo, que veio se popularizando nesta última década. Por isto houve um aumento significativo de 23% entre os anos de 2003-2006. Os números de desembarques foram de 43,1 milhões para 46,3 milhões no ano seguinte segundo o Plano.

A segunda meta consistiu em criar 1,7 milhões de novos empregos e ocupações de 2007 a 2010. Inclui-se nestas vagas os empregos de ordem formal e informal. Brasil (2007) cita o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), tendo como base a recomendação da OMT (Organização Mundial de Turismo) para mensurar as atividades características deste setor. Já o RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) foi encarregado de gerar valores somente para os empregos formais no mercado de trabalho. Outro indicador considerado é o financiamento concedido pelo Banco Oficial de Crédito (BNDES, BB, CAIXA, BASA e BNB) para cobrir os empreendimentos turísticos das mais diversas categorias.

Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional foi a terceira meta do plano. O plano de Marketing Nacional denominado “Plano Cores do Brasil” destacou 65 potencialidades para desenvolver regiões turísticas em todas as Unidades Federais. De acordo com o PNT (BRASIL, 2007a, p. 52), “Essa ação deve ser desenvolvida com base no princípio de *sustentabilidade* ambiental, sociocultural e econômica, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração [...]”. Ainda segundo o plano, como indicadores indiretos foram mensurados os investimentos em infraestrutura, pessoas qualificadas, profissionais e empreendimentos certificados como as condições necessárias para a estruturação dos destinos. Destaca-se a projeção de até R\$ 1,5 bilhões em investimentos para a infraestrutura turística.

A última meta consiste na geração de 7,7 bilhões de dólares em divisas projetadas para o ano de 2010, relacionando o aumento da divisa com o fluxo internacional de turistas. Afirma-se em Brasil (2007) que os valores foram estimados pelo Banco Central do Brasil, considerando os dados de chegada de turistas estrangeiros, 7 milhões de turistas em 2010, os desembarques internacionais, 10 milhões de passageiros, e que se mantivesse o tempo de permanência dos turistas em 14 dias para os estrangeiros e 9 dias para o turista doméstico.

Vale ressaltar que o termo viagem doméstica é diferente dos desembarques nacionais por referir-se com maior precisão a visitantes que permanecem mais de 24 horas. Conforme o plano, para atingir-se esta meta foi necessário determinar algumas condições, como investimentos de até US\$ 107 bilhões na promoção fora do Brasil, conhecida por “Plano Aquarela”, através do qual a Marca Brasil foi divulgada nos produtos brasileiros (Havaianas, biquínis, etc.) comercializados fora do país.

Para atingir estes dados, o Mtur (Brasil, 2007) elaborou programas e projetos para incitar as metas e atingir os objetivos estipulados. Um dos programas de extrema importância para o turismo é a informação turística. Chamada neste programa de “Informação e estudos turísticos” auxilia no funcionamento da cadeia produtiva, na elaboração de dados e, conseqüentemente, nas ações a serem tomadas. Estas informações possibilitam a avaliação dos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais da atividade para posteriormente auxiliar nas tomadas de decisões.

Portanto, para saber como o Plano Nacional de Turismo refletiu do âmbito nacional para a escala local, faz-se necessário saber se as políticas de turismo consolidaram-se no Estado do Paraná conforme as propostas de descentralização.

2.2 TURISMO NA ESCALA ESTADUAL - PARANÁ

O PNT 2007/2010 explica com detalhes o método utilizado para chegar ao planejamento nacional, incentivando o desenvolvimento local com a gestão descentralizada, estipulando políticas públicas para a qualificação dos destinos turísticos, programas de qualificação dos trabalhadores, abertura de créditos, investimento em infraestrutura, geração de divisas, criação de postos de trabalho e outros. Mas como será que se deu o processo de planejamento e gestão do turismo no Paraná?

O Programa de Regionalização do Turismo foi estendido desde o PNT 2003-2007 para outros planos. Segundo Paraná (2013), foi uma extensão do PNMT (Programa de Municipalização do Turismo) com o objetivo de articular os esforços dos municípios e desenvolver o turismo local e regional com a descentralização do turismo no litoral e a valorização do interior, com o objetivo de possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população por meio da inclusão dos menos favorecidos com o fomento do setor turístico.

De acordo com Paraná (2012), o plano de turismo do estado, com vigência entre 2012-2015, foi formulado sem muitas diferenças em relação ao Plano Nacional de

Turismo 2007-2010. Segue, portanto, com os objetivos de descentralização, ampliando os destinos e tipos de segmentos do Paraná. Ressalta a importância da inclusão social, a satisfação dos turistas, a divulgação do destino Paraná, a promoção de estudos e pesquisas, o aumento da competitividade com a estruturação da oferta turística, de parcerias entre setor privado, público, incentivo a qualificação profissional, aplicação de normas para a certificação e apoio à propaganda.

Ainda de acordo com o Plano Estadual foram estipuladas áreas estratégicas e programas de acordo com a Política de Turismo do Paraná, instaurada por lei em 2008. Dando continuidade ao Plano de Desenvolvimento do Turismo no Paraná 2008-2011, foi dividido em três macroprogramas.

A Gestão e Fomento do Turismo é o primeiro macroprograma. Visa o planejamento integrado e participativo com uma maior articulação entre os setores envolvidos na desconcentração turística, sendo orientado pela municipalização e a regionalização, estabelecendo as vocações das regiões e dos locais, assim como o monitoramento e avaliação dos destinos. Financiamento e investimento também são apontados para a promoção do acesso às instituições financeiras e a promoção de créditos para um maior número de pessoas ter acesso a oportunidades de negócios (PARANÁ,2012).

A criação de novos destinos tem o grande desafio de articular os setores e atores envolvidos. Quanto menos centralizado o poder, mais complexa é a capacidade de organização para trabalhar os objetivos em prol de um bem coletivo. Igualmente, são importantes as transversalidades das secretarias, o setor de infraestruturas, finanças, transportes, dentre outros, fazem parte do *trade* turístico e por isso podem e devem estar arrolados para um desenvolvimento socioeconômico do estado.

O segundo macroprograma é o aumento dos destinos turísticos no Paraná por meio da estruturação da oferta turística. Por isto, estabeleceu-se o inventariamento, mapeamento e sistematização para uma maior organização dos destinos. A fim de aumentar a solidariedade entre os municípios, propõe fomentar e consolidar as estratégias criando roteiros, classificando e organizando-os da melhor forma. Segundo o plano, a qualificação dos produtos turísticos ocorre por meio dos programas de conscientização e sensibilização para o seu desenvolvimento. Promover a normalização e a certificação também são objetivos do programa.

A diversificação dos destinos turísticos levou mais autonomia aos estados, que tiveram de se estruturar segundo seus próprios recursos. Dessa forma, atingiria o objetivo do PNT 2007/2010 em encontrar lugares com originalidades e diversidades para fomentar a

atividade turística nos estados e assim gerar mais postos de trabalho e democratizar as políticas locais. Para que o turismo possa agir como um forte indutor de inclusão social e redutor de pobreza, focou-se no local por meio de novas políticas de descentralização, deixando mais autonomia para as regiões para desenvolverem-se segundo os seus próprios recursos.

Conforme ratifica Brasil (2013a), para que os municípios atingissem esta política, foram instituídas Câmaras Temáticas (Legislação, qualificação profissional, infraestrutura, tecnologia da informação etc.). Para representar o Conselho Nacional do Turismo, foram estipulados os Fóruns, parte integrante do Sistema Nacional do Turismo que constituem um canal de comunicação entre o governo e os destinos.

O último macroprograma objetiva a promoção e apoio à comercialização por meio da divulgação dos destinos Paraná, visando consolidar os destinos existentes e conquistar novos, visando as ações promocionais e comerciais com novas estratégias de canais de distribuição, além de potencializar os eventos da Copa do Mundo/FIFA, 2014.

Mesmo com os programas de incentivo ao aumento dos destinos no Paraná, nota-se a centralização dos destinos já concretizados. As outras regiões ficam relegadas à segundo plano, assim como a região norte, com grande potencial nas modalidades de turismo rural, ecoturismo, aventura, e cultural que fica esquecida pelos visitantes devido à falta de uma forte divulgação. Cita Calvente (2004, p. 76) em seus estudos sobre as potencialidades do Norte Velho do Paraná que possui:

[...] uma série de elementos que indicam seu potencial interessante para o turismo rural, como a ocorrência de vias de acesso, a proximidade de importantes núcleos urbanos, a sua história e pré-história, a hidrografia, a relativa diversidade climática, o alto índice anual de insolação e aspectos de seu relevo, outros fatores, como as políticas públicas a respeito, é que poderão ser determinantes na escolha dos locais turísticos [...].

Além disso, o Plano de Turismo do Paraná 2012-2015 é bem superficial, com apenas duas páginas baseadas nos dados do Plano Nacional de Turismo, sendo perceptível a fundamentação do plano em escala nacional, e não com dados reais do âmbito estadual.

A institucionalização do turismo no Estado do Paraná foi recente. De acordo com Paraná (2013b), o surgimento das primeiras instituições públicas foi com o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), no qual o setor de turismo tinha o objetivo de

representar as belezas naturais do país. Logo extinto, este setor passou a ser vinculado à Secretaria Extraordinária do Comércio e Indústria, por curto intervalo de tempo, através da criação de um Conselho e da Empresa Paranaense de Turismo. Em 1966 foi criado o Departamento de Turismo e Divulgação, ficando vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas (PARANÁ, 2013b).

Como pode ser observado no histórico do Paraná, o turismo esteve ligado às secretarias de indústria e, depois, de obras. Isto explica a visão economicista que este setor possuía, sendo visados somente números, ao lucro imediato, falhando em uma abordagem social.

Ainda de acordo com a Secretaria de Turismo (PARANÁ, 2013b), em 1969 foi criado o Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR) e a Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR). Esta era uma empresa pública que possuía patrimônio próprio (Parque Estadual de Vila Velha - Ponta Grossa, Hotel Cassino - Foz do Iguaçu, Estância Hidroclimática de Santa Clara - Guarapuava, atualmente município de Cândói) e autonomia administrativa. Com a criação da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, em 1974, a PARANATUR passou a ser uma de suas vinculadas, mas logo foi extinta, e em 1987 passou a denominar-se Fundação de Esporte e Turismo (FESTUR).

A FESTUR assumiu as atividades desenvolvidas pela PARANATUR. O governador Roberto Requião sancionou uma lei que transformou a FESTUR em autarquia, integrando-a à administração indireta do Estado até 1995, quando passou a denominar-se *Paraná Turismo*. Esta autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios e autonomia administrativa e financeira, passou a vincular-se à Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, com sede na Comarca de Foz do Iguaçu, uma sub-sede na cidade de Curitiba e escritórios regionais em Londrina e Matinhos.

Somente em 2003 a *Paraná Turismo* passou a vincular-se a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), sancionada pela Lei nº 13.986 de 30 de dezembro de 2002, no governo de Jaime Lerner. Pela primeira vez, o setor do Turismo teve sua real importância com um “[...] órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, promoção, e ainda, a normatização, a fiscalização, a promoção e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social” (PARANÁ, 2013b, s/p).

De acordo com a Secretaria do Turismo do Paraná (PARANÁ, 2013b), a SETU tem como função definir as diretrizes e as políticas na área do turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico, e conta com três entidades autárquicas que auxiliam na estruturação do turismo: a *Paraná Turismo* é uma autarquia vinculada à secretaria que tem

como objetivo o planejamento, programas e políticas de fomento ao turismo e a busca da promoção desta atividade dentro do Estado do Paraná; o *Ecoparaná*, por sua vez, é um serviço social autônomo que desenvolve o turismo em áreas naturais e fomenta a conservação do ambiente, a geração de postos de trabalho e renda; por fim, o *Centro de Convenções de Curitiba* tem o foco na infraestrutura turística, buscando o fomento de eventos que movimentem a economia, levando cultura e conhecimento para a população.

Indica Paraná (2009) que os programas de regionalização – *Roteiros do Brasil* – realizados em 2003, desenvolveram dez regiões turísticas no Paraná, a saber: Litoral, Rotas do Pinhão Curitiba e Região Metropolitana, Cenários do tempo-Campos Gerais, Norte do Paraná, Corredores das águas-Noroeste, Riquezas do Oeste, Cataratas do Iguaçu e caminhos ao Lago Itaipu, Estradas e caminhos - Centro, Vales do Iguaçu-Sudoeste e Terras dos Pinheirais-Centro-sul.

Os estados do norte formaram, em 2006, a ADETUNORP (Agência de Desenvolvimento de Turismo do Norte do Paraná). Esta Agência “[...] tem por objetivo desenvolver e integrar o Turismo regional, promover o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte do Estado do Paraná, por meio de ações que impulsionem e estimulem o turismo regional em 92 Municípios” (ADETUNORP, 2013, s/p).

Segundo a ADETUNORP (2013), as potencialidades são muitas, como Eventos e Negócios, Náutico, Turismo Rural, como herança dos tempos do café etc. Além destas classificações, é possível desenvolver outros tipos de turismo no norte do Paraná, sendo a proposta desta pesquisa o Turismo de Aventura no município de Tamarana, devido às condições físicas propícias para esta atividade.

De acordo com o *site* Rota do Café (2013), a *Rota* tem destaque no norte do Paraná. Esta é organizada como um atrativo norte paranaense, com vários roteiros de visitas a fazendas tradicionais da região, antigas produtoras de café com fatores culturais, além dos restaurantes rurais. Algumas agências do município de Londrina e região são responsáveis pela venda destes roteiros, que são elaborados segundo os interesses dos visitantes.

A infraestrutura de apoio ao turismo nos estados é repassada pelo PRODETUR (Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo). Conforme Brasil (2007), estes buscam organizar as intervenções públicas por meio de investimentos para o fomento do turismo. O programa recebeu investimentos do PAC para a concessão de financiamentos pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), sendo divididas as regiões, como no caso da PRODETUR Sul, que abrange os três estados e mais o Mato Grosso do Sul, e possui investimentos de US\$ 250 milhões.

Segundo *Paraná online* (2008), o Estado do Paraná teve aprovação para os financiamentos do PRODETUR, sendo estipulados 100 milhões para investimentos no turismo, mas somente as quatro regiões selecionadas tiveram prioridades. Isto mostra como o ADETURNORP, foi rechaçado pelo poder público, sendo excluída dos valores de financiamentos. Chega a ser contraditório eleger somente algumas regiões em detrimento de outras frente aos programas de descentralização, que ainda mantêm o litoral e regiões consolidadas como favorecidas.

De acordo com Paraná (2013a), mais de 13 milhões de turistas visitaram o estado em 2012, o dobro se comparado com o ano anterior. A maioria dos visitantes é de outros estados do país, e os turistas estrangeiros têm atingido 1,2 milhões. Porém, é preciso observar que não são especificadas quais regiões do estado recebem estes turistas. Supostamente a maior parte ainda faz referência aos destinos já consolidados como o litoral, a capital Curitiba e a internacional Foz do Iguaçu.

A infraestrutura urbana é de primordial importância para o destino turístico. Por isto foi alvo de investimentos do governo a manutenção da qualidade das estradas, levar saneamento básico, cuidar do aspecto paisagístico, mantendo as ruas limpas, cultivar as áreas verdes. Também houve investimentos para os municípios realizarem o Plano Diretor. Por outro lado, sem um controle por parte das autoridades, um grande contingente de visitantes pode levar a problemas no abastecimento de água e energia, diminuindo a qualidade de vida dos moradores locais e diminuindo a qualidade das férias dos turistas, assim como por exemplo, nas praias do litoral de Santa Catarina em época de férias escolares.

O desenvolvimento local segue no sentido oposto às teorias modernas da globalização. De acordo com Coriolano (2003), o turismo pode ser um elo entre o global e o local. Apesar da necessidade do capital ele pode desenvolver-se localmente, contribuindo com o desenvolvimento na escala humana.

Portanto, é neste sentido que o setor do turismo pode contribuir com o desenvolvimento de base local, que tem como missão dar oportunidade de emprego para a população e proporcionar a melhoria da condição social, cultural, econômica, política e ambiental, ou seja, uma visão oposta ao crescimento econômico que visa à produção de bens, o capital hegemônico e o avanço tecnológico. O planejamento torna-se uma ferramenta valiosa para se evitar os malefícios que o turismo pode causar.

Mesmo sendo uma atividade atrelada ao capital global, o turismo com base local deve fazer uso dos recursos locais de maneira a não se tornar dependente das regras do

mercado. Pode, por exemplo, utilizar a mão-de-obra local, incentivar a cultura e a conservação da natureza, motivar a conservação do patrimônio e cultura, e muitos outros.

3 CARTOGRAFIA APLICADA AO TURISMO

Neste terceiro capítulo será abordado a Cartografia e alguns conceitos básicos das representações gráficas (neográficas) para retratar as relações dos fenômenos nos produtos cartográficos e deixar o mapa mais compreensível. Serão explanados os modos de implantação destas propriedades e as variáveis visuais, seus elementos, os símbolos, a escala, bem como seus elementos perceptíveis a olho nu. As técnicas servem para melhor representar a realidade e fazer com que o usuário consiga captar a mensagem que o cartógrafo quer transmitir.

No segundo item do capítulo será tratado o tema evolução da cartografia que teve seu início no papel com o croqui, depois com o advento do computador e seu uso em massa surgiram os mapas digitais. Esta evolução é tratada em relação às geotecnologias, as vantagens que apresentam e como permitem maior acesso dos usuários, facilitando a confecção e a divulgação de mapas produzidos.

A *web SIG* é uma grande evolução da geotecnologia, pois permite ao usuário ser o construtor do mapa, incluindo informações para a consulta, manipulando diferentes *layers* ou camadas para a visualização, escolher recursos de classificação e muitos outros, ou seja, oferece a combinação de mapas com a ferramenta de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Tem destaque para as aplicações multimídia, sendo possível elaborar várias funções como incluir vídeos, fotos, sons e *links*.

Tudo isso, aliado à Cartografia do Turismo, possibilitou produzir mapas tanto para os turistas como para os planejadores. A Cartografia pode constituir um instrumento importante para o planejamento e gestão, auxiliando nas etapas de diagnóstico, implementação e tomadas de decisões das atividades turísticas. As técnicas da Cartografia poderão orientar na construção de mapas temáticos voltados para o setor do turismo.

3.1 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Para contribuir com o Turismo de Aventura, a Cartografia é uma importante ferramenta na confecção de mapas para visualização dos atrativos turísticos, e além deles os meios de hospedagem, as estradas de acesso, os restaurantes etc. Os mapas para o turismo podem ser considerados temáticos porque ilustram um tema e são especializados, se diferem dos mapas topográficos com características descritivas, determina Joly (1990, p. 74 e 75) “que

o objetivo dos mapas temáticos é o de fornecer [...] uma representação convencional dos fenômenos localizáveis de qualquer natureza e de suas correlações”.

Conforme Martinelli (1991) os mapas temáticos são representações gráficas, ou seja, sistemas de sinais para comunicação, cuja linguagem é gráfica, bidimensional, atemporal, destinado à percepção imediata. Portanto, esta imagem captada com o mínimo de inteligência deve ser absorvida de forma clara e objetiva, a isto chamamos de semiologia monossêmica, no qual não se devem representar ambiguidades, tendo o usuário de mapas que assimilar a mesma mensagem, diferente de uma fotografia que é polissêmica e pode ser interpretada de diferentes maneiras.

Segundo Joly (1990, p.7) a Cartografia é “a arte de conceber, de levantar, de redigir e de divulgar os mapas”, para o autor esta ciência é ao mesmo tempo, uma arte e uma técnica, pois o construtor do mapa tem várias funções antes de fazer o mapa, se inicia com um levantamento de campo e/ou pesquisa bibliográfica, análise de dados, elaboração dos mapas e publicação. A Cartografia não é somente uma técnica, além de ciência é arte porque perpassa por todo um processo de pesquisa, criação, elaboração e por último a atuação do profissional, seja no papel ou no meio digital as impressões pessoais ficam contidas nos mapas devido à interpretação do redator.

A Cartografia contribui significativamente no setor do turismo advoga Oliveira (2005), sendo possível realizar análises deste segmento de diversas maneiras: podendo dar mais destaque aos elementos na área de ocupação do turismo, revelar pontos positivos e negativos e despontar outras variáveis que possam ser especializadas relacionando-as com a atividade turística.

De acordo com Bertin (1986, p.139) um mapa tem vantagens e desvantagens, sendo que “um mapa geográfico é a transcrição de elementos na superfície da terra” apresenta duas propriedades: a informação interna de proximidade topográfica e a introdução de um problema ou informação externa no mapa para sua interpretação e decisão. Para reproduzir muitos caracteres em um mesmo plano é um problema, pois o componente X,Y mobiliza todo o plano e a dimensão Z não separa todos os caracteres, muitas informações superpostas podem dificultar a mensagem restando como solução um conjunto de mapas. Portanto cita:

[...] a Cartografia é antes um meio de tratamento de informação, independente dos meios de publicação. Ela pode servir seja para descobrir caracteres correspondentes geograficamente a um dado caráter, seja para descobrir a repartição geográfica definida por um conjunto dado de caracteres [...]. (BERTIN, 1986, p. 161)

A semiologia gráfica estabelece suas regras, ou pelo menos os seus princípios tal como a gramática estabelece os da língua escrita ou o solfejo os da música. Para cada problema a resolver o cartógrafo deverá levar em conta às propriedades expressivas e perceptivas das variáveis visuais relacionadas ao sistema de informações a ser difundida. Como um autor diante de sua página em branco, ele reúne as letras (os símbolos) para com elas formar palavras (as imagens) que se combinarão no espírito do leitor num texto harmonioso (o mapa). (JOLY, 1990).

A Cartografia se vale de uma linguagem visual que segundo Bertin (1986) funciona como a linguagem formal de texto onde o desenho não é uma ilustração e sim o corpo do texto. Existem várias possibilidades de construções gráficas, porém existem alguns meios (regras) para transcrevê-las, os elementos podem ser diferentes ou constituir uma relação de *semelhança, de ordem ou de proporcionalidade*. Também é necessário escolher qual a variável visual que representa melhor o tema proposto. As variáveis visuais são exploradas pela variação de *tamanho, valor, granulação, cor, orientação e forma*.

Bertin (1986) complementa que os modos de implantação destas propriedades podem ser em *pontos, linhas e zonas*. O primeiro modo é usado quando o usuário pode compreender o mapa utilizando ponto, por exemplo, mapas que representam pontos turísticos, o segundo modo é usado quando não se necessita estabelecer a largura e comprimento como, por exemplo, estradas de um destino turístico. Um exemplo de representação em zona são as áreas urbanas e rurais, ou zonas turísticas que sofrem variações *de tamanho, granulação, orientação e forma*. Estas informações pode ser analisado no Quadro 3 de Bertin:

Quadro 3 - As variáveis visuais, modos de implantação e a natureza das relações.

Natureza das Relações	Variável Visual	Modo de Implantação							
		PONTOS			LINHAS				
Q QUANTITATIVA	TAMANHO								
	VALOR								
≠ SELETIVA	COR								
	ORIENTAÇÃO								
	FORMA								

Fonte: Adaptado de Bertin (1973).

Ratifica Bertin (1986) que as variáveis de imagem *tamanho* e *valor* (*Z*) são as que constroem a imagem no plano de duas dimensões (*X* e *Y*), a variável *tamanho* passa a ideia de *proporção* na medida em que os objetos se diferenciam, já a variável de *valor* passa uma ideia de *ordem* por meio de uma variação de cores, do claro para o escuro; existem as variáveis de separação *cor*, *granulação*, *orientação* e *forma* passam ideia de seleção, são seletivas, principalmente quando se aumenta a escala.

Ratifica Joly (1990) que o redator gráfico deve saber aplicar estas variáveis dependendo do que ele quer mostrar ou sugerir ao leitor, obedecendo algumas regras semiológicas, porém exige-se a competência de sua interpretação e a melhor forma de transmitir esta mensagem, já que um mapa não é neutro, ele transmite uma realidade geográfica, mas com certa subjetividade de quem o produz.

Um exemplo proposto por Martinelli está representado no Quadro 4 que demonstra as relações de objetos turísticos e os conceitos de diversidade, ordem e proporcionalidade.

Quadro 4 - Relações, conceitos e transcrições gráficas entre os objetos.

Relações Gráficas	Conceitos	Transcrições Gráficas
Praia Montanha Neve	Diversidade \neq	Δ ● †
Hotel 3★ Hotel 4★ Hotel 5★	Ordem (O)	○ ⊙ ●
1kg arroz 3kg feijão 4kg carne	Proporcionalidade (Q)	□ □ □

Fonte: Adaptado de Martinelli (2003).

O redator gráfico deve ter conhecimento destas técnicas para aplicar convenientemente a cada tema a ser tratado visualmente, para que sejam perceptíveis ao usuário e não causem dúvidas, aponta Martinelli (1991). Na comunicação visual indicado por Bertin (1986) a mensagem emitida de um emissor para um receptor tem que chegar bem projetada, sem interferências, estas perturbações o autor denomina de “ruído”, podendo levar a alteração e até a anulação da mensagem.

Preconiza Oliveira (2005) que o construtor do mapa tem grande responsabilidade sobre o mapa, em retratar de maneira mais real os objetos e os fenômenos, ou seja, a preocupação em “como fazer” da melhor maneira a representação da realidade, sem deixar dúvidas para o receptor.

Além destas variáveis, outros elementos compõem o mapa como: o título, a legenda, a escala e outras informações em texto são as primeiras observações do leitor, de acordo com Joly (1990), estes símbolos são de propriedade universal, desta forma, usuários de mapa com um mínimo de iniciação podem compreendê-los. Os signos, às vezes, representam um objeto material ou algum símbolo de ordem ideológica ou cultural, por isso são identificados com ou sem a necessidade de uma legenda.

Por outro lado, Oliveira (2005) alerta que estes signos podem resultar em ideias ambíguas ou de difícil interpretação, isto se deve a falha do profissional em não conseguir representar a imagem da realidade ou também um equívoco pela parte do leitor que, por algum motivo não consegue compreender, por exemplo, um estrangeiro pode encontrar dificuldades em identificar algo em um mapa relacionado com uma cultura diferente.

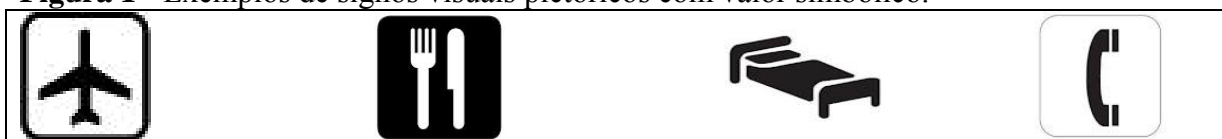
Relacionando estes aspectos a uma Cartografia do Turismo, fica evidente a dificuldade em caracterizar símbolos universais para o Turismo de Aventura, uma vez que, o

turismo envolve diversos setores e atividades que representam um fenômeno mundial. Segundo Oliveira (2005, p.32) “A Cartografia é uma construção cultural, portanto, espelha um contexto histórico, social, econômico e político. E está em constante mudança, como toda cultura”.

Para Bos (1984) dentre os diversos símbolos existentes, para melhor representar os mapeamentos turísticos são os símbolos pictóricos, devido à semelhança do objeto real com o desenho representado no mapa, facilitando a visualização do usuário, este poderá também recorrer à legenda para confirmar seu raciocínio ao decifrar a imagem.

Para o turismo pode haver alguns símbolos que permitem uma compreensão de maneira imediata, os signos pictóricos tais como: os hotéis, aeroportos, restaurantes, contam com uma linguagem universal (Figura 1). Afirma Joly (1990, p.13) que os signos devem ser claros “no sentido em que utiliza uma gama de símbolos compreensíveis por todos, com um mínimo de iniciação”.

Figura 1 - Exemplos de signos visuais pictóricos com valor simbólico.



Fonte: Oliveira (2005). Adaptado.

Desta forma, os signos devem dar conta das representações já que o mapa é uma leitura imediata e indubitável, os signos de Turismo de Aventura, por sua vez, devem ser bem selecionados uma vez que a variedade de esportes relacionados a este segmento faz relação com os mesmos elementos: água, ar, terra (Figura 2), por isso a escolha do signo deve ser de melhor compreensão possível.

Figura 2 - Exemplos de signos visuais de Turismo de Aventura.



Fonte: Oliveira (2005). Adaptado.

Afirma Munari (1997, p.69) que existem alguns filtros para processar a imagem, um deles seria o filtro cultural, que “[...] deixará passar só as mensagens que o receptor conhecer, isto é, as que fazem parte do seu universo cultural”. A partir disso,

pensando em uma cartografia do turismo, seria bem difícil trabalhar com ícones semelhantes já que se trata de turistas procedentes de diversos lugares do mundo, com culturas diferentes.

Como se pode notar não há um ícone de esportes de aventura de conhecimento universal, ainda que os esportes sejam conhecidos por muitas pessoas, não há uma Cartografia do turismo com signos comuns para esta modalidade de turismo. Estas representatividades nos mapas são importantes para a orientação dos turistas que podem observar os esportes de sua preferência em determinada localização, a representação das distâncias, as diversas maneiras de movimentar-se ao núcleo receptor e outras formas de facilitar as informações dos atrativos turísticos, além de aumentar a credibilidade de quem a oferece.

A legenda é um elemento que auxilia na compreensão do mapa turístico, com considera Nogueira (2008, p.46) que a legenda revela o significado dos signos, “a idealização destes signos para construir um mapa, sua seleção e arranjo afetam fortemente a visualização e a comunicação do mesmo”.

No Turismo de Aventura, além das opções das legendas de esportes de aventura e infraestruturas, exemplificados na Figura 2, podem-se utilizar os signos geométricos para representar elementos em um espaço turístico. Além disso, acrescenta Martinelli (2003) que a legenda pode ser enriquecida com fotografias do local, o que garante um maior alcance social.

Figura 3 - Legendas com signos geométricos.

▣- Museu	Δ- Monumento	■- Centro de informação	○- Parada de ônibus
----------	--------------	-------------------------	---------------------

Fonte: Oliveira (2005). Adaptado.

Em sua pesquisa Pereira (1998) faz referência a um teste elaborado em um colégio com símbolos cartográficos para verificar a eficiência na comunicação destes símbolos para o turismo, os símbolos geométricos foram tardiamente reconhecidos, enquanto os pictóricos eram apreendidos com mais rapidez. Conclui-se na pesquisa de Pereira que os signos geométricos não são muito aconselháveis para mapas de turismo devido a grande quantidade de tempo que o usuário tarda a interpretar o símbolo, tendo, portanto, que recorrer à legenda mais vezes.

Portanto, os símbolos pictóricos são mais interessantes para o turismo, porém como este fenômeno aborda diversas culturas podem representar dificuldades de

interpretação dos mapas, muitas vezes, é preciso criar símbolos e representá-los na legenda, podendo acrescentar fotos para uma representação mais próxima da realidade.

3.2 GEOTECNOLOGIAS

Com as novas tecnologias computacionais, é possível manipular inúmeras funções e detalhes no mapa, sem contar a facilidade e rapidez com que se produzem mapas atualmente, o que é muito diferente de tempos passados, principalmente, quando o uso de croquis predominava. Esta arte de “*croquiização*” definida por Raisz (1965) foi muito usada pelos geógrafos no século XIX, caiu em desuso devido ao artifício da fotografia obtida sem esforço e com a reprodução de uma vista panorâmica. Além disso, com as novas técnicas, as fotografias aéreas revolucionaram a Cartografia que foi adquirindo maior importância após a Segunda Guerra Mundial, porque o território precisava ser reconhecido e, portanto mapeado, o autor cita:

En los comienzos del siglo XX, recibió la Cartografía una nueva y poderosa ayuda con el empleo de las fotografías desde el aeroplano [...]. Hasta entonces, las mediciones topográficas era hechas estableciendo una red de triangulación que se llenaba operando con plancheta,..., brújula; este método es laborioso y complicado [...]. (RAISZ, 1965, p.58)

Argumenta Wood (1994) que os primeiros contatos da cartografia com computadores surgiram de uma investigação informal, sem conhecimentos técnicos e somente com mapas elaborados em um processo cognitivo construído pela mente e projetados para um arquivo. Mesmo sem rigor científico serviram para arquivar e manter a existência de mapas que remontou a uma fonte rica de evidências da Cartografia. Os mapeamentos existiram desde 5000 anos A.C., mas foi depois da invenção da imprensa no século XV que as produções cartográficas despontaram.

Duque e Mendes (2006) afirmam que o mapa mais antigo que se tem conhecimento foi encontrado na região da Babilônia com representações de montanha e rios feitos em uma argila há mais de 2.200 anos antes de Cristo. Os autores citam que no Brasil a Cartografia teve início com as grandes navegações portuguesas na época do descobrimento do Brasil. Nesta época, os mapas eram poucos detalhados e com muitas representações fantasiosas sobre a descoberta do paraíso. Já no século XVII os mapas elaborados pelos europeus para a navegação de conquistas de terras no hemisfério se aproximavam mais da realidade.

A visualização cartográfica cita Wood (1994) data antes do século XVII e foi elaborada pela necessidade da área da saúde em analisar supostas causas de mortes com epidemias relacionadas a poços de água. Foram mapeados os lugares de poços de água e as mortes para saber se existia alguma relação com a doença. Por isso, o autor pontua que a função da Cartografia poderia decorrer do surgimento de problemas e do desejo de lograr soluções e propostas, extinguindo a limitada ideia de que mapas eram utilizados na velha Europa somente para traçar rotas de navegação e caminhos para conquistas de terras e povoados, além de arquivar paisagens e imagens físicas.

Por outro lado, cita Taylor (1994) com a evolução da tecnologia foi possível elaborar mais produtos cartográficos em menos tempo e com baixo custo, também, permitiu uma maior interação e manipulação com informações espaciais em tempo real o que levou um aumento de diversos temas nesta área, melhorando a Cartografia em quantidade e qualidade.

Menciona MacEachren (1994) que a visualização cartográfica é um aceitável método de prática científica que decorre da evolução da Cartografia, de acordo com as novas tecnologias de informação visual, unindo a técnicas de computação gráfica e os Sistemas de Informação Geográfica-SIG. As inovações proporcionadas pela visualização cartográfica proporciona a possibilidade de manipular dados geográficos e realizar análises por meio da interatividade e animação de mapas, podendo o usuário eleger símbolos e funções para os elementos geográficos.

De acordo com Cartwright (1994) novos elementos foram sendo introduzidos com os mapas interativos devido à utilização das técnicas de multimídia, no qual possibilitou aos usuários de sistemas de informações espaciais a criar diferentes formas de procedimentos e manipulação de dados. Esta nova forma de representar os dados em meios digitais fizeram surgir novos produtos e novas formas de representação por meio da multimídia que foi possível incluir mais funções na representação cartográfica, como por exemplo, fotos e textos. Afirma o mesmo autor que o termo multimídia denomina as várias formas de mídias para a representação da visualização cartográfica.

Com o advento da internet e com um custo acessível foi possível a utilização em massa dos mapas os quais se tornaram mais interativos, uma vez que os mapas estáticos tornam-se desinteressantes, já que com o aumento das possibilidades de interatividade os usuários querem explorar cada vez mais e participar da sua construção. Um exemplo é o *Google Maps*, no qual possibilita localizar endereços, traçar rotas, estipular distâncias, propor tempo percorrido; e o *Google Earth*, no qual é possível buscar localizações geográficas em nível mundial com imagens orbitais. Este avanço resultou em vantagens para

diversos segmentos que utilizam a Cartografia como ferramenta, principalmente o segmento do turismo, caracterizado hoje como uma atividade socioeconômica em expansão, sendo importante para o desenvolvimento de uma área, principalmente do “núcleo receptivo” (destino turístico).

Os trabalhos científicos sobre turismo e Cartografia têm aumentado devido à importância do tema e as vantagens que os mapeamentos proporcionam aos turistas e aos planejadores. Títulos como “Aplicação do Spring no mapeamento de informações turísticas”, escrita por Adriana Pereira (1998), “Visualização cartográfica aplicada ao turismo”, autoria de Patricia Rizzi (2003), “Cartografia e Turismo: discussão de conceitos aplicados às necessidades da cartografia turística” (2008), feita pelos autores Manoel Fernandes, Paulo Menezes e Marcus da Silva e outros citados nesta pesquisa, comprovam a utilidade da Cartografia do Turismo.

Com o uso dessas tecnologias, os mapas temáticos para o turismo podem ser elaborados com a ferramenta SIG (Sistemas de Informação Geográfica), que segundo a definição de Câmara e Monteiro (2012, p.1) são “algoritmos e estruturas de dados utilizados para armazenamento e tratamento de dados geográficos”, desta forma podem obter dados a partir de fontes de infraestrutura, clima, relevo, uso e ocupação do solo etc. Nogueira (2008) mostra que o SIG é um sistema que permite integrar mapas e banco de dados de diferentes fontes e tipos. Devido sua manipulação podem ser elaboradas análises espaciais e visualizados os dados em todo tempo do processo, constituindo o SIG um poderoso aliado para análise do espaço e, conseqüentemente, para a tomada de decisões.

Nos tempos atuais surgiram inúmeros programas computacionais voltados para a Cartografia, o que antes era descrito e registrado em um intervalo enorme de tempo e com grande dificuldade, hoje com a tecnologia da informática é possível combinar vários dados e mapas, armazenar e representar as informações em um sistema computacional o que se denomina Geoprocessamento, como ratificam Câmara e Davis (2012). Com as novas tecnologias é possível marcar com precisão os dados no espaço e depois inseri-los nos mapas. Alguns destaques na atualidade são o SIG (Sistemas de Informação Geográfica) e o GPS (Sistema de Posicionamento Global).

Com o uso da ferramenta computacional do Geoprocessamento denominada SIG, é possível ir mais além que somente realizar a função de localização, segundo Câmara e Davis (2012, p.1) este sistema “permite realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar banco de dados georreferenciados. Tomam ainda possível automatizar a produção de documentos cartográficos”.

As diferentes disciplinas podem transformar os dados de cada área em *algoritmos*, ou seja, registrar de forma computacional um banco de dados para serem manipulados e posteriormente analisados. Portanto, as funções de um SIG são inúmeras e quem deve decidir como utilizá-las é o cartógrafo.

Salienta Nogueira (2008) que o que diferencia o SIG de outros sistemas é a capacidade de justapor camadas, denominada Plano de Informação – PI (*layers*), existindo infinitas possibilidades que o profissional queira trabalhar. Outra vantagem do SIG são as várias probabilidades de manusear os dados, podendo ser consultados, editados, transformados e visualizados de forma individual ou coletiva, este conjunto se dá pela integração de diferentes tipos de fontes.

Devido a isso, os dados podem ser pesquisados em diferentes fontes, em diferentes áreas do conhecimento. Para analisar o turismo é preciso a interdisciplinaridade, podendo conceber tanto o lado qualitativo representando o setor social, como o modo quantitativo representando o setor econômico. Há inúmeras possibilidades de fontes como: consultar os dados estatísticos do IBGE, fotos aéreas ambientais do IBAMA, dados da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) para a aviação, leis e normas da ABNT e outras variantes.

Estas funções dependerão da informação a ser produzida e do acesso de dados espaciais georreferenciados manipuláveis em um banco de dados. Cada SIG é dotado de inúmeras funções, mas nem sempre é necessário usar todas em uma análise, para cada operação existem algumas funções para que se alcance a análise desejada, isto dependerá da experiência do profissional e das metas que se pretenda alcançar.

Outra forma de georreferenciar as informações espaciais é o uso da ferramenta GPS que é um Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System*) utilizado para a localização de pontos georreferenciados na superfície terrestre. Isto é feito devido o posicionamento de ao menos quatro satélites artificiais, capazes de fornecer posições na superfície da terra, como as coordenadas latitude e longitude ou as coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator).

Segundo Rocha (2002), a tecnologia de posicionamento e localização por satélite assegura precisão elevada de latitude e longitude, cujos resultados são obtidos pelo envio de informações de pelo menos quatro satélites para posicionar as coordenadas. Também é informada para o usuário a altitude de sua localização, entre outras funções importantes, o que depende do aparelho e de suas funções disponíveis.

Existem outras possibilidades ainda mais avançadas na forma de elaborar mapas, citam Fernandes, Menezes e Silva (2008) a *Cartografia Web* e Multimídia que possibilita a interatividade do usuário em lugares como a Internet, no qual podem ser empregados recursos multimídias como vídeos, sons, fotos etc.

As aplicações cartográficas na *web* cita Ramos (2005) tem crescido muito porque além de ser fonte de pesquisa é também um importante meio de divulgação de dados geográficos, assim, o usuário pode disponibilizar imagens de satélites, mapas, material de referências etc. A autora cita que a linguagem utilizada neste meio *web* começou com HTML (*Hyper Text Markup Language*) no qual é localizada segundo uma barra de endereços denominada URL (*Uniform Resource Locator*), os arquivos gráficos como GIF, JPG, BMP, PNG e outros são implantados na página HTML, podendo ser arquivos estáticos ou animados, porém ainda apresentavam baixo grau de interatividade até surgir a HTML 2.0.

Complementa que posteriormente com o avanço das tecnologias, novos aplicativos dinâmicos como o SIG com uso na *web* e os arquivos abertos como XML, GML e SVG criados pelo *W3 Consortium*, permitiram o desenvolvimento de aplicações cartográficas baseadas em banco de dados geográficos e não somente em mapas e permitindo uma melhor visualização do produto.

O *world wide web* é o meio mais recente de explorar e disseminar ainda mais os produtos cartográficos, segundo Kraak (2002) os mapas podem ser estáticos e dinâmicos nos quais se subdividem em consulta e conteúdo interativo ou interface. De acordo com o autor, os mapas estáticos podem servir para consultas, que podem vir provenientes do papel, mas também podem ser interativos, estes seriam os mapas clicáveis com *links*, permitindo as ferramentas de *zoom*, *pan* e marcar e desmarcar os planos de informações na tela. Os mapas dinâmicos para consulta podem utilizar as animações como os GIFs animados, porém com pouco ou nenhuma interatividade, enquanto os mapas dinâmicos de interface ou conteúdos interativos são criados em versão VRML, na qual o usuário interage com a programação e animações.

Segundo Cartwright (1994) o uso do SIG com a aplicação dos elementos da multimídia como uma ferramenta para a visualização cartográfica pode ser entendido como um caminho de decisões baseadas na avaliação e consideração de dados espaciais originais e geograficamente referenciados, permitindo um melhor entendimento pelo usuário. O autor cita um exemplo de multimídia *linked* que pode ser descrito com a ferramenta SIG utilizando *layers* e sobrepondo-os, nos quais o usuário pode decidir fazer corretamente a visualização

(análises) de problemas, dados e mudanças utilizando os meios de manipulação de planos de informação (*layers*), gráficos dinâmicos e informações sonoras.

Um exemplo de mapa interativo é o projeto do grupo IMAP&P/UEL (Universidade Estadual de Londrina) denominado Atlas Digital da Região Metropolitana de Londrina (RML) realizado desde 2011, com produção de mapas temáticos referentes à RML. Os mapas podem ser acessados pelo link <<http://www.uel.br/projetos/atlasrml/equipe.html>>, com temas sobre a RML, mapas municipais, publicações de trabalhos científicos e bases de dados para *downloads*.

Cita Ramos (2005) que os *web* mapas podem ser divididos em: *web sites* para consultas e *web sites* interativos, a primeira categoria são mapas estáticos formados em um arquivo *raster*, como GIF ou JPG, eles podem ser escaneados e passados para o meio digital e ser trabalhados em programas como *Photoshop* (Adobe) ou exportados em formato *raster* para o programa onde ele foi desenvolvido. Ainda existem os sites para *downloads* que permitem baixar arquivos em formato *ArcInfo*³ e *DXF*⁴ e os formatos PDF (Adobe) que permitem qualidade de impressão e *zoom* na tela, mas para isso o usuário deve baixar o *Acrobat Reader* que está disponível gratuitamente na *internet*. Na segunda categoria complementa a autora, existem quatro tipos de *web sites* interativos: os de linguagem HTML, que podem criar imagens por meio de links que levam a outras imagens e informações, a linguagem VRML que são sites que possibilitam inúmeras vantagens de interatividade entre usuário e *site*, possibilitam uma imagem próxima do real, permitindo a criação e simulação de novos elementos no espaço geográfico, e por último, os recursos *web SIG* com tecnologia *vetorial* interativa.

A *web SIG* permite que uma gama maior de usuários explore a combinação entre internet e os sistemas de informações geográficas, permitindo novas formas de disseminação e aplicações de diferentes níveis de informação (*layers*), de acordo com seu interesse e necessidade. (RAMOS, 2005). Existem três aplicativos como formas de uso: CGI (*Common Gateway Interface*) utilizado com um dispositivo *gateway*⁵ para facilitar a comunicação entre diferentes servidores é preciso baixar o aplicativo *Plug-in*⁶ para instalar e acessar o programa; por último, o *Java* que tem grande potencial, pois não depende de um

³ ArcInfo é a solução completa de software GIS desktop da Esri, inclui funcionalidade de ambos Arc Editor e ArcView e acrescenta análise espacial avançada.

⁴ DXF *Drawing Exchange Format* é um arquivo de intercâmbio para modelos de CAD. Em sua maioria os profissionais de AutoCAD utilizam o formato DWG com maior frequência, mas o DXF também é aceito pelo programa, que também pode ser aberto por programas como Adobe Illustrator, Corel Draw, entre outros.

⁵ Gateway ponte de ligação destinada a interligar redes, serve de intermediário entre usuário e rede.

⁶ Plug-in é qualquer programa, ferramenta ou extensão que se encaixa para adicionar mais funções.

programa específico aumentando sua acessibilidade nos diferentes servidores e ainda oferece arquivos compactos. Além disso, estão sendo desenvolvidos programas (*softwares*) para a utilização do geoprocessamento como ESRI⁷ (*MapObjects*⁸ e *Arc View Internet Map Server*), Intergraph⁹ (*GeoMedia Web Map*), Autodesk¹⁰ (*Map Guide*) e Map Info¹¹ (*MapXtremw*).

É importante salientar que os mapas elaborados no meio digital ou *web* também podem ter um efeito negativo. O editor, muitas vezes, pode produzir mapas superficiais por causa da tecnologia, que acaba auxiliando na elaboração de dados e diminuindo a reflexão deste levando a resultados pouco sólidos, perdendo em qualidade em relação aos trabalhos realizados manualmente.

Uma proposta desta pesquisa é a utilização desta ferramenta *Web GIS*, apresentada no Capítulo 4, para a divulgação do Turismo de Aventura em Tamarana, no qual os usuários podem acessar o *link* e interagir, adicionando informações e elementos multimídia. A divulgação é rápida e simples podendo utilizar os meios como *e-mail* ou redes sociais, mensagens por meios eletrônicos e muitas outras formas onde qualquer usuário poderá acessar, desde que esteja conectado a rede mundial de computadores *internet*. Isto será abordado com a cartografia aplicada ao turismo.

3.3 GEOPROCESSAMENTO NO TURISMO

Conforme Fernandes, Menezes e Silva (2008) a Cartografia turística pode ser trabalhada de duas maneiras: uma para orientar os organizadores e órgãos responsáveis para o planejamento e a gestão, e outra para os turistas, com o objetivo de orientação no espaço e tempo. Este último mapa pode ser proposto para orientar os turistas, ou seja, mapas de localização, mas também podem ser agregadas características físicas dos lugares e outras informações relevantes. O processo se inicia quando o turista sai do polo receptor, se desloca no espaço e vai a busca de um destino diferente do seu *habitat*, longe da sua rotina, por fim chega ao núcleo receptor onde está a fase final da atividade turística, neste local o turista está interessado em se localizar no espaço e no tempo, já que é um espaço diferente do seu entorno social. Com os mapas ele pode localizar as estruturas, os lugares de maior interesse e o tempo

⁷ ESRI uma empresa americana especializada na produção de soluções para a área de informações geográficas.

⁸ MapObject software que permite embutir mapas em suas aplicações, possível combinar gráficos, multimídia e objetos de banco de dados.

⁹ Intergrap aplicativos de compartilhamento de dados geográficos para tomada de decisões.

¹⁰ Autodesk aplicativos de compartilhamento de dados geográficos para tomada de decisões.

¹¹ MapInfo aplicativos de compartilhamento de dados geográficos para tomada de decisões.

de deslocamento, estas informações são necessárias para que ele possa se organizar de acordo com seu tempo e recurso.

O mapa de turismo representado pela Cartografia turística tem como função responder de forma clara e precisa algumas perguntas como “Onde estou?”, “Aonde vou?”, “Como vou?” e “Por onde vou?”, considerando que o turista não é um profissional em leituras de mapas, é necessário filtrar as informações para que não fique uma poluição visual, porém se deve ter um cuidado em não omitir algum dado importante, ratifica Fernandes, Menezes e Silva (2008).

Já que o tempo também é de grande relevância para o turista, a noção de escala (distância), direção, posicionamento e simbologia são essenciais para o entendimento do mapa. A escala segundo Nogueira (2008) é a razão entre a distância gráfica e a distância real expressa na mesma unidade, já que os mapas são representações do mundo retratadas de forma reduzida, sendo assim, a relação de dimensão define o potencial de comunicação.

Quanto ao profissional responsável pela atividade turística, para ele, os mapas podem oferecer informações importantes e demonstrar o que a realidade esconde, por exemplo, as fontes de dados sobre o turismo podem ser mostradas em mapas de quantificação, por outro lado, em mapas de qualificação a superposição de dados com fontes de estruturas e recursos podem destacar resultados antes não obtidos em trabalho de campo e assim ajudar no planejamento de um espaço ou auxiliar na gestão de uma atividade turística.

Afirma Rizzi (2003) que o SIG para o Turismo é muito útil porque pode relacionar o mapa do destino turístico com o banco de dados (ex: consultas de hospedagem, informações sobre os atrativos), além disso, permite fazer mapas para os turistas de distâncias entre os atrativos e mapas temáticos com *links*, isto é, com conexões que ao clicar dão acesso a fotografias, sons, vídeos, uma ideia mais próxima da realidade do local.

Sendo o turismo um fenômeno social e econômico, é possível, com o auxílio do geoprocessamento, projetar informações pertinentes para averiguação e tomadas de decisões. Também é possível planejar o meio ambiental que o turismo se apropria para a prática do Turismo de Aventura, por meio de mapas para turistas e para gestores.

Os mapas para turistas não precisam ser somente registros, podem ser construídos com dados coletados com precisão de recursos tecnológicos como o GPS, e com eles pode ser elaborado um banco de dados com informações diversas relativas ao que se quer expressar na linguagem cartográfica. Um ponto no mapa pode ser composto por vários dados, como cita Colavite (2006): cartas topográficas, fotografias aéreas, tabelas, textos, censos, cadastros públicos e outros.

No setor do turismo ainda há poucos dados informatizados específicos, por se tratar de um fenômeno atual, na maioria das vezes, é preciso ir a campo e coletar dados para editar informações em um banco de dados, cujo usuário ou cartógrafo pode alterar e manipular com facilidade, produzindo seu próprio material de estudo. Por isso, para os estudos turísticos também podem ser coletados dados e informações *in loco*, já que o turismo envolve muitos setores e áreas do conhecimento.

Independente da temática abordada na produção de mapas para o turismo, segundo Câmara e Monteiro (2001) o SIG pode ser trabalhado de duas diferentes formas, a primeira em um banco de dados geográficos e a segunda baseada em projetos.

1. Banco de dados geográficos: organizados em um banco de dados, da mesma forma que o tradicional, assim como o *Access*¹², *Excel*¹³, o profissional pode agregar atributos não espaciais e/ou referências geométricas para cada tipo de dados. O *ArcGis*¹⁴ (*ArcCatalog*)¹⁵ e o *Spring*¹⁶ são exemplos de sistemas organizados de banco de dados. Um exemplo voltado para o turismo pode ser um banco de dados dos atrativos turísticos de um núcleo receptor com seus referentes atributos, assim como: distâncias, características dos locais, meios de locomoção para estes espaços, informações adicionais sobre as atividades de aventura o que seria uma possibilidade de informações pertinentes ao turista.

2. Projetos: organiza-se pela delimitação da área de trabalho, ou seja, o referencial geográfico (coordenadas geográficas) que se pretende trabalhar e a seguir outras entidades que irão compor o projeto. Portanto, podem ser compostos por camadas, níveis ou plano de informações (PIs), que variam em formatos, escalas, temas conforme a necessidade de cada estudo.

Nestes programas trabalha-se com uma hierarquia de dados, sendo o Banco de dados geográficos, depois o Projeto e por último os P.I's. Os mapas têm como função apresentar diferentes propostas para análises feitas pelos planejadores e profissionais envolvidos com a atividade turística, dessa forma, com o uso destas ferramentas computacionais é possível ir mais longe, podendo apresentar dados estatísticos antes não revelados, distâncias compatíveis com as estradas, relevo, serviços de infraestruturas, além de

¹² Access Sistema de gerenciamento de banco de dados da Microsoft.

¹³ Excell Programa de planilha eletrônico produzido pela Mircrosoft.

¹⁴ ArcGis Programas de informática que constitui um Sistema de informação geográfica.

¹⁵ ArcCatalog Permite a gestão, criação e organização de dados geográficos e tabulares.

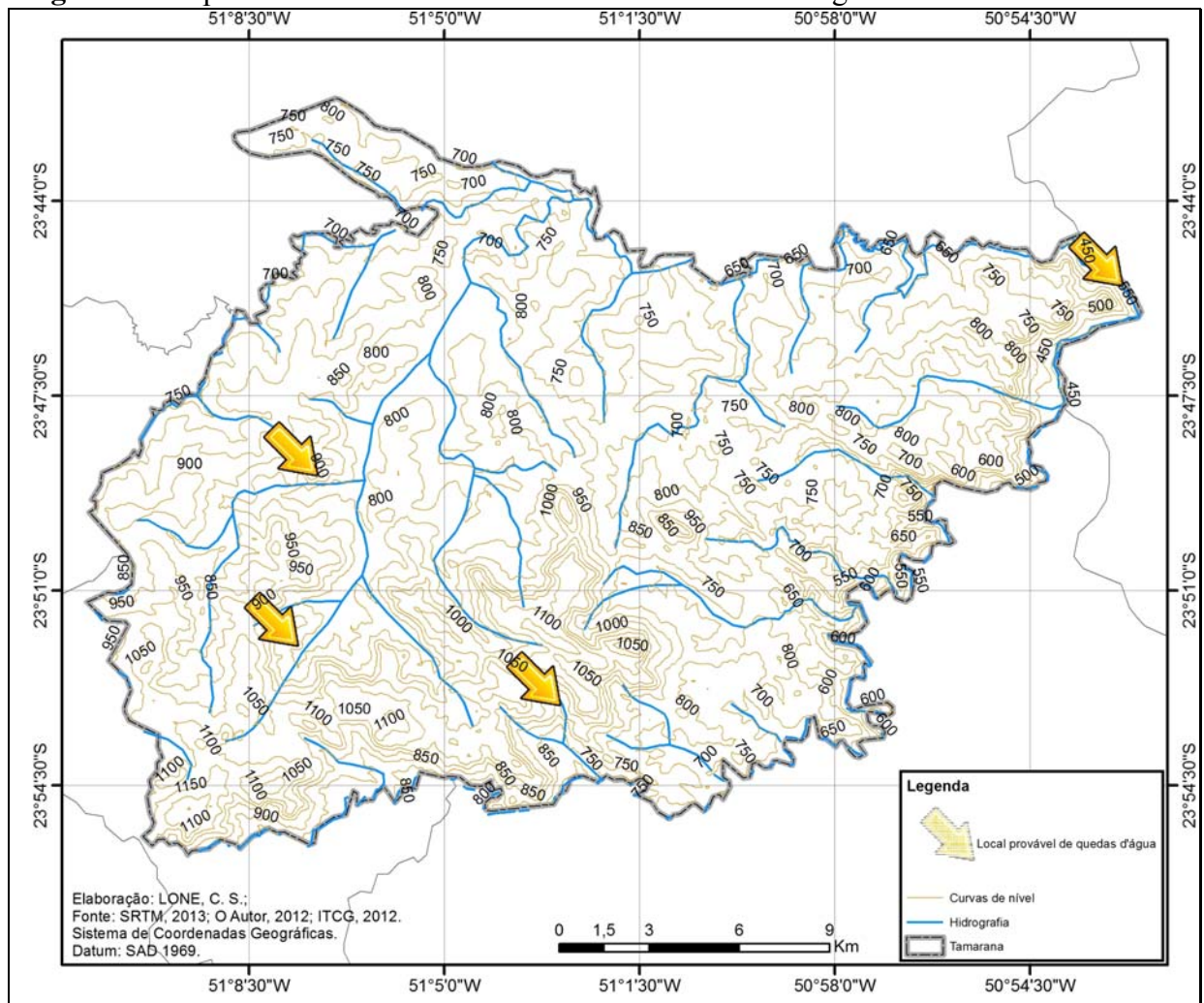
¹⁶ Spring Software de sistema de informações geográficas desenvolvido pela Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE.

informações para os turismólogos que podem auxiliá-los na gestão, é possível detectar locais de unidade de conservação, potencialidades, fragilidades etc.

De acordo com Oliveira (2005), vários outros P.Is são essenciais para o estudo do turismo de uma determinada área. O mapa de uso e ocupação do solo representa os serviços alojados no território como: a agricultura, a malha viária, a pecuária, área urbana, áreas verdes, a importância destes serviços dependerá da análise que se queira fazer para cada segmento do turismo, os mapas temáticos de infraestruturas são de grande relevância para os turistas, uma vez que localizam serviços que podem ser de primeiras necessidades como: hospital, mercados, postos de saúde, agência bancárias, delegacia e postos de gasolina etc. O mapa temático de relevo apresenta aspectos fisiográficos da paisagem, sendo eles altitude, relevo e declividade, são chamados respectivamente: mapas hipsométricos, clinométricos e morfológicos. Estes P.Is definidos pelo autor foram elaborados nesta pesquisa e serão apresentados no próximo capítulo, item 4.2.

Um exemplo de mapa turístico para os planejadores pode ser representado na Figura 4, no qual Oliveira (2005) ilustra de forma muito interessante um mapa topográfico, neste caso, adaptado pela autora para o município de Tamarana, demonstrando as altitudes com curvas de nível e suas respectivas cotas, combinando informações com um Plano de Informação (PI) de redes hidrográficas, podem resultar em quedas d'água ou corredeiras que são potencialidades para o Turismo de Aventura. Desta forma, a combinação de diversas informações ou PIs, torna possível detectar na área de estudo a viabilidade de programar um atrativo turístico.

Figura 4 - Mapa de curva de nível combinada com rede de drenagens em Tamarana - PR



O Geoprocessamento para o planejamento do turismo representa uma ferramenta muito valiosa, porque pode prever potencialidades ou fragilidades e por meio deste, tomar decisões ou determinar o grau de investimento de um projeto turístico. Além disso, pode auxiliar o turista a compreender o novo espaço geográfico que se encontra inserido e demonstrar os atrativos turísticos existentes no polo receptivo (destino turístico). No capítulo 4 será demonstrado o Geoprocessamento como instrumento de pesquisa e seus resultados.

4 TURISMO DE AVENTURA EM TAMARANA

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos desenvolvidos nesta pesquisa para alcançar os objetivos propostos. Para isso, foram necessários: trabalhos de campo, entrevistas, a elaboração de banco de dados, confecção de mapas e análise dos resultados.

Inicialmente, foram realizadas visitas às estâncias para levantamento de quais atividades de aventura estavam sendo ofertadas. Em entrevistas com os atendentes das estâncias, foram averiguadas a adoção de normas e regulamentação para este segmento. Também em campo foram coletados, com auxílio de GPS, dados de infraestruturas (equipamentos turísticos) existentes na área urbana intrínseca ao turismo.

A partir destes dados, foi possível elaborar mapas temáticos das atividades e das infraestruturas de Turismo de Aventura existentes, por meio da ferramenta do Geoprocessamento. As estâncias foram mapeadas segundo sua localização no município e para cada uma delas as suas respectivas ofertas de atividades de aventura. Também foram levantados dados sobre os esportes radicais realizados pela população, os serviços e as infraestruturas existentes, incluindo-se as vias de acesso.

Para a caracterização das potencialidades naturais do município, para o turismo de aventura, foi realizado levantamento de mapeamentos preexistentes nos sites governamentais, do ITCG, IPPUL, EMBRAPA, NASA dos quais foram obtidos a imagem de radar do SRTM e os *shapefiles*, de interesse para a pesquisa. Em um segundo momento, realizou-se entrevistas com três agentes do turismo com base local: o poder público, o poder privado e a comunidade autóctone, para averiguar a situação atual do turismo no município.

Tais procedimentos permitiram elaboração dos mapas e também as proposições de ações para fomentar a atividade de Turismo de Aventura, servindo de subsídios para que o município de Tamarana se organize de acordo com os pressupostos do desenvolvimento local. Para a divulgação do Turismo de Aventura em Tamarana, foi proposta uma forma interativa de *Web SIG* por meio do programa *MangoMaps*, disponível gratuitamente na internet e podendo ser repassado por um simples *link*.

4.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Inicialmente, foram realizadas pesquisas participativas em outros espaços de destaque para o Turismo de Aventura na região, objetivando definir o recorte espacial da

pesquisa. Nesta busca, observou-se grande destaque para o município de Tibagi/PR e para Londrina, no Distrito São Luís, com o Clube de Aventura.

Após este reconhecimento de campo definiu-se o município de Tamarana como recorte espacial da pesquisa. Para seu desenvolvimento, foi realizada uma investigação seguindo os pressupostos metodológicos de Oliveira (2005) para a Cartografia do Turismo, o qual utiliza ferramentas de Geoprocessamento, estes consistem na realização de três etapas.

A primeira realiza o levantamento dos aspectos formadores do espaço da área (oferta turística), que consiste no diagnóstico, identificando as potencialidades de determinado local para possível instalação de um empreendimento turístico, como pousadas, hotel, *resorts*, parques e outros, e também, atrativos de turismo já existentes. Segundo o autor, estas fontes primárias, ou seja, a coleta de dados pode ser realizada com uso de receptores como GPS, bússola, ou outro equipamento, objetivando espacializar os dados levantados. Também faz parte desta fase o levantamento das potencialidades a partir de imagens orbitais ou fotografias aéreas, ou ainda, a realização de entrevistas com os moradores ou proprietários para se obter informações e complementar as existentes.

Considerando a metodologia de Oliveira (2005), e a primeira fase proposta por ele, nesta pesquisa, inicialmente, foi realizada *in loco* visitas a cinco estâncias (opções de lazer em área natural) deste segmento no município de Tamarana que são: Água Viva, Barão do Rio Branco, Recanto Pinhão, Tamarana e Cachoeira, nestas foram realizadas entrevistas aos atendentes (gerente ou proprietário), para conhecer os serviços oferecidos por cada uma delas e também sua infraestrutura e aspirações. Estas entrevistas foram direcionadas por questões estruturadas, mas que permitiram respostas livres (Anexo A). Foram averiguadas quais eram as atividades de Turismo de Aventura oferecidas e se as mesmas seguiam as normas de regulamentação desenvolvidas pela ABNT e pelo Mtur.

Em seguida, com o uso do GPS *GARMIN Etrex Venture Cx*, obteve-se em campo os dados referentes ao posicionamento em coordenadas geográficas e UTM (Unidade Transversal de Mercator), da localização das estâncias de turismo e fotos das atividades de aventura realizadas. Foram também coletados dados de localização pontual de infraestruturas e de serviços na área urbana com o uso do GPS *GARMIN Etrex 12 Channel*.

Foram ainda realizadas entrevistas com perguntas estruturadas (Anexo B), com três diferentes agentes vinculados ao desenvolvimento do turismo local, para levantar dados sobre as ações de planejamento existentes e a opinião destes em relação ao planejamento como forma de orientar o desenvolvimento local. Foram entrevistados: o poder público, representado pela Prefeitura Municipal de Tamarana, através da Secretaria de

Agricultura, a qual o Departamento de Turismo e Meio Ambiente estão vinculados; o poder privado, representado pelos comerciantes e proprietários do município; e, a comunidade autóctone, representada pelos moradores e comunidades dos assentamentos, cujas entrevistas foram realizadas na 8ª Feira das Mulheres Rurais. Estas foram realizadas com pessoas de oito assentamentos rurais e moradores locais. Nas entrevistas com os três agentes utilizaram-se as mesmas questões, para fins comparativos.

Conforme Oliveira (2005), referem-se as fontes secundárias os dados já existentes, de Instituições como o IBGE, ITCG, IBAMA, além de outros órgãos estaduais, municipais, e, se necessário, empresas privadas. Universidades podem ser consultadas para se adquirir maiores informações e realizar maiores combinações de dados. Nesta pesquisa, foram utilizados dados de arquivos vetoriais disponibilizados no *site* do ITCG e obtidos no IPPUL além das imagens do SRTM da NASA e imagem SPOT/2009, cedida pelo ITCG. Para todos os mapas, utilizou-se o *South America Datum 1969 (SAD 69')*. Os *sites* utilizados são de caráter oficial, sendo uma fonte confiável para a obtenção de informações georreferenciadas.

- Os shapes do ITCG utilizados são referentes à divisão municipal, estadual e federal dos mapas, além da malha rodoviária estadual. Também são referentes à delimitação da área indígena e da rede de drenagem no município de Tamarana.
- Os shapes do IPPUL são referentes à malha de vias locais e o arruamento urbano de Tamarana.
- A imagem SPOT do ITCG/2009, cedida ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, com resolução de 5 metros, sendo de ótima qualidade para fins de mapeamento do uso do solo.
- As imagens SRTM foram obtidas do site da EMBRAPA, utilizadas para a confecção de mapas de declividade e de altitude.

A terceira fase corresponde, segundo Oliveira (2005), à combinação dos dados das fontes primárias e secundárias, podendo ser elaborados mapas secundários. Pode-se citar o uso e ocupação do solo, a infraestrutura existente na área de estudo, formas de relevo, atrativos turísticos, entre outros.

Para a confecção dos mapas utilizou-se o *software* de geoprocessamento ArcGIS 10®. Os dados espaciais foram organizados em um banco de dados implementados em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), composto por mapas de elementos físicos

como Hipsometria e Declividade, e ainda o de Uso e ocupação do solo. Este último foi confeccionado a partir da imagem de satélite SPOT. Estes mapas foram propostos para averiguar a situação física do município de Tamarana a fim de definir sua potencialidade para o turismo e demonstrar seus recursos naturais existentes.

Os mapas temáticos gerados, reunindo os dados da primeira etapa com os da segunda, a partir da metodologia proposta por Oliveira (2005), foram:

- Mapas físicos: Hipsometria, Declividade e Uso do solo.
- Mapa de localização das estâncias que ofertam o Turismo de Aventura em Tamarana.
- Mapa de estradas, vias de acesso e rede hídricas.
- Carta Imagem de Tamarana – Paraná, incluindo a Reserva Indígena.
- Mapas das estâncias com as respectivas atividades de aventura visualizadas por fotos.
- Mapa de potencialidades: esportes realizados pelos moradores de maneira autônoma.
- Mapa dos principais serviços da cidade e infraestrutura de apoio ao turista.

Considerando que a infraestrutura, os serviços e vias de acesso, como são necessários para que a atividade turística ocorra e até mesmo se amplie, foram mapeados locais como: hospital, hotel, igreja, agências bancárias, correios, postos de gasolina, farmácias, lojas entre outros. Os símbolos utilizados para estes serviços foram os pictóricos disponível no programa do ArcGIS10.

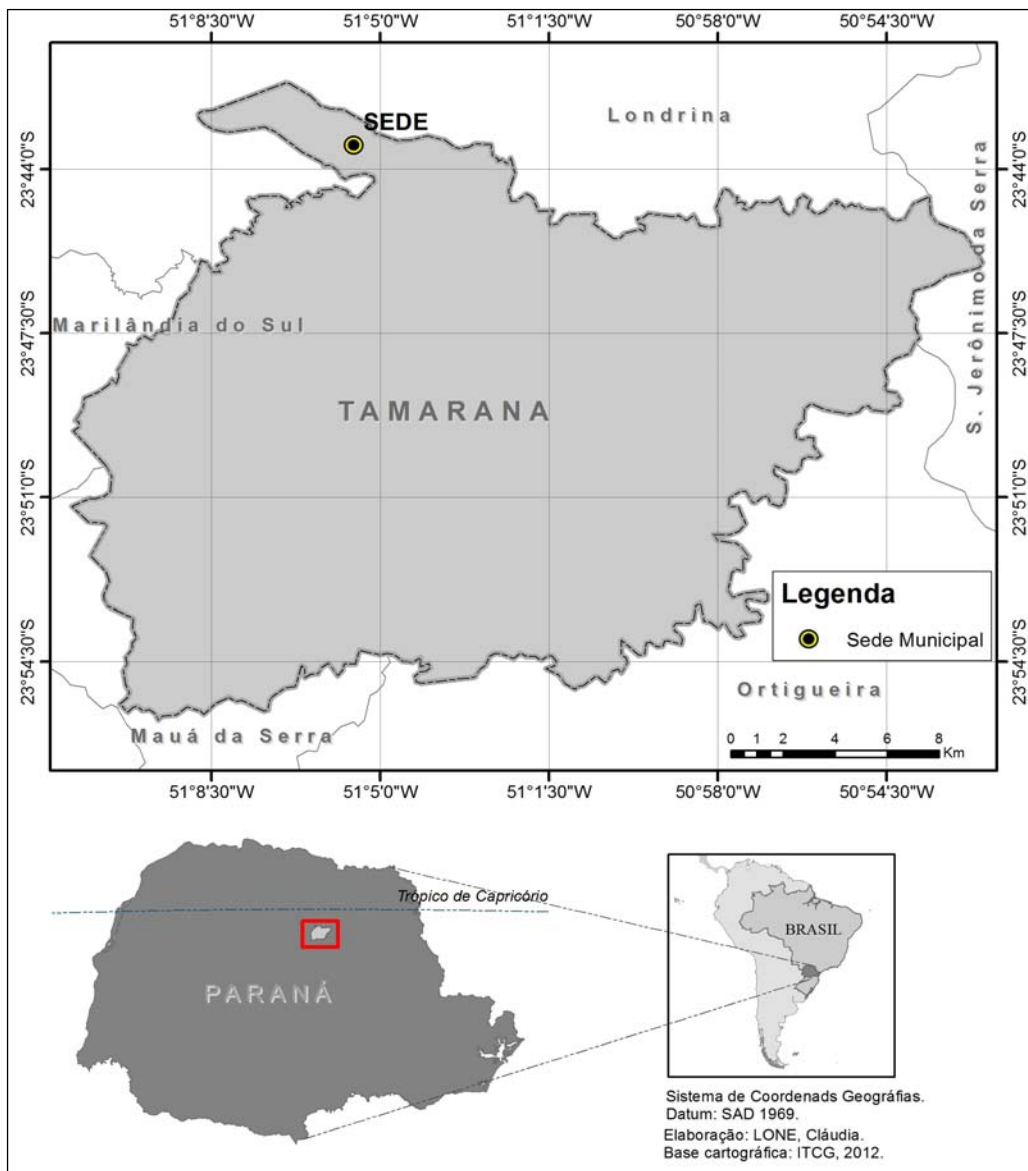
Para a proposta de divulgação do Turismo de Aventura em Tamarana, foi utilizado como ferramenta o *WEB SIG*, realizado por meio do *site* <http://www.mangomap.com/>. Este programa tem como proposta a divulgação e a inclusão de dados por usuários, podendo, assim, construir uma rede de informações referentes ao turismo. Primeiramente, foi realizado o cadastro no *site* e, em seguida os mesmos *layers* usados no banco de dados do ArcGIS foram utilizados para elaborar o *WEB SIG* no programa *Mango Map*.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2010), Tamarana inicialmente foi um distrito denominado São Roque, e foi elevado a município em 13 de Dezembro de 1995, somando apenas 17 anos de emancipação. O município, segundo o Instituto conta atualmente com uma população de 12.262 habitantes, sendo que 6.404 pessoas

vivem na área rural e 5.858 pessoas, na área urbana. “Localizado ao sul do trópico de Capricórnio, a uma latitude de 23° 43’ 31” ao Sul e a uma longitude de 51° 05’ 42” ao Oeste. Segundo o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) (2012), seus limítrofes são: as cidades de Londrina, Mauá da Serra, São Jerônimo da Serra, Marilândia do Sul e Ortigueira, conforme a Figura 5.

Figura 5 - Mapa de localização do município de Tamarana no Paraná e Brasil



Conforme o *site* do IPARDES (2013), os dados do IBGE/IPARDES relativos ao ano de 2007 indicam que os idosos representam um total de 26,88% da população. O que mais chama a atenção, no entanto, são as 4.371 pessoas que se encontram em situação de pobreza. Este índice é calculado segundo a renda familiar *per capita* de até ½

salário mínimo, portanto 35,63% tem baixa renda e não tem qualidade de vida, ou seja, não têm acesso aos recursos básicos como educação, saúde, moradia, alimentação etc.

O número de pessoas economicamente ativas é de 5.787, e os dados da RAIS/MTE referentes ao ano de 2011 descritos pelo IPARDES (2013) determinam um número de 236 estabelecimentos, que geram 1.707 empregos. Sendo assim, notam-se poucos postos de trabalhos formais e estáveis, se comparado o número de empregos com as pessoas ativas. A ocupação da população está relacionada à atividade da agricultura, pecuária silvicultura, exploração e pesca. Porém, as condições de relevo do município não são muito favoráveis em todo o território para a agricultura e pecuária, deixando a situação de trabalho mais difícil e, portanto, menos justa. Mesmo assim, segundo Oliveira (2008) o número de pessoas que trabalha nesta atividade é de 45%, sendo uma fonte de renda necessária para o sustento familiar. O Quadro 5 apresenta dados do IPARDES (2012), relativos ao número de estabelecimentos e de pessoal ocupado em emprego formal e informal.

Quadro 5 - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas 2011.

Atividade empregatória	Número de estabelecimentos	Pessoal ocupado total	Porcentagem %
Indústria de produtos minerais não metálicos	04	34	1,99
Indústria metalúrgica	02	101	5,92
Indústria da madeira e do mobiliário	04	23	1,34
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	01	92	5,38
Indústria química, farmacêutica, veterinária, perfumarias, sabões, velas e materiais plásticos.	04	29	1,69
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	03	49	2,87
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	02	27	1,58
INDÚSTRIA			20%
Serviços industriais de utilidade pública	02	03	0,17
Construção civil	07	63	3,69
CONSTRUÇÃO			3,86%
Comércio varejista	19	184	10,77
Comércio atacadista	10	76	4,45
COMÉRCIO			15,22%
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	04	16	0,93
Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos, profissionais, auxiliares de atividades econômicas	06	19	1,11
Transporte e comunicações	10	23	1,34
Serviços de alojamento, alimentação, reparo,	26	216	12,65

manutenção, radiodifusão e televisão			
Ensino	04	10	0,58
SERVIÇOS GERAIS			16,61%
Administração pública direta e indireta	02	417	24,42
SERVIÇOS PÚBLICOS			24,42%
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	75	325	19%
AGRICULTURA			19%
TOTAL	236	1.707	100%

Fonte: IPARDES (2011). Dados de MTE – RAIS

A administração pública é a atividade de maior importância, empregando mais de 24% da população, seguidos das atividades industriais com 20%, no qual o setor da metalúrgica se destaca com quase 6% de pessoas ocupadas, seguido da indústria de papel e papelão com 5,38%. Logo em seguida a agricultura se destaca empregando mais de 19% da população.

Além das atividades empregatícias, existe a produção dos assentados, que estão divididos por comunidades/assentamentos e que comercializam diversos produtos alimentícios, como frango caipira, queijo, requeijão, doces de banana, doce de leite, pães, manteiga, além de outros produtos de comercialização, como guardanapos, aventais, artesanato, roupas etc. Algumas terras destes assentamentos foram conquistadas por lutas sociais e outras através do Banco da Terra. De acordo com Asari e Tsukamoto (2005), o município de Tamarana teve participação no PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) do governo Sarney, sendo realizado o primeiro assentamento rural do Estado em 1985. Este assentamento, chamado Água da Prata, fica localizado a 30 quilômetros do Distrito-Sede. Na Quadro 6, estão discriminados os dados sobre os assentamentos no município e o número de famílias em cada um deles, sendo que os indígenas são os mais representativos em termos de número de família.

Quadro 6 – Comunidades de assentamentos de Tamarana.

COMUNIDADE	TIPO DE COMUNIDADE	FAMÍLIAS
Bairro dos Moreiras	Agricultura Familiar	70
Cacique	Projeto de Assentamento INCRA	11
Esperança	Banco da Terra	8
Grupo Brasil	Banco da Terra	50
Água Branca	Agricultura Familiar	22
Água da Prata	Projeto de Assentamento INCRA	23
Mandassaia	Projeto de Assentamento INCRA	29
Mundo Novo	Projeto de Assentamento INCRA	27
Pari-Paró	Projeto de Assentamento INCRA	26
Renascer I	Banco da Terra	22
Renascer III	Banco da Terra	35
Serraria	Projeto de Assentamento INCRA	18
Tamarana	Indígena	386
Tesouro	Projeto de Assentamento INCRA	24
União Camponesa	Projeto de Assentamento INCRA	26
Vila Rural I	Assentamento Estadual	38
Vila Rural II - Otávio de Campos Lima	Assentamento Estadual	49

Fonte: Adaptado de MDA, BRASIL (2013).

Segundo o site do INCRA (2013), o Projeto Assentamento Inkra é um dos projetos reconhecidos institucionalmente para a obtenção de políticas públicas pela Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Conforme a lei complementar n.98 de 1998 (Brasil, 2013a, s/p), “[...] é criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - com a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural”, de acordo com os requisitos estabelecidos nesta lei. Os assentamentos do tipo indígena foram realizados pelo INCRA para assentar as famílias que não têm perfil dos programas tradicionais de reforma agrária.

Segundo o MDA (BRASIL, 2013a, s/p) na agricultura familiar “[...] predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores [...] que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado”. De acordo com o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) (2013, s/p) a Lei Estadual 4.957/85 estipula que “[...] para se ter direito a um lote de assentamento estadual é preciso ser trabalhador rural e o candidato também não pode ser aposentado urbano e precisa residir na região do assentamento há pelo menos dois anos”.

A comunidade indígena citada no quadro 6 faz referência a Reserva Indígena Apucarana localizada junto ao Salto do Apucarantina, segundo Barros e Virgílio (2007), esta foi criada em 1900 para acolher os índios da etnia *Kaigang*. No início, ocupava

uma área de 60.000 hectares, mas atualmente está reduzida a 5.640 hectares. Houve grande exploração de madeira e, como consequência, um desmatamento que acabou por prejudicar ainda mais os indígenas que dependem da terra para as plantações.

Apesar das influências de outros povos sobre os *Kaigang*, eles continuam a valorizar sua cultura. Sendo povos agricultores, plantam e pescam. Tommasino (1998) cita como exemplo a tradição da Pesca do *Pari*, que é uma armadilha feita na várzea do rio com taquara para pescar peixes em grandes quantidades.

De acordo com a reportagem da Folha de Londrina (LEÃO, 2013), em março de 2013, foi realizada a terceira festa da Pesca do *Pari*, aberta para o público objetivando o contato com esta cultura tradicional. Foram dois dias de festa com muita dança, canto, alimentações típicas e a demonstração da pesca. As famílias da reserva defendem a conservação da cultura, por isso dizem que os mais novos devem praticar os rituais para que não percam sua identidade. Outro fato ressaltado é a luta pelos direitos dos índios *Kaigang*, que em 2006 conseguiram a indenização da Copel, concessionária que explora o Salto do Apucarantina. O valor foi estipulado para ajudar a recompensar os danos ambientais causados pela extração de energia.

Com relação ao setor de comércio em Tamarana, segundo a observação direta destacam-se as lojas que oferecem produtos diversos, como artigos de primeiras necessidades, alimentos, roupas, sapatos, lojas de artigos, lojas de R\$1,99, brinquedos, armazéns com artigos antigos e muitos outros. Estão instalados na área central, nas ruas principais: Rua Evaristo Camargo, Euzébio de Menezes, Izaltino José Silvestre e Arlindo Pereira de Araújo. Existem serviços de primeira necessidade como o Hospital Municipal São Francisco, postos de saúde, agências bancárias do Itaú e Banco do Brasil, ambos localizados na Rua Arlindo Pereira Araújo, além de contarem com armazéns (mercearias) e supermercados.

Além dos estabelecimentos comerciais, existe ainda a ocupação nas indústrias. Há as de menor porte, como as indústrias de cabo para vassouras, fabricação de telhas, tijolos, e muitas outras, e as de maior porte, com destaque para a PASA, fábrica de papel e papelão instalada na área rural, a Corol (Cooperativa Agroindustrial de Rolândia), e a Cooperativa Agroindustrial Integrada. Estas empresas recebem e comercializam a produção agrícola da região, além de fazer o controle de pragas, produzir fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes e rações (OLIVEIRA, 2008). Há também a indústria de Tamarana Metais, que segundo o próprio site desta empresa (2013) recicla e produz chumbo. Trata-se de um elemento poluidor, mas a empresa alega que realiza o tratamento dos resíduos de forma a

não prejudicar o meio natural, além disso, no site consta que possui responsabilidade ambiental com a certificação ISO14001 e fazem parte de vários projetos sociais.

Segundo o IPARDES (2013) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considera a expectativa de vida, a educação e o PIB *per capita*, quanto mais próximo de um, mais desenvolvida é a localidade, seguindo a classificação: de zero a 0,499 é considerado baixo, de cinco a 7,99 médio e maior e igual a oito, elevado. Portanto, o IDH de Tamarana de 0,683 está incluído no índice médio, mas fica muito abaixo da média do Paraná com 0,82 e se enquadra em 373º lugar na lista dos 399 municípios. Em relação à média brasileira 0,73, Tamarana também está abaixo do valor, evidenciando a necessidade de políticas públicas para melhorar a realidade do município, Quadro 7.

Outro índice que expressa a desigualdade é o Índice de Gini. Ele é calculado pela diferença entre o rendimento dos mais pobres com os mais ricos, no qual estabelece que quanto mais próximo do zero, maior a igualdade de renda, e quanto mais próximo a um, maior é desigualdade e concentração de riqueza. O índice de Gini de Tamarana 0,56 está acima de Curitiba e Londrina, 0,59 e 0,58 respectivamente, representando uma maior igualdade em comparação a estas grandes cidades. Isto se deve ao fato das cidades com maiores índices populacionais apresentarem maiores diversidades e também maiores desigualdades. Além disso, pode-se recorrer ao Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM. Trata-se de “[...] um índice que mede o desempenho da gestão e ações públicas dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e agropecuária, saúde e educação” (IPARDES, 2013, sp). O IPDM de Tamarana de 0,657 é considerado baixo em relação às cidades de Curitiba e Londrina, mas não apresenta grandes diferenças da média do Paraná com 0,687.

Quadro 7 - Índices de qualidade de vida comparativo entre cidades.

CIDADES	ÍNDICES IDH (2000)	ÍNDICE DE GINI (2000)	IPDM (2010)
CURITIBA	0,856	0,590	0,8691
LONDRINA	0,824	0,580	0,8389
TAMARANA	0,683	0,560	0,657
MÉDIA DO PARANÁ	0,820 (2010)	0,459 (2011)	0,687
MÉDIA DO BRASIL	0,730 (2012)	0,547 (2009)	-

Fonte: Organizado pela autora (2013).

Analisando os índices, as diferenças socioeconômicas ficam evidentes, as principais cidades do Estado, Curitiba e Londrina, em comparação a Tamarana apresentam

melhores posições de IDH-M, IPDM, mas piores em relação ao de Índice de Gini. Em relação à média do Paraná e do Brasil, Tamarana fica abaixo nos índices de IDH-M e GINI, mas ficou na média do IPDM, nesse sentido se torna necessária à realização de planejamento e políticas públicas para minimizar as diferenças sociais de Tamarana.

A área de saúde do município é exclusivamente pública, ou seja, não conta com hospital privado. De acordo com a pesquisa em campo, o município conta com o Hospital Municipal São Francisco, quatro postos de Saúde e uma Unidade Básica de Saúde. Estes postos atendem a comunidade rural, urbana, os assentados e a Reserva *Kaigang*.

O maior volume de matrículas, segundo dados da SEED (Secretaria de Educação a Distância), de 2011, cedidos pelo IPARDES (2013), está no ensino fundamental, com 1545 alunos. Há 298 matrículas no ensino médio, 205 na pré-escola e 90 em creches. Não há ensino superior. Logo, segundo as entrevistas, os estudantes que queiram fazer uma carreira universitária têm que se transladar até o município de Londrina ou outra localidade.

O fornecimento de energia elétrica é realizado pela Copel, que trabalha com a exploração do Salto do Apucarantina. A água é de grande qualidade, devido à riqueza hídrica da região. Por outro lado, os assentamentos sofrem frequentemente com a escassez de energia.

De acordo com o entrevistado Y¹⁷, a secretária do Meio Ambiente tem como principal meta o tratamento de resíduos sólidos. O entrevistado relatou ainda que a Secretaria de Agricultura, departamento de Turismo e Meio Ambiente estão participando de consórcio intermunicipal, realizando o Plano Estadual de Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos, para fazerem um aterro sanitário para gerir os rejeitos (lixo que não é reciclável, nem orgânico).

O município de Tamarana tem grande potencialidade no turismo em geral. Há destaque para o Turismo de Aventura, devido às características físicas propícias para que ele ocorra. Dentre elas, a existência de rios com correntezas, cachoeiras, diferenças de altitudes, áreas verdes, muitas estâncias e pousadas rurais, proporcionando um contato com a natureza. Além disso, tem uma rica rede de hidrografias, em especial o Rio Apucarantina, que se localiza na divisa do município com Lerrovile (Distrito de Londrina).

Conforme Calvente (2004) existem alguns fatores que indicam as potencialidades para o turismo em uma localidade: vias de acesso, pois estradas perigosas afastam a demanda, a hidrografia, como sendo parte da paisagem, a história e a pré-história,

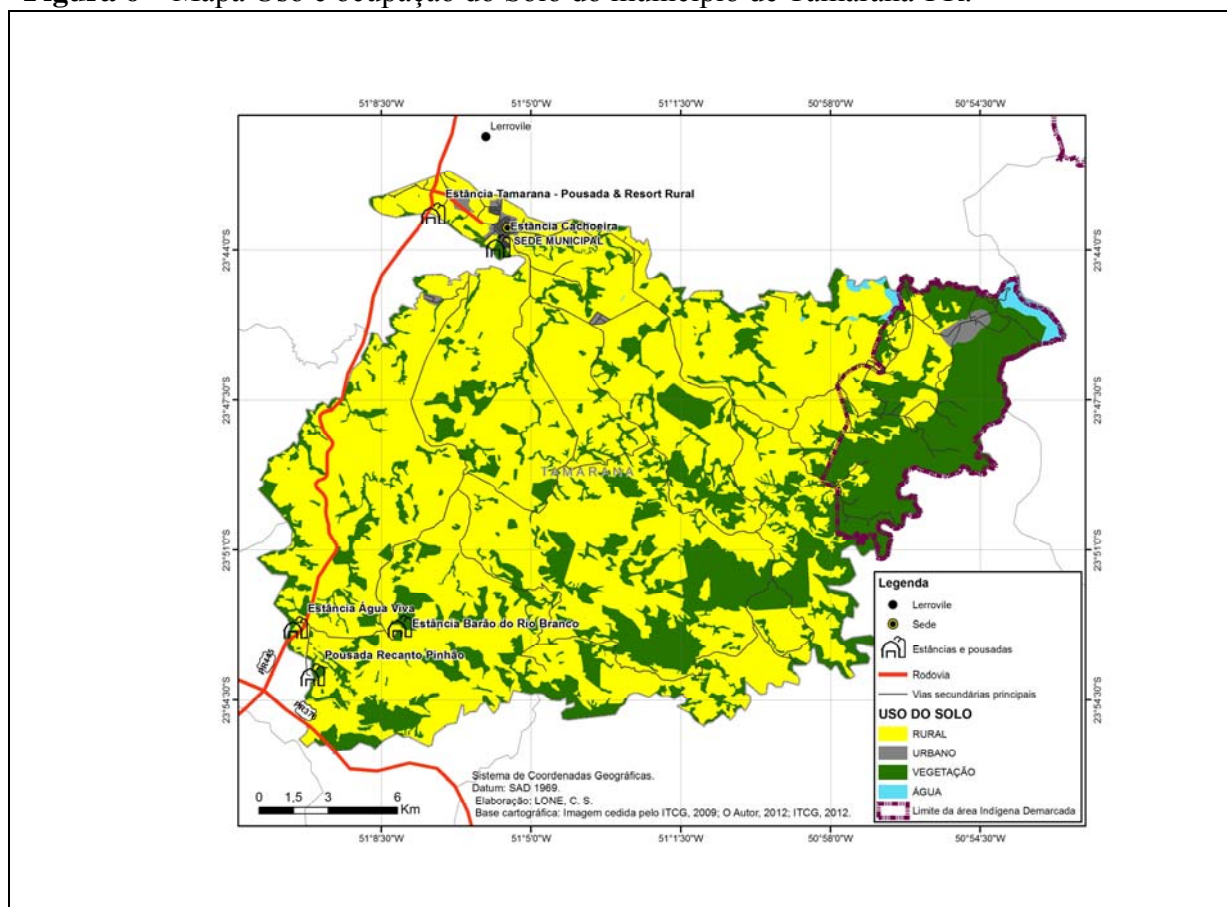
¹⁷ Optou-se por não revelar os nomes dos entrevistados para não comprometer a individualidade dos mesmos.

relativas à formação cultural do local visitado, os aspectos físicos, como o relevo, cachoeiras, matas e outras potencialidades, e clima agradável, lugares ensolarados ou com singularidades climáticas que atraem turistas. De acordos com estes elementos, foram realizados mapas de uso do solo, rede hídrica, hipsométrico, declividade e estradas de acesso para averiguar as potencialidades da área para o turismo.

O uso do solo (Figura 6) do município de Tamarana é predominantemente rural, com grande potencial hídrico e alto percentual de área verde. Calculados os valores do uso do solo em km² no próprio programa, destaca-se a zona rural, com 319,26km² e a área coberta por mata, com 144,64km². A zona urbana ocupa apenas 4,05 km² da área total. A conservação de matas nativas, como ocorre nesta área, pode ser um grande potencial para desenvolver o Turismo de Aventura no município.

As áreas de matas estão localizadas por todo o município, mas com concentração maior no sudeste e a leste do município. A área azul representa a rede hídrica com destaque do Salto Apucarantina, fazendo divisa com o distrito de Lerroville, que pertence ao município de Londrina. Junto a este vivem os índios *Kaingang*, que segundo Virgílio e Barros (2007) tornaram-se uma Reserva desde o Decreto Estadual nº. 6 de 5/7/1900, mais tarde sendo renomeada para Posto Indígena Apucarana, com dois conjuntos habitacionais, uma sede da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e um Posto de Saúde. Esta reserva se localiza no baixo curso da Bacia do Tibagi, ao noroeste de Tamarana, onde também está localizado o Salto Apucarantina e a usina hidrelétrica da Copel. Na área urbana, localizada ao norte está a avenida principal que permite o acesso à cidade, e é onde se concentram o comércio e a infraestrutura, essenciais para o turismo local. (Figura 6).

Figura 6 – Mapa Uso e ocupação do Solo do município de Tamarana-PR.



Os dados de hipsometria, segundo Martins (2011) auxiliam a reconhecer possíveis fenômenos que possam ocorrer em um dado local, principalmente quando associado a outros elementos naturais, tais como posição geográfica, deslocamento de ventos e ação das correntes marinhas, construções de represas ou estradas, entre outros. O autor afirma que quanto maior a altitude, menor a temperatura local, e quanto menor a altitude, mais alta é a temperatura, ou seja, em regiões de temperaturas elevadas, há ocorrência de lugares com climas mais amenos, devido à altitude, podendo ser locais de atrativos ao turismo, como ocorre no Brasil com algumas cidades serranas no Rio de Janeiro, Santa Catarina e outras.

No mapa de hipsometria (Figura 7) é possível observar que ocorre no município de Tamarana uma grande variação altimétrica de 430 metros a 1200 metros. As maiores elevações do terreno estão localizadas no sudoeste e centro sul. No centro do município sentido norte as altitudes vão diminuindo gradativamente, até as menores altitudes no extremo norte.

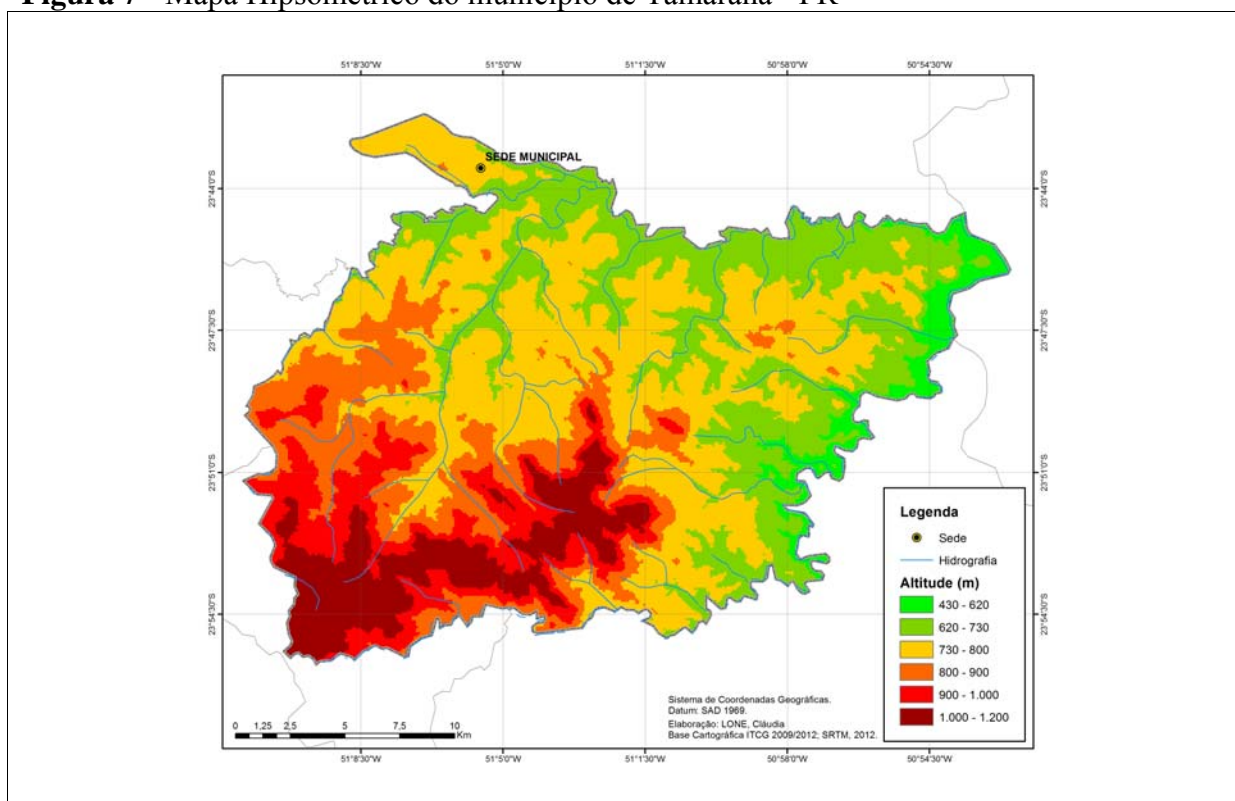
As estâncias Água Viva, Barão do Rio Branco e Recanto Pinhão estão situadas no extremo oeste do município sentido Mauá da Serra, estes são os lugares mais altos

e também de relevo movimentado, aproveitando estas características para as atividades de esportes radicais.

São três as estâncias que se localizam nas áreas de maiores altitudes, com variação de 900 a 1200 metros, com a ocorrência de morros e cachoeiras utilizados para as atividades de rapel nas estâncias de Recanto Pinhão e Barão do Rio Branco; já na Pousada Água Viva o atrativo é a mata nativa, utilizada nas atividades de trilhas naturais e o rios para nado, além da beleza cênica.

As Estâncias Cachoeira e Tamarana são outros dois destinos turísticos do segmento de aventura que estão localizadas perto da sede, no noroeste do município, com médias elevações do terreno, variando de 730 a 800 metros. Isto explica porque elas são providas de represas e pontes suspensas que são atrativos para o turismo de aventura. Esta potencialidade hídrica se deve ao rio Apucarantina, que está situado na divisa do município, além de outros cursos de rios presentes em todo o município.

Figura 7 - Mapa Hipsométrico do município de Tamarana - PR



A declividade é outro fator importante para a verificação da potencialidade turística de um determinado recorte espacial. Segundo o IBGE (2012, s/p) a “declividade é a

relação entre a diferença de altura entre dois pontos e a distância horizontal entre esses pontos”, cujo resultado é estabelecido em porcentagem.

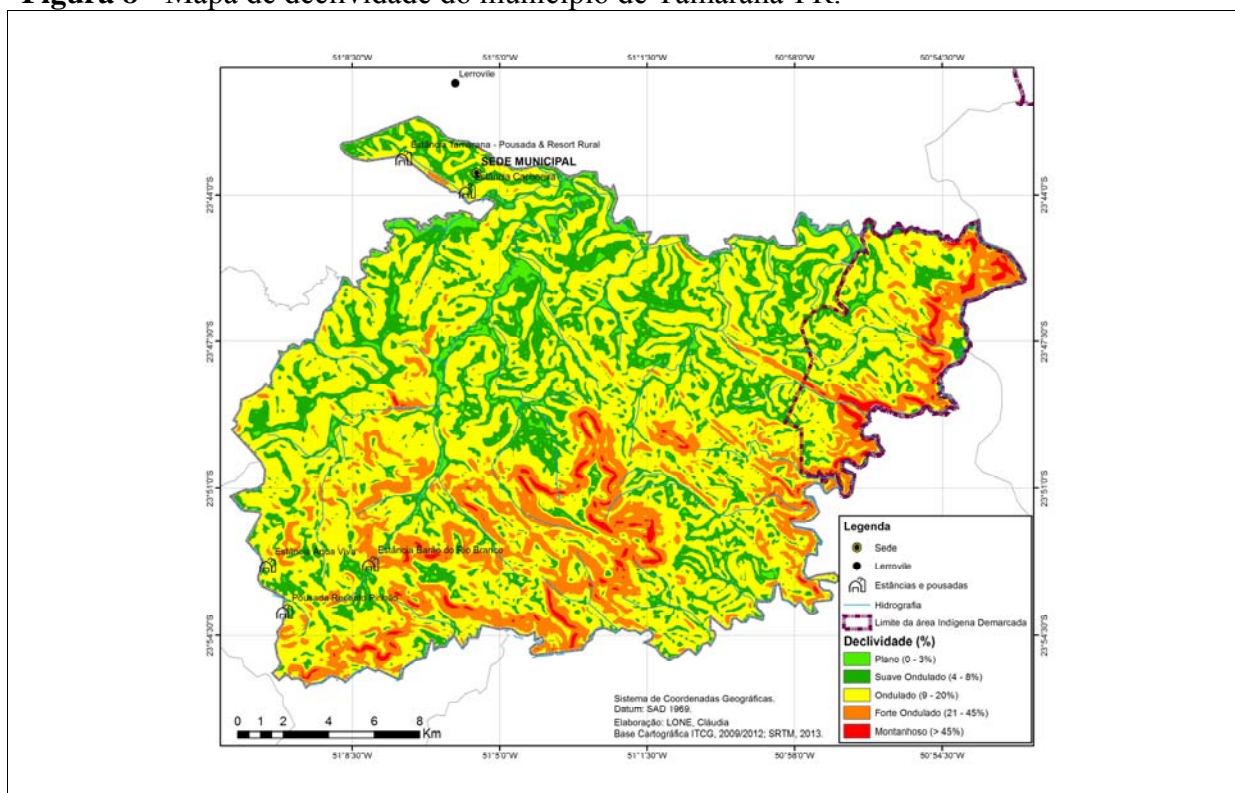
O mapa de declividade (Figura 8) apresenta as classes variando de 0% a igual ou maior que 45%. Pode-se observar que as maiores declividades estão a leste na divisa com o distrito de Lerrovile, com a ocorrência do Salto Apucarantina, com 116 metros de altura. Neste salto, encontra-se o território da Reserva Indígena, pertencente aos índios Kaingang.

Em direção ao centro-sul, a declividade aumenta gradualmente até chegar ao extremo sul do município, com grandes declives, entre 21% a > 45%, onde estão localizadas as estâncias Água Viva, Barão do Rio Branco e Recanto Pinhão. Devido à declividade muito alta, elas possuem áreas de grandes matas para proteção de erosão, ficando a hospedagem restrita a algumas partes do terreno. Em algumas partes destas estâncias, não é possível descer ou subir com carros (informações para turistas) ou construir hospedagens em lugares de grandes declives ou de grande recurso visual (informações para gestores e planejadores).

A estância Tamarana e Cachoeira ficam entre baixas às médias declividades (0 a 20%), representando terrenos planos a ondulados, o que explica o terreno irregular, concentrando os maiores declives na entrada das estâncias até as mais baixas onde estão localizadas as represas.

Compreender mapas de declividade é fundamental, principalmente para pesquisadores e estudantes da área que tem nesta informação uma ferramenta para o planejamento. Com a declividade, é possível saber, conforme Martins (2011), alguns tipos de solo. Em áreas com declividades muito altas, por exemplo, a entrada de carros ou máquinas, neste caso, a construção de atrativos turísticos, haverá grande dificuldade de acesso. Além disso, com grandes declividades, geralmente, devem estar protegidas por vegetação natural por possuírem alto risco de erosão.

Figura 8 - Mapa de declividade do município de Tamarana-PR.



Os mapas citados são importantes para o Turismo de Aventura porque os esportes dependem de cachoeiras, rios, matas e paredões. A declividade é importante, por exemplo, para praticar cachoeirismo (rapel em cachoeira), realizar saltos de parapente ou até mesmo a tirolesa, que começa em uma altura e desliza até a queda de um rio.

As vias de acesso são elementos fundamentais para atrair a demanda, estradas bem sinalizadas, com fácil acesso e baixo índice de riscos são de grande importância para um destino turístico. Por outro lado, se procuram atividades *off-road* devem estar providos de automóveis especiais para cada tipo de estrada. A rodovia que se utiliza para chegar a Tamarana pelo norte é a PR-445, sinalizada com placas, mas ainda pouco informativa para o turismo. Há ainda um portal de entrada no município de Tamarana, muito importante para os turistas poderem localizar-se. Atualmente, a duplicação da PR 445, que liga Tamarana a outros municípios, como Londrina, pode trazer grandes vantagens para desenvolver as potencialidades de turismo na região. Novas placas deverão ser agregadas para fortalecer ainda mais os serviços aos turistas que buscam estas informações.

Na entrada pelo trevo do município, na parte norte, encontra-se a Estância Tamarana Pousada e Resort Rural, com fácil acesso. Seguindo a avenida principal do centro urbano de Tamarana, localiza-se a Estância Cachoeira, com estrada pavimentada e uma parte de via não pavimentada. A oeste do município junto à PR 445 (sentido Mauá) está localizada

a Estancia Água Viva, porém faltam placas informativas antes da entrada informando a distância para sua anterior visualização. Placas ou letreiros somente na entrada resultam em certa dificuldade para um possível retorno ou visualização a partir da estrada.

Seguindo do outro lado da PR 445, com entrada ao lado leste da rodovia, sentido Mauá, encontram-se as Estâncias Recanto Pinhão e Barão do Rio Branco, com somente uma placa com letreiros informando todas as estâncias rurais pertencentes ao mesmo caminho. Esta se inicia com uma via não pavimentada e percorre um grande trecho até chegar às estâncias.

Os recursos hídricos são abundantes em todo município, além do Rio Apucarantina onde está o salto como o mesmo nome, existem diversos rios e córregos que fazem da região um belo atrativo turístico, identificados nas Figuras 9 e 10.

Figura 9 - Mapa de estradas e rede hídrica do município de Tamarana-PR.

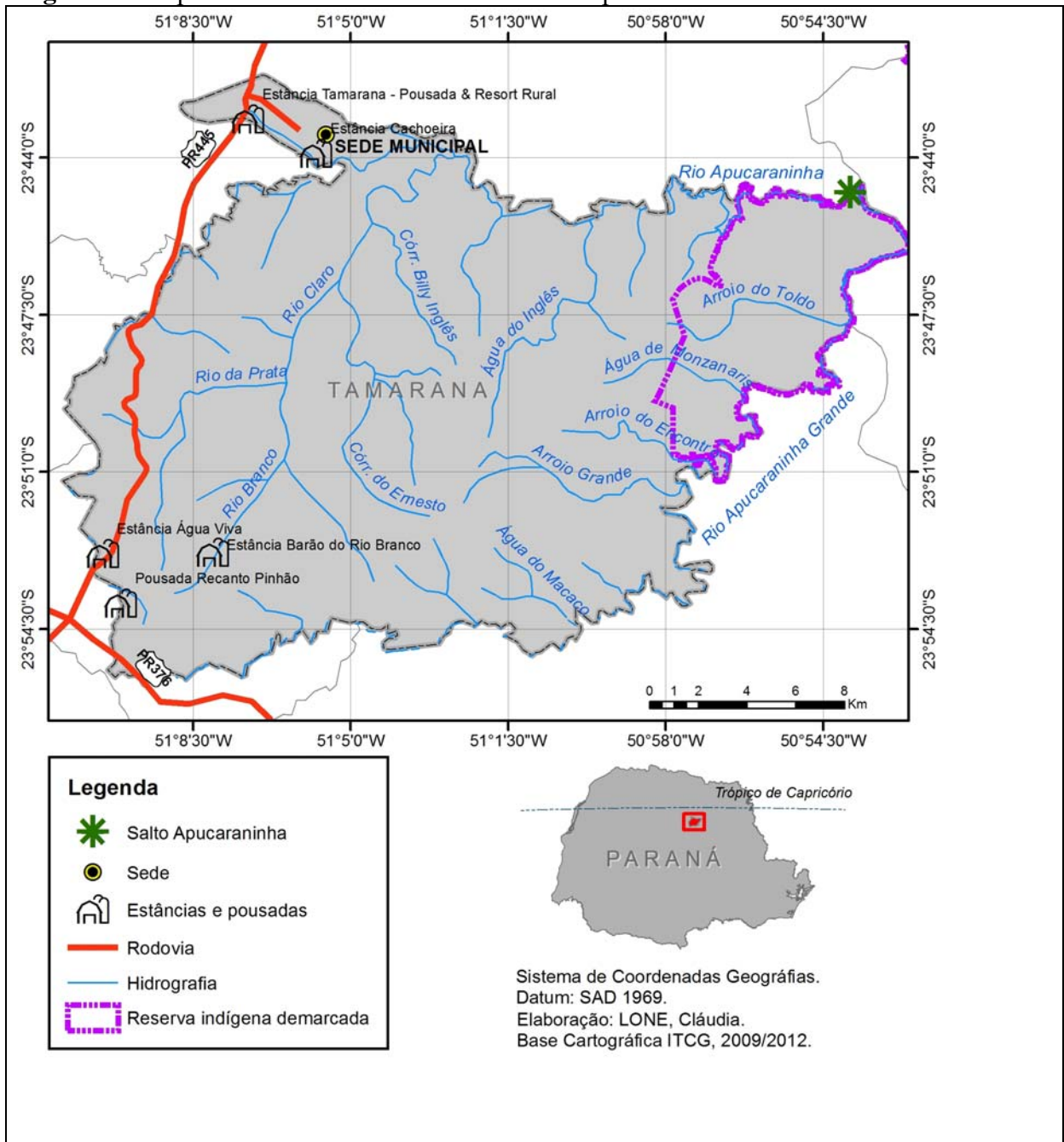
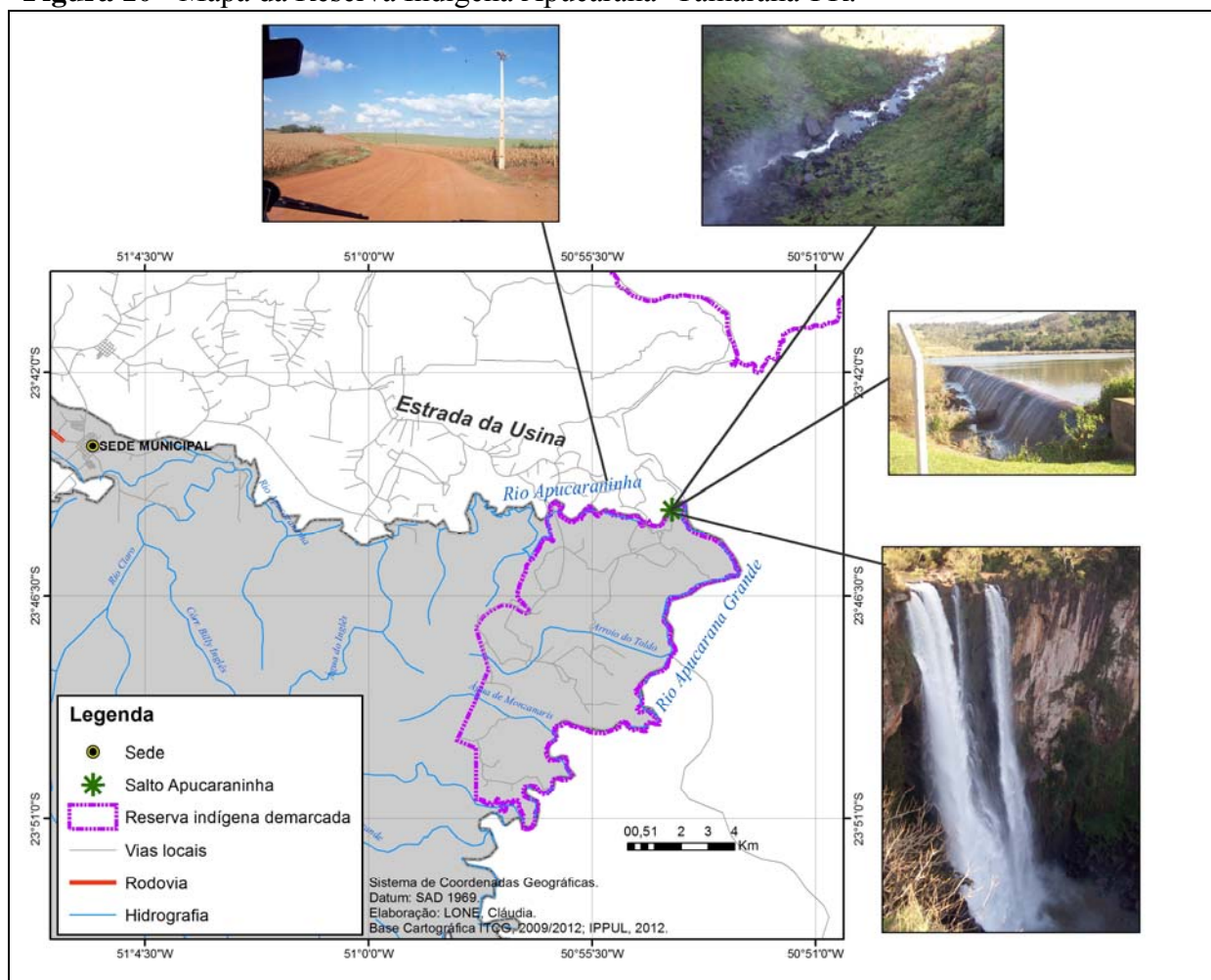


Figura 10 - Mapa da Reserva Indígena Apucarana- Tamarana-PR.



A atividade do turismo atual pode ser ampliada e ou intensificada ou até mesmo aperfeiçoada com a participação mais efetiva do poder público, em conjunto com a população que tem menos força, para que sejam compensados e atinjam os objetivos. Por meio de uma consultoria de um turismólogo que oriente ao poder público a fazer investimentos, a Prefeitura de Tamarana pode incentivar a atividade turística de aventura. Atualmente, estas atividades são realizadas de forma pouco expressiva pelas propriedades privadas nas estâncias, mas pode ser um segmento gerador de renda e de diminuição da desigualdade social.

As atividades de aventura existentes em Tamarana, como rapel, caminhada, ponte suspensa, trilhas, *rafting*, cavalgadas, arvorismo, pedalinho, e cicloturismo são ofertadas nas estâncias e serão apresentadas no próximo item deste capítulo.

Existem outras atividades praticadas entre a população de forma esporádica, como o moto cross, os jipes e a gaiola (um tipo de *bugue*, carro pequeno com grades de ferro), que passam por trilhas. É importante que tais atividades sejam planejadas, abordando normas

e regulamentação do Turismo de Aventura, já citadas anteriormente no capítulo 1, para que se possa oferecer maior credibilidade nos serviços. Conseqüentemente, uma gestão bem planejada do turismo trará mudanças positivas para a sociedade.

Com um espaço físico com potencialidade para o turismo, PIB e índices sociais relativamente baixos, é preciso que o município agregue atividades que não apenas as atualmente realizadas como a agricultura e agropecuária pela população rural, e, serviços públicos e mercantis realizados pela população urbana. Sendo assim, esta pesquisa tem como proposta apresentar algumas ações para inserir o turismo como uma nova oportunidade de desenvolvimento baseado na escala humana.

Como Coriolano (2003) escreve, o desenvolvimento local e o turismo com a diversidade de setores, tem um efeito multiplicador que pode dar oportunidade de empregos, abrindo portas para pequenas empresas, podendo beneficiar os mais pobres. Mesmo sendo um setor vinculado ao capital externo, o turismo doméstico, quando atua valorizando o local, pode estabelecer novas dinâmicas que reorganizam a economia local, gerando renda, protegendo o patrimônio natural e difundindo a cultura local.

4.3 ESPACIALIZAÇÃO DO TURISMO DE AVENTURA EM TAMARANA

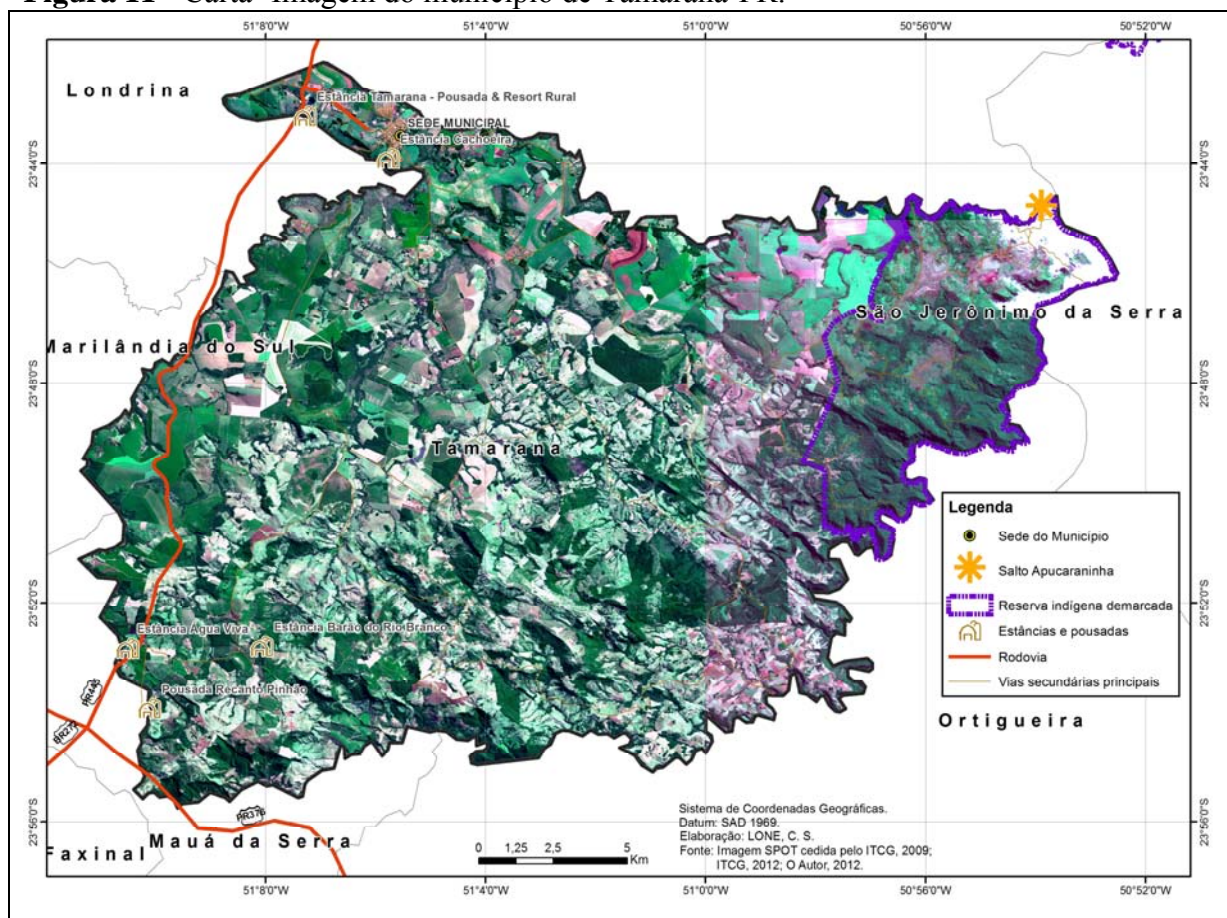
O turismo como fator social de inclusão pode proporcionar o desenvolvimento local se bem planejado. As potencialidades do turismo de Aventura diagnosticadas e divulgadas por meio de sua cartografia e as ferramentas do Geoprocessamento podem auxiliar nestas tarefas. Neste capítulo apresenta-se o resultado da pesquisa desenvolvida sobre as atividades de turismo de aventura existentes em Tamarana, as estâncias e pousadas voltadas a este segmento de turismo bem como os mapeamentos de duas atividades de aventura realizadas pelos moradores de forma autônoma, as infraestruturas turísticas da zona urbana e um mapa Web SIG interativo de informações turísticas, objetivando a divulgação desta atividade.

A realização de mapas de turismo em Tamarana permitiu, primeiramente, visualizar a localização das atividades já desenvolvidas e também elencar os elementos de potencialidade para a atividade e a local que podem auxiliar as propostas de planejamento local para o desenvolvimento do turismo em escala ainda maior.

O mapa com as localizações das estâncias pode ser observado na Figura 11, na qual é pontuada a Estância Pousada Água Viva, a Estância Barão do Rio Branco e a Pousada Recanto Pinhão localizadas ao sudoeste do município, sentido Mauá da Serra; a

Estância Tamarana, próxima do trevo de entrada da PR-445 e a Estância Cachoeira que está localizada a noroeste do município próximo ao centro urbano. Também estão representadas neste mapa as estradas pavimentadas e não pavimentadas, as áreas verdes que representam as áreas de mata (tonalidades mais escuras) e a agricultura (tons de verde mais claros e ainda áreas preparadas para o cultivo em tons róseos). A área da Reserva indígena demarcada é onde está localizado o Salto Apucarantina.

Figura 11 - Carta- Imagem do município de Tamarana-PR.



As estâncias citadas oferecem prestação de serviços diferenciada. A Estância Pousada Água Viva, na zona sudoeste do município e a Estância Tamarana na zona norte oferecem atividades de aventura combinando a hospedagem e alimentação, ou seja, oferecem um “pacote turístico”¹⁸, porém tem opção de venda das atividades separadas com outros valores, podendo o turista montar o “pacote” conforme sua preferência. As estâncias Estância Barão do Rio Branco e a Estância Pousada Recanto Pinhão, situadas a noroeste tem

¹⁸ “Face a dimensão que os roteiros turísticos abrangem, desde a origem até o destino e vice-versa, aliando-se o fato de que um roteiro envolve varias localidades para visitaçao, necessita-se de uma gama variado de serviços locais” (BAHL, 2010,p. 47)

outras potencialidades como trilhas e cachoeiras, mas não formalizam venda de atividades de aventura. Quando esta atividade é realizada, fica por conta de profissionais ou aventureiros que se apropriam do local sem custo para ofertar atividades desta natureza como, por exemplo, o rapel.

A Estância Cachoeira que está mais próxima à área urbana é um caso singular, as atividades são livres, todos os hóspedes podem usá-las, porém nos alojamentos não há capacidade para muitas pessoas, existindo somente duas casas para aluguel e uma área pequena de *camping*, podendo os visitantes utilizar as pontes suspensas, as trilhas e o rapel sem filas e com mais tranquilidade.

Com o objetivo de traçar um perfil da atividade turística de aventura oferecida pelas estâncias foram observados alguns requisitos como: equipamentos utilizados nas atividades de aventura, a presença de condutores e sua competência para exercer as atividades de aventura junto aos turistas, a responsabilidade dos ofertantes destas atividades e a estrutura geral das propriedades para estabelecer o turismo. Os conceitos de segurança são importantes para o Turismo de Aventura ser trabalhado como um indutor de desenvolvimento local de Tamarana.

Após o levantamento das atividades foi realizado um diagnóstico considerando os requisitos acima citados, sendo analisadas as atividades segundo a oferta e qualidade das mesmas. Para preservar a privacidade das cinco Estâncias, preferiu-se nomeá-las por letras; A, B, C, D e E, de forma aleatória.

A Estância A oferece atividades de aventura como: trilhas, tobolona, tobogam e tirolesa que podem ser praticadas pelos hóspedes com presença de condutores profissionais de educação física apresentando alto índice de segurança. Com relação aos equipamentos esta apresenta qualidade, porém poderia ser melhorado aumentando a segurança nas pontes das trilhas e nos cinturões de segurança na tirolesa mesmo sendo de baixa altitude, por exemplo. Em relação às outras quatro estâncias esta é a que apresenta mais segurança. O responsável pela oferta de atividades de aventura e gestão tem formação competente e controla as caminhadas na trilha e outros monitores acompanham as crianças. A estrutura dos alojamentos é de ótima qualidade, existindo tipos mais luxuosos e outros mais simples com preços diferenciados. Os quartos com valores mais altos contam com frigobar, cama, ar condicionado e televisão, os mais baratos tem somente camas e banheiros podendo alojar duas, quatro ou seis pessoas. Possui uma área verde extensa possibilitando atividades ao ar livre utilizando o espaço externo para maior interação e convivência entre os visitantes.

Existe uma ampla área de alimentação em que se pode servir refeições diversas, podendo o hóspede eleger somente o café da manhã ou este mais o almoço.

A Estância B oferece caminhadas em trilhas e rapel na cachoeira, há inclusive, estruturas de ferro presas na parte superior da cachoeira para realizar a descida vertical. A oferta da atividade de rapel é realizada por profissionais autônomos que se apropriam com o consentimento do proprietário, sem pagar taxas ou aluguel para a prática do esporte, podendo o visitante praticá-lo segundo o acordo deste com o profissional. Os equipamentos, não puderam ser analisados, pois não foi possível observar alguém praticando no local, mas segundo o entrevistado, os profissionais utilizam os equipamentos de segurança segundo as normas. Para o pernoite existem diferentes opções de alojamentos: casas de madeira com fogões a lenha para até 20 pessoas, quartos para casal ou até seis pessoas com cama, frigobar e banheiro. Esta estância tem uma grande área verde com alojamentos espalhados e área para campistas sem limitação de espaço, possui um lago para pesca, trilhas e uma bela cachoeira de porte médio com água cristalina.

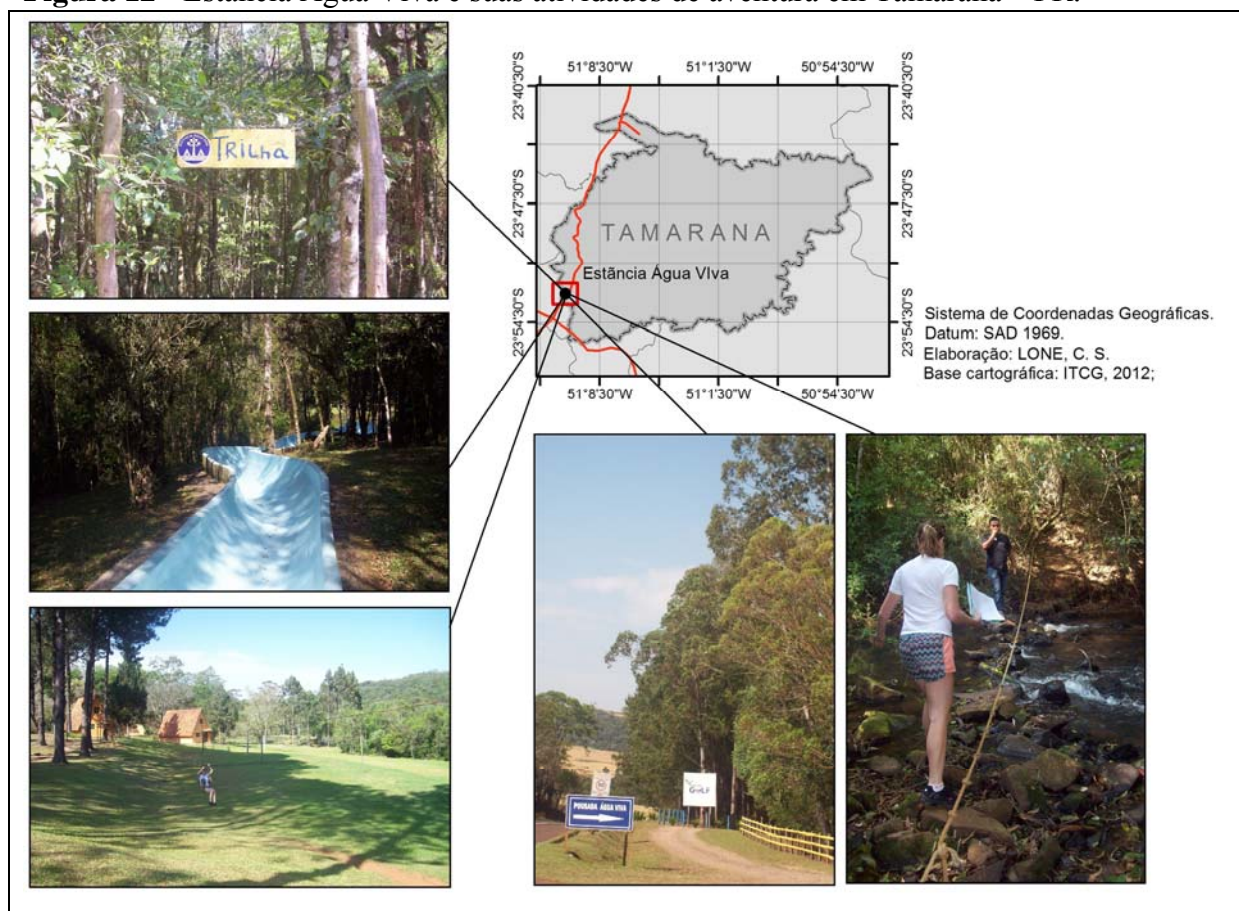
A Estância C oferece caminhadas, mas é muito conhecida pelos habitantes do municípios vizinhos pela prática de rapel. Assim como a estâncias B, esta atividade é ofertada por um profissional autônomo que utiliza a cachoeira com o consentimento da proprietária, mas não paga taxas para sua apropriação. Segundo a entrevistada ela disse que o rapel é um chamariz para atrair visitantes, estes pagam somente a entrada de dez reais. A oferta desta atividade para o turista é estipulada pelo autônomo. Os condutores por serem profissionais, utilizam os equipamentos de segurança segundo as normas. Esta condição de apropriação torna a atividade amadora e exclui a participação da proprietária podendo o turista perder a credibilidade no ofertante além de dificultar a gestão do turismo. Para os turistas existem poucas opções de pernoite sendo somente área para barracas ou aluguel de uma casa de madeira para até 15 pessoas. Existe um gramado extenso com lagos e três cachoeiras de grande porte onde é realizado o rapel.

A Estância D oferece o maior número de atividades de aventura: arvorismo, caminhadas, pedalinho, tirolesa (alta), *tobogan* e *tobolona*, estas podem ser praticadas em um “pacote” ou por pagamento individual. Os requisitos de segurança existem, mas não estão de acordo com as normas, o proprietário é quem conduz os turistas na atividade de arvorismo e não um condutor profissional. A estrutura do arvorismo é grande e necessita de mais cuidados como: proteção de objetos no solo, mais condutores e equipamentos de segurança. Não foi possível observar os equipamentos e condutores de todas as atividades ofertadas, pois a estância estava fechada para manutenção. Possui duas opções de alojamento, uma em chalés

para casal até seis pessoas e outra, um alojamento para grupos, mas este último com pouca estrutura, pois foi adaptado de uma antigo lugar de produção de animais, ovos e leite. Existe uma grande represa onde é realizado o pedalinho e o ponto final de descida da tirolesa, uma área com piscina com *tobogan* e tobolona, outra área mais plana com os chalés e o arvorismo. Possui área de alimentação e para eventos.

A Estância E oferta um atrativo diferenciado, as pontes suspensas, não existindo normas para esta atividade, também existem trilhas, *rafting* em época de cheias e um rapel com descida desde um tronco de árvore, com baixo índice de segurança. Não tem equipamentos de segurança na ponte, os turistas fazem a passagem livremente. Segundo as normas da ABNT e Mtur os turistas deveriam ser presos a cinturões de segurança devido aos riscos da correnteza do Rio Apucarantina que passa embaixo das pontes. A atividade de rapel deveria ser praticada com cinturões e mosquetões além de capacetes e condutores. Há placas informativas em relação às atividades, sendo uma exclusiva do rapel avisando: “subir com equipamentos de segurança e monitor”, porém não foi observada a prática destes esportes com os visitantes, os quais não permite nenhuma análise em relação aos requisitos de segurança com as normas. Possui somente duas casas de aluguel para até 20 pessoas e uma área reservada para camping. Esta estância tem alta declividade ficando mais reduzida a área verde para os visitantes em relação às demais, mas possui uma linda paisagem contemplativa e uma grande visão da represa. Nas Figuras 12 a 16 estão representadas as atividades de aventura realizadas nas estâncias. As fotos foram utilizadas nos mapas para mostrar as atividades de aventura oferecidas por cada estância, pois segundo Oliveira (2005) a visualização fica enriquecida com os recursos multimídia, e podem contribuir para o usuário aproximar-se do lugar e dos seus atrativos.

Figura 12 - Estância Água Viva e suas atividades de aventura em Tamarana – PR.



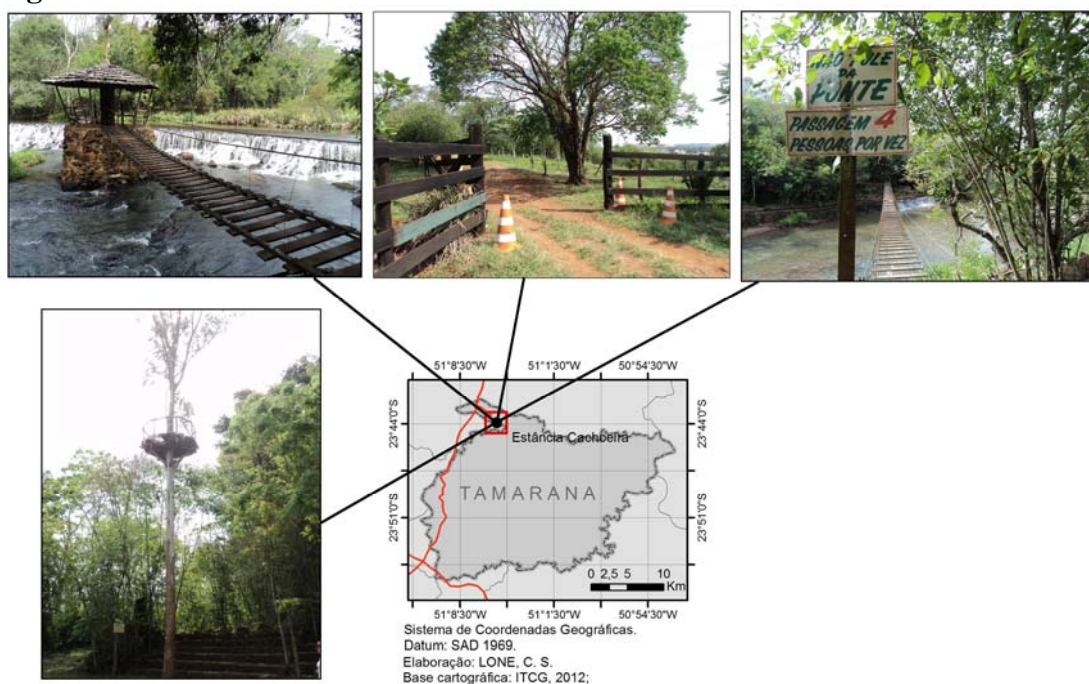
Fonte: A autora (2013).

Figura 13 - Estância Tamarana e suas atividades de aventura em Tamarana – PR.



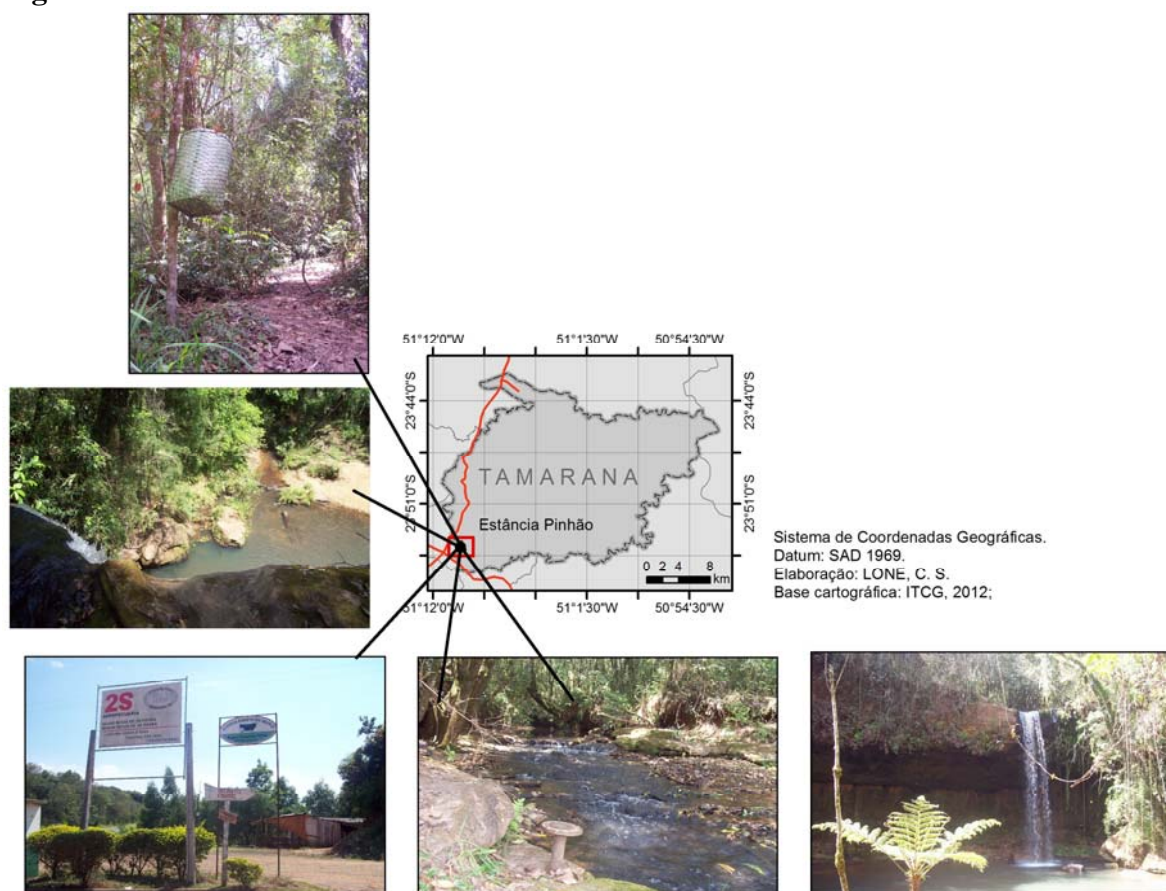
Fonte: A autora (2013).

Figura 14 - Estância Cachoeira e suas atividades de aventura em Tamarana – PR.



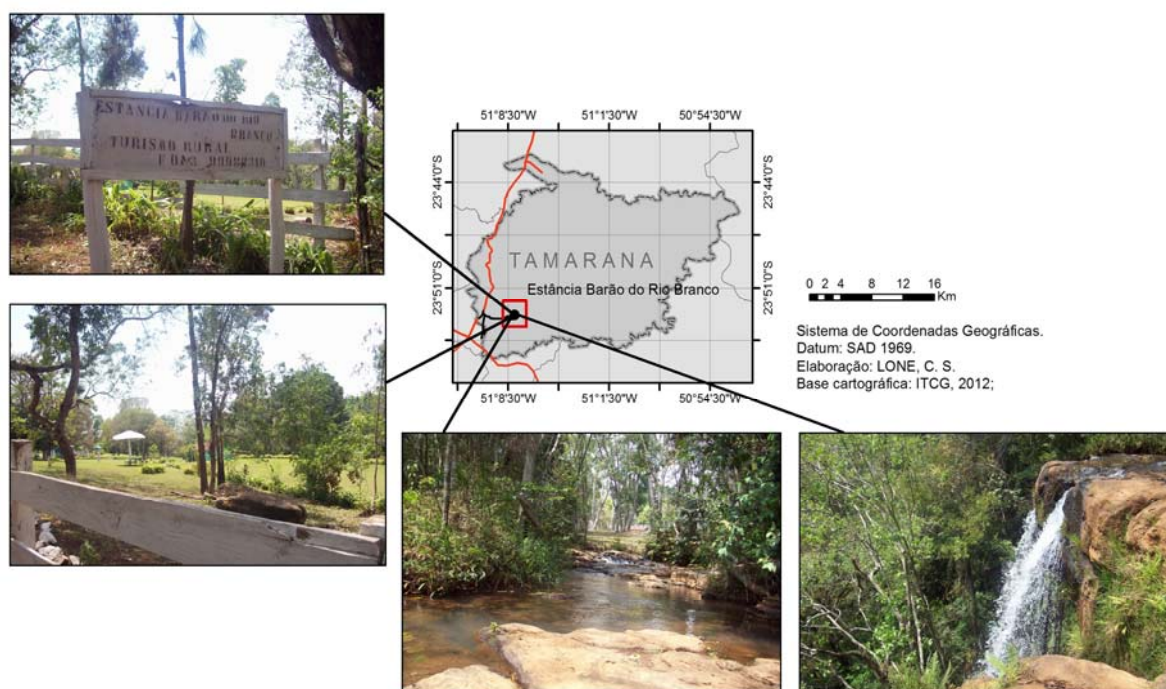
Fonte: A autora (2013).

Figura 15 - Estância Recanto Pinhão e suas atividades de aventura em Tamarana - PR



Fonte: A autora (2013).

Figura 16 - Estância Barão do Rio Branco e suas atividades de aventura em Tamarana – PR.



Fonte: A autora (2013).

Foram identificadas duas atividades de aventura que são realizadas pela comunidade autóctone: a primeira é o salto de parapente do Morro do Lorenzo, localizado no centro sul do município. Segundo relatos, existiam outros lugares para o salto de parapente, mas como dependem da permissão do proprietário para a entrada na propriedade, isto dificultou a continuidade deste esporte, o que restringiu sua prática, ficando apenas o morro citado. O acesso até o Morro do Lorenzo é considerado pelos praticantes entrevistados de difícil acesso, pois exige meia hora em carro ou automóvel para percorrer estradas não pavimentadas e em más condições. Isto dificulta a chegada de turistas, pois para que ocorra o deslocamento é primordial as vias de acesso serem seguras e acessíveis.

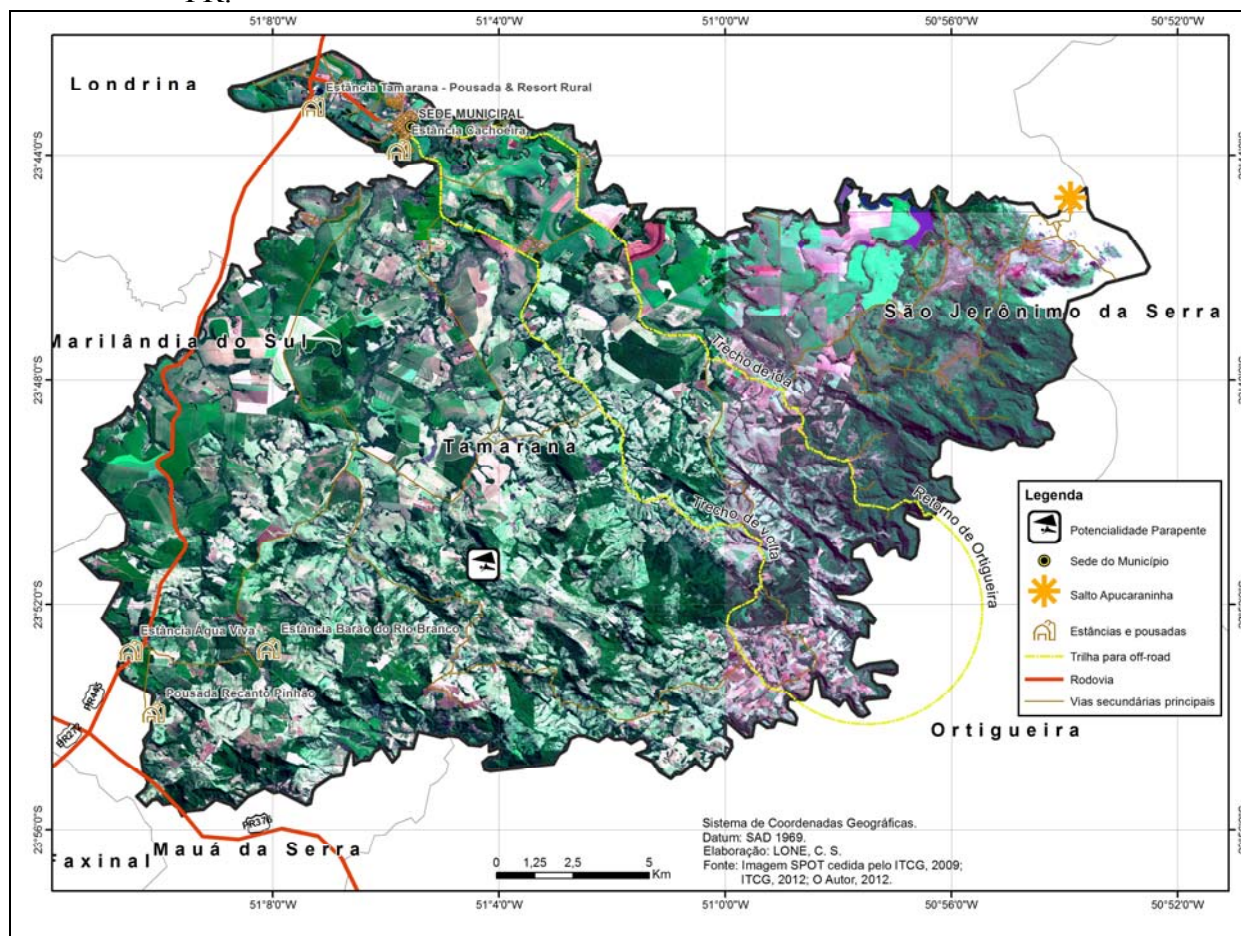
Outra atividade identificada é a *off-road* que tem grande procura devido as variedades de trilhas no município. Esta atividade normalmente é praticada por Jipe, *moto-cross* e “gaiola” (Figura 17), ou seja, um carro adaptado para trilha parecido com um *Bugie*. As trilhas percorridas são realizadas no município pelos moradores locais e alguns conhecidos de cidades vizinhas e chegam, às vezes, a ultrapassar a divisa com Ortigueira. O mapa (Figura 18) representa o caminho percorrido pelas trilhas e a localização do Morro do Lorenzo.

Figura 17 - “Gaiolas” - modelos de carros adaptados para o off-road em Tamarana.



Fonte: Cláudia Lone e Alessandro Viotto. (2013).

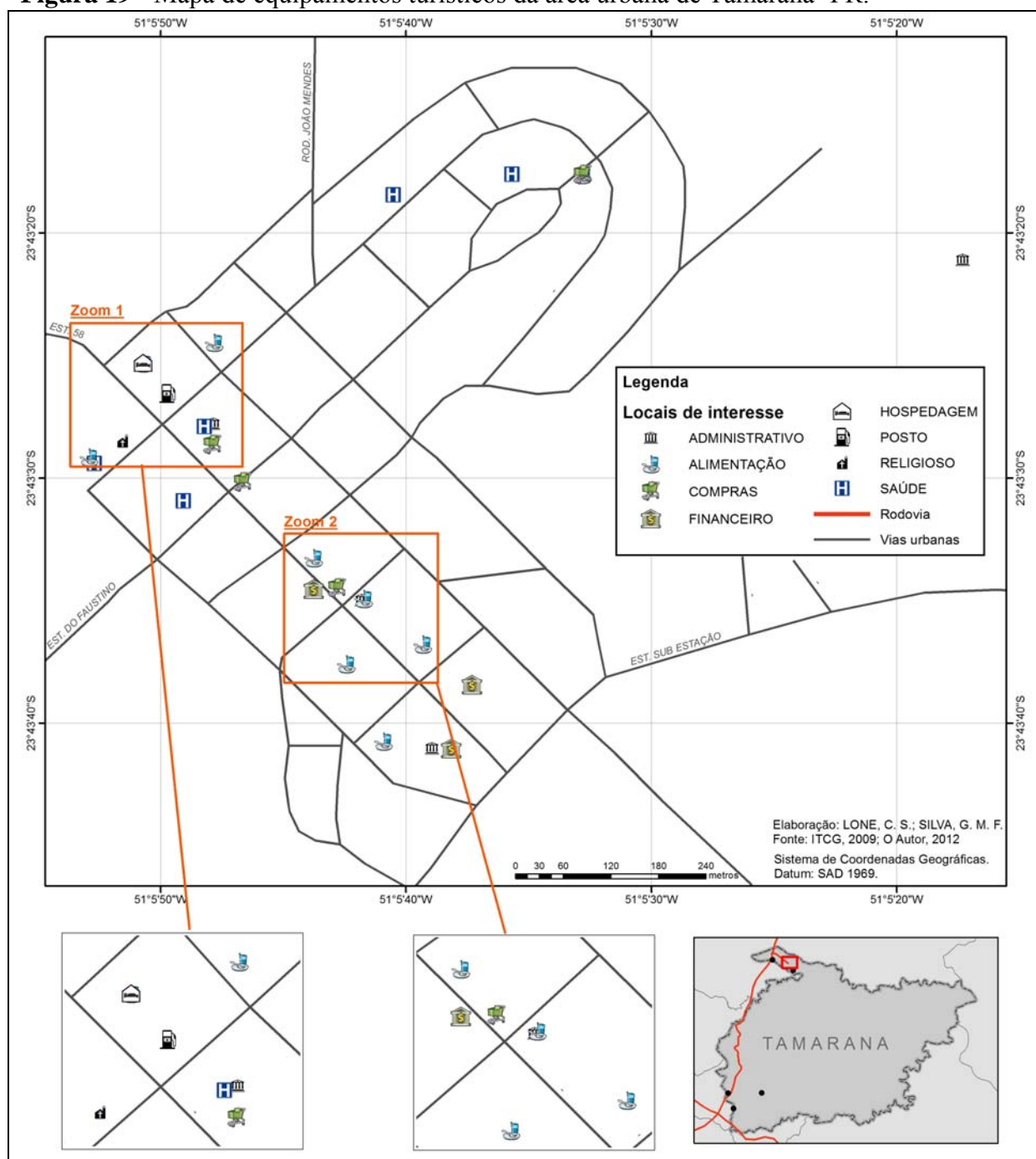
Figura 18 - Atividades de aventura realizados pelos moradores do município de Tamarana-PR.



Os serviços e os equipamentos turísticos (oferta turística) são importantes para atender as necessidades básicas dos turistas: como por exemplo: mercados, farmácias, lojas, hospitais, agências bancárias e devem existir para que o turismo aconteça. Apenas as potencialidades turísticas não garantem a implementação desta atividade se não ocorrer também às infraestruturas básicas como estradas e serviços de saneamento, limpeza entre outros.

Para averiguar a existência destes serviços na área urbana de Tamarana os mesmos foram mapeados com auxílio de GPS e localizados no mapa (Figura 19). Dentre os equipamentos identificados estão: o Hotel Tamarana inaugurado em Agosto de 2012, o Hotel Novo Horizonte já existente, duas Agências Bancárias, Hospital e um posto de saúde no centro da cidade, uma rodoviária, a Igreja Católica São Roque centralizando o centro urbano, dois supermercados, várias mercearias e alguns restaurantes locais, além de lojas com variedades de objetos, roupas, sapatos e utensílios.

Figura 19 - Mapa de equipamentos turísticos da área urbana de Tamarana- PR.



4.4 PROPOSTAS PARA INCLUSÃO EM TAMARANA

O diagnóstico das potencialidades do município de Tamarana para o turismo evidenciou uma alta aptidão para o segmento de Turismo de Aventura devido suas características físicas, como o relevo acidentado, representado nos mapas de hipsometria, declividade e ainda a presença de áreas cobertas por matas primitivas e secundárias e ainda,

rios encachoeirados como pode ser observado no mapa de uso e ocupação do solo, anteriormente apresentados no item 4.2.

Estas potencialidades podem ser exploradas para o desenvolvimento de um turismo local, contribuindo na melhoria da qualidade de vida da população do município. O que se comprova na citação de Buarque (1999), o desenvolvimento local pode ser aplicado a diferentes recortes do território, podendo atuar em diversas escalas, desde assentamentos agrários, passando por municípios, até regiões de pequeno porte. De acordo com o autor, esse recorte político-administrativo é adequado para a mobilização social com objetivos comuns e para a captação de investimentos através da instância do governo municipal. Portanto, esta pesquisa tem como recorte geográfico o município de Tamarana – Paraná para a proposta de desenvolvimento local.

A partir do diagnóstico e os dados das entrevistas foi possível traçar metas objetivando o desenvolvimento do turismo neste município, focadas nos conceitos de desenvolvimento local, estabelecendo a participação de três agentes: a comunidade autóctone, o poder público e o poder privado.

Em entrevistas com a comunidade autóctone de Tamarana verificou-se a falta de autonomia da população para unir-se de forma coletiva, através de associações, cooperativas ou projetos. Relataram que quando algumas pessoas fazem tentativas de reunirem-se para discutir objetivos comuns que beneficiem sua comunidade, não há interesse coletivo e não conseguem formar uma associação. Outro ponto de destaque na entrevista foi o fato de mencionarem a falta de emprego para o sexo feminino, além da inexistência de lugares para exporem suas produções alimentícias e artesanais (agricultura familiar).

Observou-se que dentre os entrevistados da população existe o desejo de apoiar o turismo na cidade, pois isto voltaria como benefício para a comunidade aumentando o comércio e conseqüentemente gerando maior renda e aumentando o poder de compra da população local.

Dentre os anseios dos entrevistados que residem no campo em relação ao poder público, no caso a Prefeitura de Tamarana, tem-se: a necessidade de uma cozinha industrial, cursos de qualificação e quantificação, para que eles pudessem aprender elaborar um planejamento financeiro e laboral, uma área para comercialização dos produtos de alimentos e artesanatos, assim como a promoção de feiras e eventos.

Em entrevista com a esfera do poder público, foram realizadas perguntas que constam no questionário (apêndice B) realizado com cinco funcionários da Secretaria da Agricultura, no qual está vinculado o Departamento de Turismo e Meio Ambiente. Verificou-

se que existe uma tentativa de reativar o Conselho de Turismo, que deve contar com a participação da comunidade e do setor privado para atrair mais investimentos estaduais e dar andamento à atividade turística no município. Outro ponto abordado foi o da falta de um posto de informação, de placas indicativas, de folhetos com mapas das estâncias e melhorias na iluminação. Um dos grandes entraves é a falta de recursos financeiros para este setor e por isso não há investimentos, nem de autarquias como a Ecoparaná e Paraná Turismo.

O poder privado representado nesta pesquisa pelos comerciantes entrevistados demonstraram grande interesse no desenvolvimento do turismo, principalmente visando à melhoria de sua renda e da circulação de capital na cidade, pois acreditam numa maior demanda de turistas, porém não tem clareza de como deve organizar-se. A opinião dos entrevistados a respeito do turismo no município foi bastante flexível e demonstraram interesse e conhecimento sobre os benefícios que esta atividade pode trazer. Por outro lado, eles não conseguem pensar em uma organização coletiva.

Estas perspectivas apresentadas pelos entrevistados vão ao encontro às afirmações de Selva e Coutinho (2001) que quando observam que o turismo com base local pode servir de contribuição para a revitalização e reorganização do local, com o planejamento de atividades e serviços, valorizando a comida local, o artesanato, a paisagem natural e a comunidade. Percebe-se que este estímulo ao turismo não é somente um negócio. Trata-se de um turismo mais justo e participativo, que permite a geração de postos de trabalho, a inserção dos excluídos no mercado de trabalho, compartilhando renda, riqueza, conhecimento e acesso à tomada de decisões.

Unindo as potencialidades da área, o turismo já implementado junto à adição de novas frentes e medidas de curto, médio e até longo prazo podem ocasionar mudanças positivas na dinâmica da sociedade. O turismo pode tornar-se indutor do desenvolvimento social, realizando a inclusão das pessoas mais pobres às novas atividades. Considerando estas premissas e seguindo a metodologia do Plano Nacional de Turismo (2007-2010) explanada no Capítulo 2, elaboraram-se cinco propostas de planejamento que poderão ser implantadas objetivando o desenvolvimento do turismo como inclusão social em Tamarana:

1. Estabelecer o foco no segmento de Turismo de Aventura. Com a união das duas esferas: poder público e poder privado, podendo captar recursos e informações junto à associação deste segmento – ABETA e uma consultoria realizada por um turismólogo.
2. Realizar eventos e campeonatos de aventura, festas e feiras e incluir a comunidade autóctone com produção de comidas locais, artesanatos e produções diversas locais. Produzir um calendário turístico fixo com os eventos do ano.
3. Proporcionar projetos de qualificação profissional para a comunidade. Como por exemplo: produção de alimentos típicos da região rural e treinamento de produção de alimentos de produção local com recursos do Banco da Terra e Incra; obtenção de cursos com turismólogos sobre os vários segmentos do turismo e as variações do turismo de aventura , incluindo as infraestruturas exigidas e as normas de segurança; curso de controle financeiro com implementação de microempresas com participação do Sebrae. Curso para promover esclarecimentos sobre o turismo com base local organizado junto a programas de extensão da Universidade Estadual de Londrina.
4. Melhorar a infraestrutura urbana. Para receber turistas as infraestruturas devem ser melhoradas com estradas, iluminação, água, paisagem, placas, postos de informação. Os recursos podem ser obtidos nas autarquias Ecoparaná e Paraná Turismo.
5. Produzir informações turísticas e a divulgação do Turismo de Aventura em Tamarana. Com produção de mapas, banco de dados, informações na internet, *Web SIG*, como, por exemplo, o apresentado no item 4.3., os quais podem ser realizados com auxílios dos estudantes universitários, via projetos de extensão universitária em acordo com o projeto turístico de desenvolvimento local em Tamarana- PR.

De acordo com as características físicas (declividade, hipsometria, uso e ocupação do solo) e também dos anseios da população o município tem grande possibilidade para estabelecer o Turismo de Aventura, seguindo os conceitos do desenvolvimento local. Verificou-se que nas estâncias há um Turismo de Aventura com elementos incipientes básicos e que são realizados e ofertados de forma heterogênea. Para concretizar a primeira proposta é necessária a união do setor privado com o poder público representado pela Prefeitura Municipal de Tamarana, Departamento de Turismo junto às iniciativas de inclusão da população para a realização de uma ação ou projeto que beneficie uma maioria.

Para que a primeira proposta seja apreendida o poder público, ou seja, o Departamento de Turismo pode incentivar o turismo com financiamentos e cursos de gestão. O poder privado local, podendo ser os proprietários das estâncias ou empresários, pode atuar

de diferentes maneiras: empresas podem operar com recursos financeiros ou proprietários de terras podem ceder espaços turísticos dentro das fazendas mediante taxa de entrada, assim como o fazem no município de Tibagi – PR. Além disso, é importante que os ofertantes de turismo estabeleçam o seguimento das normas de segurança citadas no Capítulo 1 que devem ser seguidas para regulamentar a oferta desta atividade, bem como estabelecer a normatização com equipamentos e profissionais. Esta meta pode ser trabalhada junto com a Associação de Turismo de Aventura ABETA que fornece consultoria para os associados e um profissional em Turismo e Hotelaria que forneça consultoria.

A segunda proposta seria realizar mais eventos com o segmento de Turismo de Aventura, uma vez que os grupos autônomos, como o Clube de Aventura de Londrina, 4x4 Ação, realizam atividades no município de Tamarana. O Departamento de Turismo junto aos ofertantes de turismo (proprietários das estâncias) e estes clubes autônomos poderiam reunir-se para produzir um calendário de eventos e oferecer estruturas para os campeonatos de aventura, isto seria uma ótima opção para receber mais turistas, divulgar o município, dinamizar a economia local de Tamarana e também, uma fonte de recursos para investimentos no município. Estes eventos podem beneficiar a população como um todo, mas para isso é preciso à inserção da comunidade autóctone, com participação nas feiras e eventos proporcionados pelo Turismo de Aventura. Os assentados poderiam participar expondo seus produtos alimentícios rurais para venda e barracas de alimentação; a população em geral poderia expor artesanatos e produções diversas de origem local.

Para desenvolver o turismo na região são necessários projetos de qualificação profissional, sendo esta a terceira proposta estipulada. Para um melhor atendimento ao turista, os profissionais devem ser qualificados e ter um bom conhecimento do fenômeno do turismo, pois falta conhecimento por parte da população em relação aos pontos turísticos existentes da própria cidade e principalmente de suas potencialidades. A reivindicação de maior ênfase citada nas entrevistas foi a falta de projetos relacionados à produção rural e alimentação. A comunidade junto aos órgãos voltados para a área agrária como Banco da Terra e INCRA podem lograr cursos para produção de alimentos, elaboração de pratos típicos para venda nas feiras ou eventos de turismo. A Prefeitura Municipal junto ao SEBRAE pode ofertar cursos para o planejamento de recursos financeiros. Outros cursos como manicure, cabeleireiro, corte e costura, também aumentariam a oportunidade de trabalho e geração de renda para os desfavorecidos. Segundo as entrevistadas, faltam empregos para as mulheres rurais, e também apontaram a necessidade de uma estrutura para poder manipular os alimentos para uma produção em maior quantidade, por isso citaram a

cozinha industrial e um lugar (que possam expor seus produtos como feiras, centro de exposições ou eventos) como sugestões para melhoria da qualidade de vida delas e da cidade. Neste caso, a proposta seria a de os donos de propriedades rurais (poder privado) oferecerem lugares como barracões para o poder público (Prefeitura Municipal de Tamarana) ofertar cursos e programas de auxílio à comunidade autóctone voltados para o turismo. Os turismólogos poderiam ofertar cursos sobre o turismo e seus segmentos, bem como, as normas de segurança estipuladas pelo Mtur e ABNT. Em convênio com a Universidade Estadual de Londrina poderiam promover uma parceria com um projeto de extensão de Geografia e Turismo (Ternopar, por exemplo), ofertar cursos e aplicar projetos para o município de Tamarana sobre o turismo local e seus fundamentos.

Melhorar a infraestrutura urbana é a quarta proposta. Uma cidade com potencial, mas sem serviços turísticos e com condições precárias não atrai turistas. Por isso, os acessos devem ser melhorados, devem ser acrescentadas placas de informação turística padronizadas, aumentados os serviços como táxis e moto-táxis, os números de postes e a iluminação na entrada da cidade, estabelecer um posto de informação na praça da igreja central. Há placas existentes na cidade, mas são pouco informativas para o turismo. (Figura 20). Muitas estâncias localizadas no lado oeste, da estrada PR 445, sentido Mauá da Serra, podem não ser encontradas pelos visitantes devido a falta de placas de informação turísticas indicando como chegar e os valores de distância. Estes elementos são encontrados somente na entrada do trevo conhecido popularmente como “placa da vaca”. A entrada é pouco visível e fica na rodovia, por isso está mal posicionada. Depois deste trevo, as estradas não são pavimentadas, porém em condição de tráfego, com placas de indicação feitas de madeira e pintadas à mão.

Figura 20 - Placas na zona urbana do município de Tamarana.



Fonte: Cláudia Lone e Alessandro Vioto. (2013).

Ainda faltam painéis com mapas para o turista situar-se na cidade e ter noção das distâncias, saber a localização das estâncias, assim como as atividades de aventura oferecidas, os serviços de comércio, saúde, restaurantes. Também é precária a forma de transporte até o município de Tamarana. A rodoviária não conta com banheiros em condições de uso e não há um posto de informação turística ou mapas que atendam as necessidades de localização dos pontos turísticos da cidade, existe somente um taxista e também não há telefone de táxis ou moto-táxis. Os recursos poderiam ser obtidos junto às autarquias do governo do Paraná, a Ecoparaná e Paraná Turismo.

Quanto ao serviço de transporte público existe uma linha de ônibus que faz o percurso Londrina-Tamarana, a viação Londrisul, que leva até a rodoviária e nos fins de semana faz o caminho por Lerroville, não passando por nenhuma estância. Esta área do transporte é uma das principais estruturas que devem ser melhoradas para atrair mais turistas para o município. Algumas proprietárias das estâncias se propõem a buscar os passageiros no trevo ou na parada de ônibus, mas a forma mais utilizada pelos turistas para se chegar até Tamarana é em veículo próprio. A duplicação da rodovia 445 que ocorre em 2013 é um ponto positivo para o turismo.

A quinta proposta da pesquisa consiste em criar mapas para os turistas e um banco de dados para gerar informações turísticas que podem ser disseminadas para,

posteriormente serem utilizadas em futuras propostas e planos. O planejamento e a gestão baseada em dados confiáveis é um elemento importante para se obter bons resultados.

As novas tecnologias como o geoprocessamento, podem atuar como ferramentas de planejamento do turismo em Tamarana. Em um banco de dados é possível guardar informações como número de turistas, ocupações em hotéis, alojamentos, *camping*. Podem-se realizar cadastros de empresas turísticas, dados ambientais, além de muitas outras informações que podem ser armazenadas e gerenciadas, permitindo análise e cruzamento de informações, com geração de mapas e outros documentos importantes. Dentre os diversos mapas, cita-se: oferta turística, como comércio, bancos, hospital; produtos turísticos, como as estâncias, sua localização, as atividades de aventura ofertadas, área verde e rede hídrica, a noção de distâncias e potencialidades e muitos outros.

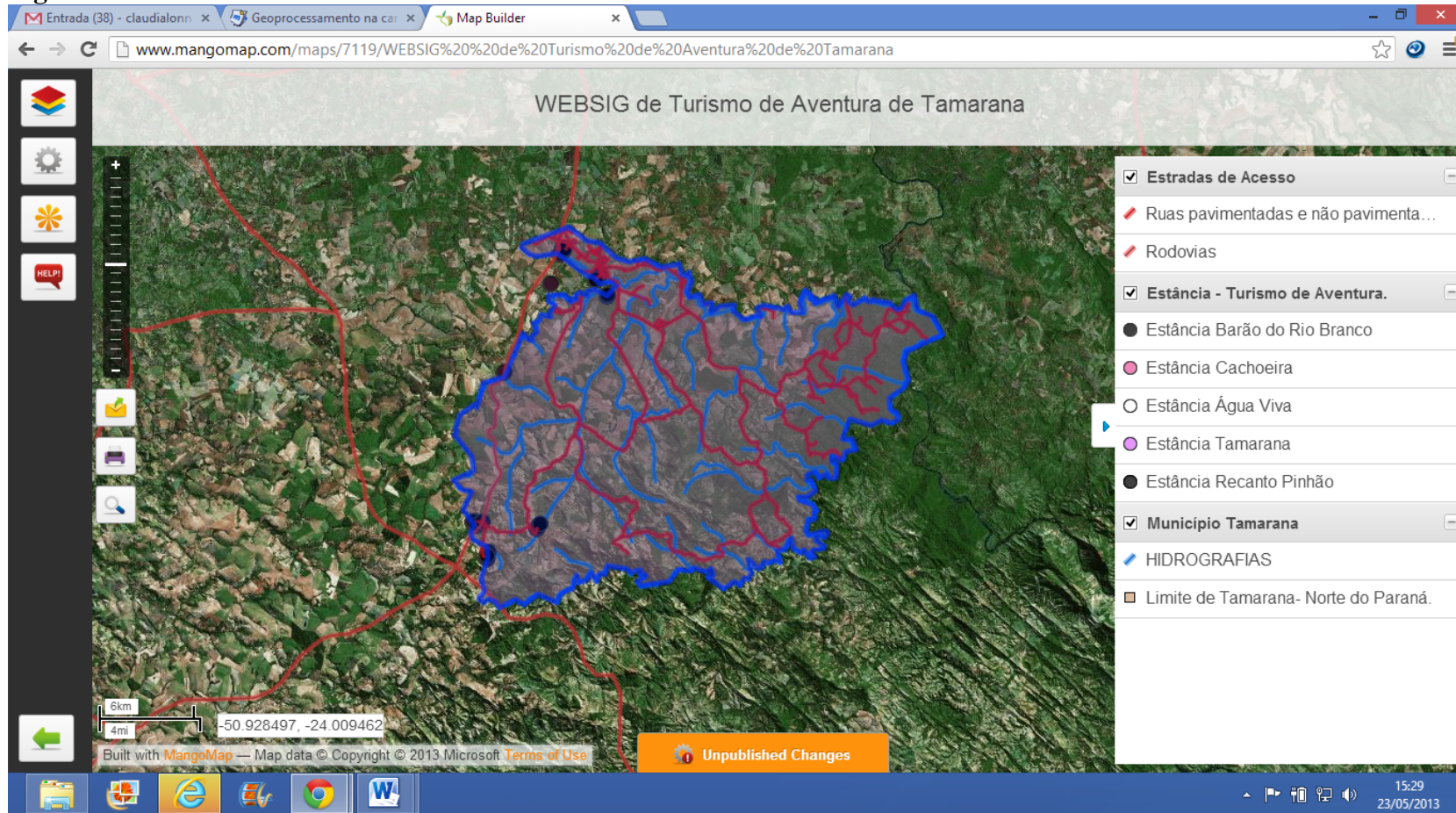
Para a divulgação dos atrativos turísticos do Turismo de Aventura em Tamarana elaborou-se uma proposta com a utilização de um programa gratuito interativo disponibilizado na internet: o *Mango Map*. Este programa foi desenvolvido por *Chris Brown*, registrado como Company UK- Reino Unido, mas com escritório de desenvolvimento em Camboja chamada *Phnom Penh*. O programa tem como função realizar e compartilhar mapas *web* interativos sem a necessidade de um *hardware* especializado. Sua utilização se justifica pela facilidade de manipulação e pelo seu domínio público. O programa conta com tutoriais com modelo em vídeo para usuários interagirem e adicionarem informações. O *Mango Map* é uma excelente evolução das geotecnologias, contendo várias funções como servidor de mapas e um editor/ visualizador, podendo ser acessado pelo *site* <http://www.mangomap.com>, gratuitamente.

Para a confecção deste *Web SIG* foi necessário realizar um prévio cadastro no site do *MangoMap*, com *e-mail* e nome, logo depois com os mesmos *layers* usados no banco de dados no programa *ArcGIS* foram inseridos no *Mango Map*. Os *shapes* devem ser utilizados nos quatro formatos: **dbf**, **.prj**, **.shp**, **.shx**, depois de salvos, elege-se as coordenadas *Datum South America 1969* (Sad 69).

Com este programa disponível em rede pode ser trabalhado a interatividade do usuário quando estes estiverem *on-line* agregando maiores informações sobre o turismo em Tamarana, formando uma cadeia de informações onde várias pessoas poderão alimentá-lo. A Prefeitura Municipal de Tamarana e um consultor poderia ser o principal agente a agregar informações, representados pela comunidade e os agentes do turismo. Este *Web SIG* será útil para a divulgação do turismo em Tamarana, fornecer dados reais e também como um documento digital das atividades de turismo no município para o planejamento.

A imagem (Figura 21) contém *layers* do município de Tamarana, a rede hídrica, estradas pavimentadas e não pavimentadas, rodovias e as cinco estâncias que ofertam atividade de aventura.

Figura 21 - Web SIG - Turismo de Aventura em Tamarana-PR.



Fonte: A autora (2013).

O banco de dados do turismo de Tamarana pode abranger também entre outras informações: número de turistas, quantidade de dias, números de turistas em cada feriado, o perfil dos turistas de aventura, as atividades mais procuradas, a origem da demanda. A manipulação destas informações permitiria projetar valores de crescimento para um determinado período de tempo, tornando possível determinadas análises e melhores planejamentos. Estes sistemas de informações turísticas podem ajudar nas tomadas de decisões e na sua divulgação.

A partir da pesquisa, analisou-se que o desenvolvimento local pode ser induzido pelo Turismo de Aventura em Tamarana considerando que o município possui características físicas favoráveis a estas atividades. Constatou-se em campo que existem ofertas de atividades de aventura nas estâncias, mas são diferenciadas umas das outras, resultando em um turismo pouco consistente.

No início do trabalho se supunha que a comunidade do município era contra ao incentivo do turismo em Tamarana, porém, houve grande aceitação das atividades turísticas por parte da comunidade. Por meio das entrevistas com a população de Tamarana foi possível reconhecer que os entrevistados acreditam que o setor do turismo pode gerar renda e benefícios para a população, por outro lado, sentem falta de informação para atrair mais turistas. Relataram também que já houve tentativas de reunirem-se em associações ou organizações, mesmo com o incentivo da Prefeitura ofertando palestras com estes temas, tiveram dificuldades porque nem todos compartilham os mesmos objetivos e afirmaram que são poucas as pessoas que tomam a iniciativa.

Observa-se falta de instrução e de informação da população em relação às potencialidades do município para o turismo. A Prefeitura está aberta às questões para melhoria das condições de vida da comunidade e para o desenvolvimento do turismo, porém se nota que, quando entrevistados relatam uma visão generalista, ou seja, pensam em projetos de alto custo e não têm uma visão para um turismo voltado para o desenvolvimento local, pois sempre relatam sobre a impossibilidade de realizar ações devido aos baixos recursos financeiros. Isso pode ser devido aos exemplos de ações globais que aparecem como exemplo do sistema capitalista em vigência, no qual estabelecem grandes recursos de capitais para megaprojetos. Por outro lado, o desenvolvimento com base local pode ser estabelecido com recursos *in loco*, assegurando a autonomia dos agentes para trabalharem em busca de um objetivo comum. Organizando-se de forma coletiva, pode ficar menos dispendioso para as ações concretizarem-se. A falta de informação somada às dificuldades de organização pode ser uma das explicações para que o turismo seja pouco consistente na região.

O poder público, mais precisamente, o Departamento de Turismo, poderia implantar ações com base local, trabalhar junto ao poder privado e à comunidade, para que ocorra ajuda mútua, deixando os custos e os investimentos mais baixos e gerando mais postos de trabalho e conseqüentemente uma melhoria da qualidade de vida para a população.

Também foram analisadas as normas do Turismo de Aventura nas estâncias de Tamarana, pois foi por meio deste segmento que se optou por desenvolver o modelo de desenvolvimento socioeconômico. Na análise feita averiguou-se que algumas das estâncias que ofertam o Turismo de Aventura, apresentaram algumas falhas em relação à segurança das atividades. Os esportes oferecidos em algumas estâncias são realizados por terceiros, esportistas que oferecem as atividades em datas esporádicas, mas que contam com os equipamentos requisitados pela norma da ABNT. Porém, a responsabilidade e os requisitos mínimos não são estipulados entre as partes: o profissional, o turista e o proprietário ou gestor. Neste caso, o atendimento ao hóspede também é depreciado, o turista que está alojado na estância é atendido por um terceiro e por isso não formaliza a compra da atividade como algo “oficial”. Pode-se notar uma desarticulação na forma de gerenciar o Turismo de Aventura, necessitando de uma integração entre os proprietários e estes com o poder público. Uma consultoria seria de extrema importância para desenvolver o Turismo de Aventura de Tamarana

Algumas outras estâncias oferecem as atividades em serviços conjugados (pacotes de viagens), mas precisam melhorar os requisitos de segurança de acordo com a ABNT e MTUR. Os guias são denominados condutores pelas normas e deveriam ser profissionais habilitados ou treinados para as atividades, além de ter o conhecimento de primeiros socorros em caso de emergência.

Por outro lado, também é crucial que se saiba que as normas são relativamente novas, com data de 2005, sendo as últimas normas mais recentes ainda, de 2011. Essa desarticulação de normas e regulamentação por parte do poder público faz com que os prestadores de serviços ligados ao turismo fiquem sem respaldo. A elaboração das normas pode-se afirmar, realizadas de forma fragmentada durante alguns anos podem ser pouco consultadas, além disso, o turismo não conta com uma fiscalização, o que pode contribuir para um turismo mais amador.

Cada estância oferece o Turismo de Aventura de uma forma, com preços diferenciados, dificultando a organização e o planejamento. De modo geral, é notável a falta de uma consultoria, a falta de profissionais qualificados na gestão assim como os turismólogos, administradores e profissionais que conduzem as atividades, que não ficam

restritos, podendo ser profissionais de educação física, ciências dos esportes ou até mesmo autônomos com carteira habilitada para cada esporte radical.

Para melhorar o turismo em Tamarana e assim proporcionar mais desenvolvimento social e econômico, é notável a necessidade de mais profissionalismo e um maior conhecimento do turismo como um fenômeno social. Uma consultoria de turismólogos que oriente na formação de uma “cooperativa” entre comunidade local, empresas/hotéis privados e Governo Municipal, no intuito de desenvolver esta atividade de maneira organizada e planejada. Seguir as regulamentações do Ministério do Turismo e as normas da ABNT seria um bom começo para regularizar a oferta de Turismo de Aventura nas estâncias, assim os proprietários articulados poderiam unir esforços e solicitar mais recursos e atenção por parte do poder público.

Optou-se por não envolver a Reserva Indígena Salto do Apucarantina para o estudo turístico, pois isto implicaria a participação de outras entidades públicas, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) responsável pelas atividades e gestão da área com os indígenas. Trabalhar com o Turismo de Aventura nesta área seria sobrepor mais atividades em uma área com grande potencial também para o Turismo Cultural. Esta é uma proposta que já vem sendo postulada por eles nos eventos culturais que tem por objetivo perpetuar a tradição da etnia *Kaingang*.

O Turismo de Aventura pode ser um indutor de desenvolvimento para Tamarana, proporcionando novos postos de trabalho, mas para isso todas as esferas devem trabalhar em conjunto, podendo diminuir a exclusão social. É neste impasse que o turismo vem atuar na transformação do espaço socioeconômico e na desconcentração de riqueza em Tamarana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo como prática social se apropria do espaço geográfico e provoca transformações nas relações materiais e imateriais, como: urbanização, novas infraestruturas, mudanças nas relações de trabalho, alterações nas relações sociais, motivação da consciência ambiental, mais informações e divulgação do destino. Relacionar o turismo ao enfoque social não significa desprezar o aspecto econômico, mas ampliar as possibilidades, introduzindo inúmeras variáveis que contribuem para uma visão abrangente da questão.

Esta pesquisa teve pretensão de explicar os fatores positivos do turismo, como um setor capaz de contribuir para uma melhoria de qualidade de vida da população por meio da inclusão e do planejamento desta atividade vinculada ao desenvolvimento local. Este deve ser entendido com um processo de mudanças positivas para a sociedade, com a implementação de ações que visem à participação ativa do cidadão, permitindo uma vida digna com menos desigualdades sociais.

Vinculado a este desenvolvimento, o turismo com base local pode ser considerado uma importante atividade que pode contribuir para o combate à pobreza, gerando oportunidade de trabalho e renda, promovendo uma maior diversificação na economia, novas formas de gestão pública, proteção ambiental e a inclusão social. Para que isto ocorra é preciso considerar a mobilização da sociedade na participação das políticas públicas. Por outro lado, o poder público tem que atuar com um objetivo comum junto à comunidade, devendo propiciar ao poder privado meios de atuação com vistas ao bem comum.

Esta pesquisa demonstrou que o município de Tamarana tem potencialidades para melhorar o Turismo de Aventura e ampliar sua oferta. Com o estímulo e apoio a este segmento o município pode ganhar notoriedade e ser referência no norte do Paraná, assim como Brotas em São Paulo.

Para tornar o município um destino efetivo de turismo é necessária uma maior articulação entre os setores envolvidos. Pensarem juntos nas deficiências e nas potencialidades deste segmento seria uma iniciativa para iniciarem um planejamento e atraírem uma maior demanda. Ampliar o turismo no município seria outro tema importante, para isso é necessário um maior envolvimento entre a Prefeitura Municipal de Tamarana, os profissionais e a população para proporcionarem projetos e ações que beneficiem uma coletividade. Faz-se notável uma consultoria por parte de turismólogos. Incentivar que parceiros invistam no turismo com base local e com projetos para o desenvolvimento

socioeconômico e que possam demonstrar as potencialidades existentes e abalizar possíveis locais para esta ampliação.

O desenvolvimento local deve ser pensado como um processo e não como um produto final, a ideia em aumentar somente os números da economia em detrimento do crescimento social tem gerado ainda mais as desigualdades sociais, prejudicando os menos favorecidos, criando uma sociedade de excluídos.

Por meio das políticas públicas a comunidade pode desenvolver projetos que beneficiem a uma coletividade, pois nada melhor que a sociedade para decidir o que é melhor para ela. O poder privado, uma vez inserido, também deve prezar pela parceria e inclusão dos menos favorecidos, pois estes não tem a oportunidade de melhorar de vida quando atingidos pelas forças exógenas do capitalismo que desfavorece os pequenos produtores e comerciantes.

Na maioria das vezes, o poder privado participa com investimentos financeiros, o poder público com informações, gestão e recursos e a comunidade com o trabalho (produção) e dependendo do projeto, com estudos. Os fatores endógenos, ou seja, a união dos setores internos de uma localidade podem ser uma solução para não depender somente de capitais externos. Atuando localmente, as políticas públicas podem ser melhor direcionadas e atuar nas necessidades da sociedade.

As estâncias já conhecidas pela oferta de atividades de turismo podem e devem unir-se para melhorar a gestão do turismo, além disso, se adequar as normas estabelecidas pela ABNT e Mtur. Estas normas surgiram para uma maior regulamentação destas atividades de aventura que se define pela modalidade de recreação e não competição, com minimização de riscos com auxílio de equipamentos e profissionais. O fato de o Turismo de Aventura ter aumentado muito sua demanda no Brasil, fez com que o poder público voltasse sua atenção para a regulamentação.

Ainda que existam condições favoráveis para um desenvolvimento efetivo deste segmento, a condição de gestão local destas estâncias e a oferta destas atividades podem ser repensadas em conjunto, todavia, há de ser levado em consideração que as normas de turismo de aventura são recentes. Pelas entrevistas realizadas junto às estâncias, se percebe que os responsáveis têm informações pertinentes e querem melhorar o setor de turismo e atrair mais turistas, porém falta uma maior articulação entre as esferas citadas para verificar as falhas e as potencialidades.

Conhecer as potencialidades de um local exige um estudo prévio, o chamado diagnóstico que é importante para conhecer a situação atual do turismo para depois

poder fazer projeções futuras com dados confiáveis. Utilizou-se também mapeamentos para conhecer a espacialidade e os aspectos físicos da área estudada. Esta pesquisa cumpriu o objetivo proposto inicialmente, diagnosticou lugares que ofertam o Turismo de Aventura (estâncias), mas também comprovou que há potencialidade para sua expansão. As trilhas são uma boa opção para aumentar as atividades de aventura *off-road*, uma vez que são realizadas pela população de forma amadora, mas poderiam ser melhoradas se fossem gerenciadas por profissionais, aumentando sua estrutura e divulgação. Há potencialidades para ampliar o *rafting* devido à riqueza hídrica da região, podendo ser em propriedades privadas mediante acordo entre profissionais e proprietários ou em rios com correnteza onde os grupos de aventura poderiam apropriar-se, porém esta tem uma desvantagem por não conter as estruturas de suporte para os usuários, sendo necessária a adequação dos equipamentos. Também se pode afirmar que na região tem grande destaque os morros para saltos de parapente demonstrados nos relevos dos mapas e, que anteriormente havia lugares onde praticavam-se o salto, mas que foram deixados de lado devido à falta de articulação entre os proprietários e profissionais. Além destas atividades, caminhadas de pequeno e grande trajeto são bem viáveis porque existem diversos lugares (caminhos, trilhas) com a fauna e a flora conservadas, recursos naturais e muita área verde para a contemplação. Com esta atividade mais um setor de eventuais turistas poderiam ser captados, poderiam atingir um público que não se aventura em esportes radicais como estes realizados nas alturas ou que necessitam do nado.

Para demonstrar estas potencialidades e suas localidades onde o turismo possa ser implementado, o mapeamento da área é fundamental. O Geoprocessamento principalmente com a elaboração de mapas digitais é uma ferramenta valiosa para o planejamento do turismo, pois podem ser alimentados/atualizados com novas informações. O *Web SIG* é um programa importantíssimo proposto nesta pesquisa, ele é necessário porque tem a função de guardar, reabastecer e acrescentar novos dados, podendo ser formado uma rede de dados que permite aos usuários uma maior interação, além de permitir uma forma fácil de divulgação. Este programa pode ajudar na divulgação do município de Tamarana, cujas construções cartográficas podem ser acessadas gratuitamente e divulgadas por *links* em *email* ou *sites* de redes sociais.

A quantidade de mapas com custos mais baixos em meio digital permite um maior acesso ao produto cartográfico que pode ser disponibilizado com fácil acesso à rede mundial de computadores. A grande vantagem é que os usuários podem interagir com os mapas e também participar da produção cartográfica devido a sua facilidade de interatividade.

As ferramentas de Geoprocessamento são bastante importantes para o planejamento turístico. A manipulação e análises de informações geográficas voltadas para o setor turístico são fundamentais para os mapeamentos, visando tanto o planejamento quanto a divulgação da atividade, ou seja, importantes tanto para o planejador quanto para a comunicação com o turista.

Os resultados obtidos nesta pesquisa podem contribuir para uma discussão mais aprofundada sobre desenvolvimento socioeconômico. As deficiências de articulação entre as esferas podem ser realizadas com ações e recursos de base local, sem ficarem atrelados às forças hegemônicas. Mesmo que o turismo seja vinculado ao capital externo, também existem meios para desenvolver-se de forma endógena. O turismo de base local pode ser um modelo de desenvolvimento socioeconômico permitindo ser aplicado a outras regiões ou municípios. Neste caso averiguou-se o potencial para o segmento de Turismo de Aventura que já existe em Tamarana, mas sem bases sólidas, por isso são sugeridas ao longo desta pesquisa propostas para atingirem uma maior concretude. Também se espera incitar novos projetos que poderão ser relevantes para o desenvolvimento de outras pesquisas e propostas.

REFERÊNCIAS

- ABETA Associação Brasileira de Turismo de Aventura. **Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://www.abeta.com.br>>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- ADETUNORP Agência de Desenvolvimento Turístico do Norte do Paraná. **Tamarana: Breve histórico**. 2009. Disponível em: <http://www.adetunorp.com.br/site/index.php?searchword=tamarana&ordering=&searchphrase=all&option=com_search>. Acesso em: 10 de Nov. 2012
- _____. **Sobre Adetunorp**. Disponível em: <www.adetunorp.com.br>. Acesso em: 22 de Abr. 2013.
- AGÊNCIA BRASIL. **Plano Nacional de Turismo terá seis objetivos para desenvolver o setor. 2012. Disponível em:** <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-11/plano-nacional-de-turismo-tera-seis-objetivos-para-desenvolver-setor>>. Acesso em: 10 de Abr. 2013.
- ADVENTURE SPORTS FAIR. **ADVENTURE SPORTS FAIR**. Disponível em <<http://www.adventurefair.com.br/evento>> Acessado em: 29 de Out. 2012.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2004.
- ASARI, A. Y., TSUKAMOTO, R. Y. Redes sociais e o processo de territorialização nos assentamentos rurais do Norte do Paraná (Brasil). In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p.1255-1269
- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15.331**. Turismo de Aventura – Sistema de gestão de segurança – Requisitos. 2005, p.27.
- _____. **ABNT NBR 15.285**. Turismo de aventura - Condutores - Competência de pessoal. 2005, p.6.
- _____. **ABNT NBR 15.286**. Turismo de aventura – Informações mínimas preliminares a clientes. 2005, p. 5.
- _____. **ABNT NBR 15397**. Turismo de aventura - Condutores de montanhismo e de escalada - Competência de pessoal..2006, p.10.
- _____. **ABNT NBR 15398**. Turismo de aventura - Condutores de caminhada de longo curso - Competências de pessoal. 2006, p. 11.
- _____. **ABNT NBR 15.500**. Turismo de aventura – Terminologia. 2007, p. 6.
- _____. **ABNT NBR 15505-1**. Turismo com atividade de caminhada. 2008, p.16.
- _____. **ABNT NBR 15.501**. Turismo de Aventura – Técnicas verticais – Requisitos para produto. 2011, p. 40.
- _____. **ABNT NBR 15.502**. Turismo de Aventura – Técnicas verticais – Procedimentos. 2011, p. 34.

_____. **ABNT NBR 15508-1**. Turismo de aventura — Parque de arvorismo. 2011, p.20.

_____. **ABNT NBR 15508-2**. Turismo de aventura — Parque de arvorismo. 2011, p. 25.

BAHL, M. **Fatores ponderáveis no Turismo: sociais, culturais e políticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

_____. **Agrupamentos Turísticos Municipais**. Curitiba: Prottexto, 2004.

_____. Miguel. **Legados étnicos e Oferta turística**. Curitiba: Juruá, 2010.

BARROS, M. V. F; VIRGILIO, H. ; SIG aplicado á caracterização socioambiental da Reserva Indígena Apucarana - PR. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**. Rio Claro, Unesp, v. 5, n. 1, p. 47-62, 2007.

BAS **Braslian Adventury Society. Sociedade Brasileira de Aventura**. Disponível em <<http://www.bas.org.br>> Acessado em: 29 de Out. 2012.

BERTIN, Jacques. **A Neográfica e o tratamento gráfico da informação**. Curitiba: UFPR, 1986.

_____. **Semiology of Graphics**. London: University of Winconsin Pres, 1983.

BOGGIANI, P. ; SILVA, O. J. **Monitoramento da temperatura e umidade relativa do ar e definição de capacidade de carga turística das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida (Bonito – MS)**. Campo Grande: UFMS 2004. Disponível em: <<https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/.../31/corsoId:33>>. Acessado em: 26 Out. 2012.

BOS, E. S. **Cartographic symbol design**. Lecture-notes. ITC, 1984.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**. Relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão**. Brasília (DF), 2007.

_____. Ministério do Turismo; ABETA, Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. Ministério do Turismo, ABETA. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas**. Brasília: Ministério do Turismo; Belo Horizonte: Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Legislação: Gestão Territorial**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm>. Acessado em: 28 Out. 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento agrário. **Portal da cidadania**: Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues no Paraná (PR). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/paranapr/onecommunity?page=4&data_id=2154380>. Acesso em 24 mar. 2013a.

BRASIL. Lei Complementar Nº 93, de 4 de Fevereiro de 1998. Institui o fundo de terras e da Reforma Agrária - banco da terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp93.htm>. Acesso em: 15 de abr. 2013b.

BROTAS, SP. **Página oficial do turismo em Brotas. Secretaria do Turismo de Brotas**. A capital do Turismo de Aventura é muito divertida. Disponível em: <<http://secturbrotas.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 29 Out. 2012.

BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA, 1999.

CALVENTE, M. C. M. H. **Turismo e excursionismo Rural**: potencialidades, regulação e impactos. Londrina: Edições Humanidades, 2004.

CÂMARA, G. ; MONTEIRO, A. Conceitos básicos em ciência da Geoinformação. In: CÂMARA, G. ; DAVIS, C. ; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>>. Acesso em: 01 Out. 2012.

CÂMARA, G. ; DAVIS, C. Apresentação: definições de Geoprocessamento. In: CÂMARA, G. ; DAVIS, C. ; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>>. Acesso em: 01 Out. 2012.

CARTWRIGHT, W. Interactive Multimedia for Mapping. In: MACEACHREN, A. M. ; TAYLOR, D.R. F. **Visualization in Modern Cartography**. Oxford, UK, Pergamon, 1997, p. 63-90.

CASTRO, N. A. R. **O lugar do turismo na ciência geográfica**: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. p. 108-230.

CAVACO, C. Turismo Rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.p.94-121.

CAZES, G. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, A. **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.p.77-85

COLAVITE, A. P. **Contribuição do Geoprocessamento para criação de roteiros turísticos no caminho do Peabiru – PR**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, p. 1-156.

CORIOLOANO, L. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: **O turismo de inclusão e desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

_____. O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLANO, L. N. M. T. ; LIMA, L. C. (Orgs.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza, EDUECE, 2003b, p. 26-44.

CORIOLANO, Luzia N.T.; MORAIS, Elenildo. Desvendando Caminhos do Turismo de Aventura no Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 1, n.2, p.3-11, 2011.

CORREA, C. **Índigena-demarcação**. 2010. Disponível em: <http://direitoamazonico.blogspot.com.br/2010/01/indigena-demarcacao_22.html. Acesso em: 15 de Abr. 2013.

CORREA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo. Editora Ática, 1998.

CRUZ, R. C. A. **Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, R. C. ; SANSOLO, D. G. Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica. Caderno Virtual de Turismo. In: **Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**. v. 3, nº4, s/p.UFRJ, 2003.

DE MASI, D. **Perspectiva para o trabalho e o tempo livre**. Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

DISTRITO FEDERAL. **Meta do Ministério do Turismo é posicionar o Brasil entre as três maiores potências do setor até 2022**. 2013. Disponível em: <<http://www.setur.df.gov.br/noticias/item/2790-publicado-o-plano-nacional-do-turismo-2013-2016.html>>. Acesso em: 01 de Maio 2013.

DUQUE, R. C., MENDES, C. L. **O planejamento turístico e a Cartografia**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo. Perspectiva. 1979

FERNANDES, F. **Dicionário Brasileiro Globo**. 21. ed. São Paulo:Globo,1991.

FERNANDES, M. ; MENEZES, P. M. ; DA SILVA, M. V. Cartografia e turismo: discussão de conceitos aplicados: Às necessidades da cartografia turística. **Revista Brasileira de Cartografia**. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ No 60/01, Abril 2008.

FRATUCCI, A. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Tamarana – PR**.- Rio de Janeiro, 2010. (Censo Demográfico 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=412667#>>. Acesso em: 20 Mar. 2013.

INCRA. **Relações de projetos de Reforma Agrária**. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 10 de Abr. 2013

INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Produto Interno Bruto de 2008 de Tamarana (PR)**. Disponível em: <<http://www.informacoesdobrasil.com.br/dados/parana/tamarana/pib-produto-interno-bruto-municipios-2008/>> Acesso em: 20 Mar 2013.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Caderno Estatístico-município de Tamarana. 2012**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/tamarana2012.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2013.

_____. (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Perfil do município de Tamarana**. Curitiba. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=86125&btOk=ok>. Acesso em: 20 Mar. 2013.

IPEA. **O que é índice de Gini**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 15 de Abr. 2013.

IRVING, M. ; SANCHO, A. Tendências de inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma interpretação preliminar. **Revista Geografias (UFMG)**. v. 7, nº2 , p.44-57 . Belo Horizonte: 2011.

ITESP. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/faq.aspx>>. Acesso em: 15 de Abr. 2013

JOLY, F. **A Cartografia**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

KRAAK, M-J. Interactive Modelling Environment for Three-dimensional Maps> Functionality and interface Issues. In: MACEACHREN, Alan M, TAYLOR, D.R. Fraser. **Visualization in Modern Cartography**. Oxford, UK, Pergamon, 1997, p. 269-286.

_____. Setting and need for web cartography. 2002. In: **Web Cartography**. Disponível em: <<http://kartoweb.itc.nl/webcartography/webbook/ch01/ch01.htm>>. Acessado em: 10 Maio 2013.

LEÃO, S. Povo Kaingang: Indenização ajuda a resgatar tradições. **Folha de Londrina**, Londrina, 31 de Mar. 2013. Folha reportagem, p.12.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

MACEACHREN, A. M. Visualization in Modern Cartography: Setting Agenda. In: MACEACHREN, Alan M, TAYLOR, D.R. Fraser. **Visualization in Modern Cartography**. Oxford, UK, Pergamon, 1997, p. 1-12.

MARTINELLI, M. **Curso de Cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Mapas da Geografia e Cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTINS, É. M. **Desenvolvimento local e atividade turística em Barreirinhas-Cidade Portal dos Lençóis Maranhenses**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual de Londrina, p.44-90.

MELLO E SILVA, S. B. O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. In: CORIOLANO, Luzia N.M.T, LIMA, Luiz C. (Orgs.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza, Eduece, 2003, p. 19-25.

MINEROPAR. Minérios do Paraná. **Projeto riquezas minerais**. Avaliação do potencial mineral e consultoria técnica - relatório final. Disponível em: <www.mineropar.pr.gov.br/.../22_relatorios_concluidos...>. Acesso em 20 Mar. 2013.

MOREIRA, R. **O que é Geografia?** 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MUNARI, B. **Design e Comunicação Visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NOGUEIRA, R. E. **Cartografia**: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

OLIVEIRA, I. J. A Cartografia aplicada ao planejamento turístico. **Revista Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.25, nº1, p.29-46, UFG, 2005.

OLIVEIRA, J. S. **Formação Sócio-Espacial do município de Tamarana - Paraná**. 2008. Dissertação (Mestrado de Geografia). Universidade Estadual de Londrina, 2008.

OMT - Organización Mundial del Turismo. **Barómetro OMT del turismo mundial**, Vol. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/facts/wtb.html>>. Acesso em: 02 de Abr. 2013.

_____. Organización Mundial de Turismo. **Entender el turismo: Glosario Básico**. Disponível em: <<http://media.unwto.org/es/content/entender-el-turismo-glosario-basico> 2005-2007> Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. Organización Mundial del Turismo. **Tendencias del turismo y estrategias de marketing OMT:UNWTO World Tourism Barometer, 2012**. Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/es/barometer>>. Acesso em: 10 Mar. 2013.

PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento do Turismo no Paraná 2008-2011**. Curitiba, Paraná. 2008.

_____. Secretaria de Turismo. **Orientações práticas às instâncias de governança de turismo do Paraná. 2009**. Curitiba, Paraná. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>>. Acesso em: 15 Fev. 2014.

_____. **Plano de Turismo do Estado do Paraná 2012-2015**. Curitiba, Paraná. 2012.

_____. Secretaria de Turismo. **Procura pelo Paraná como destino turístico dobra em dez anos**. Curitiba, Paraná. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=224&tit=Procura-pelo-Parana-como-destino-turistico-dobra-em-dez-anos>>. Acesso em: 15 Abr. 2013a.

_____. Secretaria de Turismo. **Histórico Institucional**. Curitiba, Paraná. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>>. Acesso em: 15 Abr. 2013b.

PARANÁ ONLINE. Paraná consegue financiamento de 3,4 milhões do Prodetur Nacional. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/canal/vida-e-saude/news/287846/>>. Acesso em: 22 de Abr. 2013.

PEARCE, D. G. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

PEREIRA, A. C. F. **Aplicação do programa Spring (INPE) no mapeamento de informações turísticas: o caso do município de São Sebastião, litoral norte de São Paulo**. 1998. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências Geodésicas). Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 1998.

PNUD. Programa das Nações Unidas do Desenvolvimento. **IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHGlobal2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2013>. Acesso em: 05 Nov 2012.

PORTO GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental (os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização**. Organizador Emir Sader – Rio de Janeiro 2004.

RAISZ, E. Cartografia General. Barcelona, Ediciones Omega S.A. 1965.

RAMOS, C. S. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia: conceitos e tecnologias**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

RIZZI, P. **Visualização cartográfica aplicada ao turismo: Uma proposta metodológica**. III CAR-Cartografia . Belo Horizonte, UFMG, 2003.

ROCHA, J. A. M. R. **O “ABC” do GPS**. Recife: Bagaço, 2002.

RODRIGUES, A. **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

ROSS, Jurandy L. S. Análises e sínteses na abordagem geográfica da pesquisa para o planejamento ambiental. **Revista Geografia**, Rio Claro, v.9, n.1, p.65-75, 1995.

_____. J. L. Sanches. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de textos, 2006.

ROTA DO CAFÉ. **Rota do Café. Atrativos**. Disponível em: <<http://www.rotadocafe.tur.br/pt/rota.php>>. Acesso em: 19 de Abr. 2013.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: Santos, M. et al. **O espaço em questões**. São Paulo: AGB-SP, 1988.

_____. M. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS FILHO, J. Alguns comentários ao Plano Nacional do Turismo -Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007. "Um breve ensaio sociológico". **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**. Maringá, Ano III, Nº 27, s/p. Agosto, 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/027/27jsf.htm>> Acesso em: 05 Abr 2013.

- SELVA, V. S. F., COUTINHO, S. F. S. Turismo no meio rural e sua contribuição á revitalização econômica e social do litoral e mata de Pernambuco. In: FARIA, I. F. **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001,p 137-148.
- SILVEIRA, M. A. T. Política de Turismo: oportunidades ao desenvolvimento Local. In: RODRIGUES, Adyr B.(Org.). **Turismo Rural: Práticas e Perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2003, p.133-150.
- SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?. In: RODRIGUES, A. B (Org.)**Turismo e Desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.17 -22.
- SPOLADORE A. ; FUKUDA E. A. ; GONÇALVES, M. A. Considerações sobre a gênese e desenvolvimento da gruta de barro, município de Tamarana **ANAIS do XXX Congresso Brasileiro de Espeleologia** Montes Claros-2009 - Sociedade Brasileira de Espeleologia, p. 241-249.
- TAMARANA. Constituição Estadual, na Lei Federal 10.257/01 – Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica do Município, Lei nº 815, 24 de Novembro de 2011. Estabelece o Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo (PDUOS) do Município como o instrumento técnico-administrativo. **Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo do Município de Tamarana**. Tamarana, PR, 24 Out. 2011. p. 1-32.
- TAMARANA METAIS. **Responsabilidade Ambiental**. Disponível em: <<http://www.tamaranametais.com.br/br/Responsabilidade-Ambiental#menunav>>. Acesso em: 10 de Mar. 2013.
- TAYLOR, D.R.F. Perspectives on visualization and modern cartography. In: In: MACEACHREN, Alan M, TAYLOR, D.R. Fraser. **Visualization in Modern Cartography**. Oxford, UK, Pergamon, 1997, p. 333-341.
- TOMMASINO, K. Os novos acampamentos (ware) *Kaingang* na cidade Londrina: mudança e persistência numa sociedade jê. **Revista Mediações**. Programa de pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais. Londrina, v..3, nº2, p.66-71 , Jul /Dez. de 1998.
- ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba. IBPEX: 2009.
- URRY, J. **O olhar do turismo: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.
- URT, M. C. M. ; BASSINELLO P. Z. **Ecoturismo X turismo de aventura: dialogando conceitos**. Disponível em: <http://www.2010.conatus.org.br/arquivos/resumo_2_final.pdf> 24/10/11>Acessado em: 13 Jun. 2012.
- WESTERN, D. Definindo o Ecoturismo. In: LINDBERG, K; HANKINS, D. (Org.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac,1995, p.
- WOOD, M. Visualization in Historical Context. In: MACEACHREN, A. M. ; TAYLOR, D.R. Fraser. **Visualization in Modern Cartography**. Oxford, UK, Pergamon, 1997, p. 13-26.

APÊNDICES

APÊNDICES A

QUESTIONÁRIO: Entrevista estâncias de Turismo de Aventura

Sabendo que o Turismo de Aventura é um segmento em destaque e se define pelas atividades de aventura com muita adrenalina e desafios de superação, sem competição, somente recreativas, mas que envolvem riscos controlados mediante equipamentos, condutores e profissionais envolvidos. (Ministério do Turismo). Responda:

Estas perguntas serão de extrema importância por isso a importância da veracidade das respostas e detalhes ajudarão na pesquisa do planejamento turístico de Tamarana como desenvolvimento sócioeconômico. As respostas serão colocadas de modo a auxiliarem estas estâncias voltadas para o Turismo de Aventura (T.A.).

- 1- Como e porque a escolha deste segmento de Turismo de Aventura (as atividades de aventura) foram implementados na sua Estância?
- 2- Quais são as atividades de aventura oferecidas na sua estância? (rapel, tobolona, trilha, tirolesa, arborismo) Elas seguem as normas de segurança? Tem condutores especializado?
- 3- Quais os perfis dos turistas que realizam as atividades de aventura (são jovens, crianças, adultos, estudantes, classe alta ou baixa, pessoas bem esclarecidas, tem consciência ambiental?
- 4- Sabem das novas normas (gratuitas) de regulamentação deste segmento feitos pela ABNT e Ministério do Turismo? Alguma vez já consultaram estas regulamentações? (são recentes)
- 5- Sobre a parte burocrática, pagam alguma taxa ou tributo para Embratur, ou algum órgão ligado ao turismo? Já fizeram financiamentos dos fundos de turismo que existe na Caixa?
Não
- 6- Sabem da existência da ABETA (Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura)? Vocês são filiados?
- 7- Consultam as orientações de Turismo de Aventura do site do Ministério do Turismo?
- 8- Os proprietários das estâncias se organizam entre eles para melhorar o turismo no município? (reuniões, acordos, parcerias, organização, marketing, custos etc). Existe uma maior necessidade de divulgação e planejamento do turismo destas estâncias? Como?
- 9- Os serviços desta estância são comercializados em alguma Agência de Viagens? Qual? Se não, qual a forma de oferta das estâncias? (internet, panfletos, telefones, propagandas em jornais).
- 10- Quais seriam suas sugestões para melhorar o turismo no município de Tamarana e região?
- 11- Sobre as infraestruturas (alojamento, quartos, chalés, banheiro, restaurantes, lazer), qual vc atribuiria melhor nota e qual estrutura, na sua opinião, teria que melhorar na sua estância?
- 12- As infraestruturas (hospital, hotel, mercados) da cidade atendem a demanda de turistas recebidos? sim

13- Qual a forma de transporte que existe para se chegar à sua Estância? A maioria dos turistas utiliza qual meio de transporte?

Nome da Estância: _____

Nome do gerente ou proprietário: (quem respondeu o questionário)

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO: Entrevistas (Prefeitura- Secretaria de Agricultura, comunidade-Feira das Mulheres e comerciantes -propriedade privada).

1- Você acha que o município de Tamarana tem potencial para o turismo?

a)sim

b)não

Porque?_____

2- Você acha que o turismo com base local tem a possibilidade de desenvolver Tamarana? Como?

a)sim

b)não

Porque?_____

3- Quem, você acha, que se beneficiaria com o Turismo (de Aventura) se fosse implantado no município? (pense: somente os donos dos locais ou toda a população?)

R)_____

5- O que você acha que falta para Tamarana melhorar a qualidade de vida dos moradores? (Pense no poder público, privado e no poder da população).

R)_____

6- O que você acha que falta para o Turismo se desenvolver em Tamarana como um setor importante. (Pense nos investimentos e quem pode contribuir, quem tem interesse por este setor).

R)_____

7- Os mapas, sites e imagens podem contribuir com a divulgação do turismo de Aventura em Tamarana?

a)sim

b)não

Porque?_____